LATUS

CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

Responsáveis pelo Relatório
Dr. Econ. Carlos Paiva
Ms. Econ. Gevaci Perroni
Acad. Tiago Silveira
Acad. Leonardo Ritta
Acad. Ariel Missaggia

ETAPA 3 E 4
PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Rio Grande/Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Contrato Nº. 02/2012

DEZEMBRO/2012

LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA

Coordenação Técnica:
Dr. Econ. Carlos Águedo Paiva
Ms. Econ. Gevaci Perroni

Responsabilidade Técnica:
Ms. Econ. Gevaci Perroni

Colaboração:
Ms. Arq. Cláudia Damasio
Ms. Arq. Jacqueline Menegassi
Ms. Adv. Ana Paula Marcante
Adm. Renato Gomes
Acad. Jéssika Alves
Acad. Marlene Chaves
Acad. Tiago da Silva Silveira
Acad. Leonardo Ritta
Acad. Ariel Missaggia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:
Secretaria de Assuntos Extraordinário
Sec. Gilberto Pinho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
2. ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA DE RIO GRANDE 12
2.1. Introdução: a dinâmica econômica riograndina 13
2.2. Análise e Hierarquização das Atividades, Cadeias e Setores economicamente propulsivos de Rio Grande 38
2.3. Conclusões do Diagnóstico da Dinâmica Econômica 75
3. ESTRUTURA SOCIAL E CAPITAL HUMANO EM RIO GRANDE 79
4. DESAFIOS TERRITORIAIS E ESTRUTURAÇÃO URBANA 108
4.1. Habitação – Rio Grande 109
4.2. Planejamento Urbano 121
5. EIXOS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO 130
EIXO 1: INSTRUMENTALIZAÇÃO URBANA 134
EIXO 2: IMPORTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA 137
EIXO 3: FORMAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO 137
EIXO 4: QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA LOGÍSTICO 138
EIXO 6: TURISMO AMPLO 140
6. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL 141
7. INDICADORES 146
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 150
9. BANCO DE DADOS 157
10. ANEXOS 159

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1: Emprego Formal Urbanos como % da População Urbana 89
Figura 2: Percentagem dos Ocupados Totais na População Total em 2010 90
Figura 3: Grau de Informalidade Aparente (Ocupados Informalmente / Ocupados Totais) 91
Figura 4: Municípios do Rio Grande do Sul distribuídos em Quintis Por Indicador de Desemprego (Censo 2010) 100
Figura 5: Percentagem de Empregados com mais de 10 anos de idade (Censo 2010) 105
Figura 06 – Densidade de Moradores por Domicílio Ocupado (2010) 111
Figura 07 – Densidade de Moradores por Km² (2010) 112
Figura 08 – Densidade de Moradores por Domicílio Ocupado (2010) 113
Figura 09 – Densidade de Moradores por Km² (2010) 114
Figura 11 – População Residente em Rio Grande (2010) 116
Figura 12 – Rio Grande e São José do Norte 123
Figura 13 – Mapa Síntese 128

GRÁFICOS

Gráfico 01 - Gastos com Habitação do Município (2005 a 2011) 120

QUADROS

Quadro 1: Evolução do Valo Agregado Bruto, Emprego Formal e Massa Salarial em Rio Grande entre 2007 e 2011 14
Quadro 2: Correlações entre as Taxas de Variação dos VABs Agropecuário, Industrial, de Serviços e Total do Estado, de Rio Grande e de Municípios Selecionados entre 1999 e 2009 22
Quadro 3: Participação na Área Total dos Estabelecimentos com 24
Área entre 10 e 100 ha (Censo Agropecuário 2006) 24

Quadro 4: Tx de Variação da População dos Municípios 26
de Área Estável entre 1920 e 2010 26
Quadro 5 – Indicadores de Padrão Ocupacional e Dinâmica da Renda de Rio Grande, RS e Municípios Selecionados (RAIS 2011 x Censo Demográfico 2010) 28
Quadro 6 – Quadro Básico da RAIS 53
Quadro 7: Estrutura e Evolução do Emprego Formal e da Massa Salarial entre 2000 e 2011 nas Atividades Propulsivas, Mistas, Derivadas (Mult) e de Dinâmica Indeterminada (Fonte: RAIS) 55
Quadro 8: Participação dos Principais Setores-Cadeias Produtivas de Rio Grande 58
na Geração de Emprego Formal e na Massa Salarial (Fonte: RAIS) 58
Quadro 9: Maiores Correlações entre a dinâmica do Emprego no Setor-Cadeia "Turismo e Lazer" em Rio Grande e os demais Setores-Cadeias da Economia entre 2000 e 2011 67
Quadro 10: As Atividades Propulsivas de Exportação Estratificadas por Quociente Locacional 68
Quadro 11: QLs de Atividades Selecionadas da Economia de Rio Grande em 2011 72
Quadro 12: Comparação entre Emprego Formal e Ocupação em Rio Grande no ano de 2010 80
Quadro 13: Os Multiplicadores de Emprego e Renda em Rio Grande segunda RAIS e Censo 2010 85
Quadro 14: Relação entre Emprego Formal e Ocupação Total e População no Estado, no Município de Rio Grande e em Municípios Selecionados em 2000 e 2010 87
Quadro 15: Estrutura Etária, Razão de Dependência e % Aposentados no Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados (Censo 2010) 93
Quadro 16: Naturalidade dos Ocupados em Rio Grande e no RS 95
Quadro 17: Taxa de Variação Anual do Emprego, Ocupação e População do Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados 2000-2010 96
Quadro 18: Padrão e Expressão Relativa das Transferências Governamentais para Pessoas Físicas no Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados em 2010 97
Quadro 19: Comparação da Qualificação de Desempregados e Ocupados do Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados 2010 99
Quadro 20: Estrutura e Quocientes Locacionais da Ocupação em 2010 no Estado do RS em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados em 2010 101
Quadro 21 (reapresentação): Sinóptico Básico de População e Emprego (Fonte: RAIS) 103
Quadro 22 – Síntese de Indicadores de Avaliação da Implementação do PDES 147

TABELAS

Tabela 01 – Densidade de habitante por Domicílio Particular Permanente (DPP) 109
Tabela 02 – Estrutura do Déficit Habitacional em Rio Grande 118
Tabela 03 – Domicílios com Banheiros de Uso Exclusivo 119
Tabela 04- Gastos com Habitação do Município (2005 a 2011) 120
Tabela 05 – Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável 143

1. INTRODUÇÃO

O tema do desenvolvimento local vem assumindo um importante papel junto a diversas instâncias de governo, agentes privados, universidades e movimentos sociais. Esse tema, por sua força, tem sido encarado como uma possibilidade concreta de agir sobre a realidade econômica para lhe dar novo rumo. Sem desconsiderar a força e determinação dos cenários nacional e internacional, a opção por planejar localmente tem se constituído como exigência, para o sucesso dos governos das cidades e/ou regiões.

Podemos dizer que a busca por algum protagonismo, seja de uma pequena empresa, seja de uma nação, passando pelas cidades, tem sido a marca dessa conjuntura que apresenta um dinamismo econômico, científico e tecnológico sem precedentes na história e que desenrola um processo intenso de disputas e acordos, competição e cooperação entre diferentes atores (blocos, países, nações, empresas e cidades). As transformações econômicas mais estruturais que têm base na reestruturação produtiva fizeram emergir potencialidades assentadas na interação de atores econômicos e institucionais dos territórios. A adaptação das pequenas empresas territorializadas, às formas flexíveis e às economias de conhecimento, cooperação e inovação geradas nos territórios, tornou-se instrumento que fortaleceu iniciativas de propor ações para o desenvolvimento local.

É dentro desse quadro geral que a cidade de Rio Grande vem se colocando a tarefa de se planejar construindo seu Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável. As razões para isso estão dadas; É preciso criar novo dinamismo para a economia local, aproveitando o grande volume de investimentos na cidade a partir de novos princípios como o da sustentabilidade, da inclusão, da democratização do acesso às oportunidades.

A elaboração do Diagnóstico do PDES do município de Rio Grande foi desenvolvida a partir da coleta e sistematização de dados de distintas fontes, com o objetivo de

constituir uma análise transdisciplinar do desenvolvimento econômico local. O detalhamento das características econômicas locais atuais se constitui, dentro do diagnóstico, como a tarefa mais desafiadora. No processo de elaboração buscou-se compreender estas características a partir de uma análise que envolve: o contexto socioeconômico, as questões territoriais e os resultados efetivos das políticas empreendidas nos últimos anos em Rio Grande. Desta forma, recorreram-se a dois caminhos distintos: a análise de informações oficiais e a busca do conhecimento dos atores locais.

Este documento é parte final e síntese de um trabalho iniciado em julho deste ano, e traz as principais elaborações e conclusões para o Desenvolvimento Econômico Sustentável do município de Rio Grande.

2. ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA DE RIO GRANDE

2.1. Introdução: a dinâmica econômica riograndina

A dinâmica econômica riograndina resulta de determinações internacionais, nacionais, estaduais, regionais e locais. Esta afirmação parece tautológica. E, num certo sentido, o é. Afinal, estas cinco dimensões perfazem o conjunto das (esgotam as) possibilidades de classificação dos fenômenos socioeconômicos no plano geopolítico. Não obstante, há muito mais do que tautologia na assertiva de abertura deste trabalho. Com ela, queremos chamar a atenção para algumas peculiaridades da dinâmica socioeconômica riograndina. Em primeiro lugar, queremos chamar a atenção para o fato de que esta dinâmica não pode ser pensada a partir do privilegiamento de um plano particular de determinações geográficas e políticas, em detrimento de quaisquer outros. Em segundo lugar, buscamos salientar o fato de que existe espaço para estimular e promover o desenvolvimento econômico riograndino sempre que conjunturas adversas em qualquer uma das cinco dimensões geopolíticas dos fenômenos sociais forem compensados por conjunturas positivas em (pelo menos) uma das demais dimensões. Por fim, queremos chamar a atenção para o fato de que, a despeito da elevada integração da economia riograndina com as economias mundial, nacional e estadual, as políticas públicas locais estão longe de ser coadjuvantes (e, no limite, inexpressivas) na determinação da dinâmica socioeconômica local. Pelo contrário, o poder público municipal e as instituições e organizações econômicas locais têm uma elevada margem de manobra e capacidade de influir sobre os destinos e trajetórias de crescimento do território. Senão vejamos.

2.1.1. A influência da dinâmica externa (internacional)

A primeira determinação de Rio Grande é de ordem geofísica: localizada no encontro da Laguna dos Patos (que canaliza para o mar o fluxo pluvial das principais bacias hidrográficas especificamente gaúchas) com o Oceano Atlântico, a barra do Rio Grande é o único porto "natural" do Rio Grande do Sul, e veio a se consolidar como a principal artéria de exportação e importação do Estado. Parcela expressiva de sua população economicamente ocupada está envolvida, direta ou indiretamente, com as atividades portuárias. E estas são função direta das compras do exterior e, por extensão, da dinâmica econômica dos países com os quais o Rio Grande do Sul estabelece relações comerciais.

A vinculação entre a dinâmica econômica riograndina e a dinâmica externa pode ser observada no Quadro 1, reproduzido abaixo. Em particular, vale notar que, a despeito do contínuo crescimento do emprego e da massa salarial no setor metal-mecânico (nucleado pelo Pólo Naval) entre 2007 e 2011, a economia riograndina sofreu profunda desaceleração no ano de 2009, quando a massa salarial total e o número de empregados nas atividades ligadas ao transporte e à logística diretamente vinculadas à exportação e importação de mercadorias pelo Porto de Rio Grande sofreram queda. Tanto a queda no emprego formal nas atividades logísticas, quanto a queda da massa salarial total e a desaceleração da taxa de crescimento do VAB são indissociáveis da crise do comércio mundial e da queda das importações dos EUA e da União Européia (e da queda da taxa de crescimento das importações chinesas) em 2009, que se seguiu à debacle financeira do último trimestre de 2008.

Quadro 1: Evolução do Valo Agregado Bruto, Emprego Formal e Massa Salarial em Rio Grande entre 2007 e 2011

Indicador	Setor / Atividade	2007	2008	2009	2010	2011
Tx Variação do VAB	Agropecuária	10,51%	24,01%	10,57%	não disp.	não disp.
	Industrial	31,91%	28,69%	5,44%	não disp.	não disp.
	Serviços	17,74%	49,03%	2,37%	não disp.	não disp.
	Total	22,94%	39,88%	3,75%	não disp.	não disp.
Número de Empregados	Total (RAIS)	36.073	36.334	37.303	39.859	44.976
	Principais Set Propulsivos	15.247	14.853	15.008	16.381	16.094
	Transp e Log (Porto)	3.087	3.329	3.111	3.312	3.614
	MetalMecânica (Polo Naval)	392	384	619	1.366	3.169
Massa de Salários (em Sal. Min)	Total (RAIS)	123.883	125.880	124.792	139.094	166.078
	Principais Set Propulsivos	58.735	42.071	40.937	48.291	65.504
	Transp e Log (Porto)	11.647	12.036	11.125	12.058	13.586
	MetalMecânica (Polo Naval)	2.370	1.468	2.473	7.006	19.668
Fonte dos Dados Brutos: FEE e RAIS (TEM)						

2.1.2 A influência nacional na dinâmica riograndina

A despeito da crise econômica mundial em 2009, e a despeito da grande dependência da economia riograndina das atividades de transporte e logística associadas às funções econômicas do município como principal porto do Rio Grande do Sul, a economia do município não apresentou queda absoluta no ano de 2009. Na realidade, sequer houve diminuição do número total de empregos. E isto na medida em que, malgrado a centralidade das funções portuárias na economia riograndina, o município apresenta um amplo conjunto de atividades, cadeias e setores propulsivos[1] que não se vinculam diretamente às atividades portuárias.

Ora, parcela não desprezível destas atividades vinculam-se diretamente a políticas públicas definidas em âmbito nacional. E isto é assim desde a ocupação do território que hoje corresponde ao município de Rio Grande. A despeito do território do atual Estado

1 A determinação rigorosa da categoria "atividade (e/ou cadeia; e/ou setor) propulsiva" será feita no início da segunda seção deste trabalho. Definir esta categoria neste momento envolveria nos afastar do objetivo central desta introdução: demonstrar a multiplicidade e "multiespacialidade" dos estímulos dinâmicos da economia riograndina e a centralidade das políticas públicas locais-municipais para a plena "atualização" do grande potencial econômico do município.

do Rio Grande do Sul já ser objeto do interesse e da ação econômica de colonos de ascendência portuguesa (em especial, delagunenses) na preia de gado xucro, não se pode pretender que a fundação do Forte-Presídio Jesus-Maria-José na área do atual município de Rio Grande seja consequência de uma ocupação civil prévia, ou do interesse/potencial de exploração econômica da região no seu entorno. Na realidade, o forte foi criado com vistas a fornecer apoio logístico e militar à Colônia de Sacramento (esta sim, estratégica, em função do aceso ao hinterland sul-americano através da hidrovia do Rio da Prata e seus afluentes) após o fracasso da ocupação lusa do sítio de Montevidéu, intentada em 1723. Vale dizer: os interesses geopolíticos e militares de Portugal[2] foram os determinantes primeiros da ocupação e povoamento inicial de um território cujos atrativos e potencial de exploração econômica imediata eram relativamente limitados. Aliás, a pequena expressão da produção agropecuária riograndina (bem como dos municípios limítrofes; em especial, dos municípios situados ao norte de Rio Grande e a leste do "Mar de Dentro", como São José do Norte, Tavares e Mostardas, etc.[3]) é a expressão atualizada do limitado potencial econômico do entreposto "prisional-militar" fundado em 1737. E mesmo quando a economia gaúcha consolidou a sua base de exportação ao longo do século XIX - com a produção de charque, couros, banha, tabaco e vitivinicultura - a economia riograndina não se tornou imediata e naturalmente o escoadouro da produção regional. Até a consolidação do sistema de transporte terrestre (mormente o rodoviário, que permite a entrega das mercadorias sem novo transbordo), os portos de Porto Alegre e Pelotas – instalados nos

2 Indissociáveis, é verdade, de interesses econômicos, mas que eram referidos prioritariamente ao comércio/contrabando (em especial, de escravos) com o hinterland hispano-mericano via Rio da Prata, e apenas secundariamente à preia e extração do couro do gado chucro do Pampa gaúcho.

3 Voltaremos a este ponto mais adiante. Desde logo cabe salientar, contudo, que a região arenosa e alagadiça só veio a se tornar economicamente relevante a partir da consolidação do controle luso sobre o pampa gaúcho (que viabilizou o desenvolvimento da indústria do charque no entorno de Pelotas na entrada do século XIX) e com o desenvolvimento da agricultura irrigada do arroz, no início do século XX.

principais polos urbanos do Estado - disputavam a primazia do transporte hidroviário com Rio Grande.

As desvantagens no plano dos recursos naturais e da distância com relação aos principais centros de produção dos bens que conformam a base de exportação gaúcha ao longo do século XIX e início do século XX foram sendo paulatinamente compensados, contudo, pela localização estratégica do município no plano geopolítico. Tal como outros municípios fronteiriços da "Metade Sul", Rio Grande vai receber investimentos expressivos nas áreas de defesa, que se farão acompanhar de uma infraestrutura viária e logística (de base ferroviária e portuária) relativamente sofisticada a partir do último quartel do século XIX. E os sistemas de defesa e logística instalados no território vão dar base a um mercado consumidor local que vai ganhar crescente importância na medida em que - com a crise da indústria do charque em Pelotas e o crescimento do calado dos navios de trânsito oceânico - os portos de Pelotas e Porto Alegre perderem expressão relativa enquanto centros de exportação e importação regional.

A consolidação de Rio Grande como principal porto do Estado e sua integração ferroviária com os principais centros consumidores regionais vai estimular a constituição de uma indústria local relativamente peculiar (vis-à-vis os demais sistemas industriais regionais, assentados no beneficiamento de matérias-primas locais) porquanto assentada no beneficiamento de matérias-primas forâneas[4]. Tanto a expressão relativa quanto as particularidades da produção industrial riograndina vão exponenciar sua importância enquanto sítio estratégico do ponto de vista geopolítico e militar, induzindo – ainda que de forma descontínua e assistemática - novos investimentos federais nas áreas de defesa,

4 Voltaremos a este ponto na segunda seção deste trabalho, onde discutimos a peculiaridade das atividades propulsivas da economia local, marcadas por cadeias relativamente curtas e difusas.

infraestrutura, nos sistemas públicos básicos de educação e saúde e no apoio à consolidação e diversificação do parque industrial local.

A constituição do Polo Naval – que vem se consolidando como o principal motor do crescimento econômico de Rio Grande nos últimos anos – é tão somente o movimento mais recente de política econômica do governo federal de apoio ao desenvolvimento local que se assenta, prioritariamente, em determinações geopolíticas, e apenas secundariamente em determinações estritamente econômicas[5]. O que, mais uma vez, confirma a tese que vimos perseguindo: não se pode entender a história e a dinâmica de desenvolvimento de Rio Grande se abstraímos as políticas públicas federais que incidem sobre o território em função do significado geopolítico estratégico do mesmo.

2.1.3. A influência da dinâmica estadual sobre a economia riograndina

Seja em função da proximidade com os importantes polos consumidores representados por Buenos Aires e Montevidéu, seja em função da concentração industrial nacional na região sudeste (com ênfase em São Paulo), a economia gaúcha se caracteriza por ser particularmente aberta[6]. Ora, quanto maior a abertura de uma economia, tanto maior é sua especialização relativa, pois o comércio é uma mão de duas vias: quem exporta (e mobiliza sistemas de transporte e de logística com vistas a colocar seus produtos no exterior), também importa. E dada a história de colonização e construção da matriz econômica do Estado, o RS especializou-se na produção agroindustrial,

5 Com isto não pretendemos afirmar que a opção de sediar o Polo Naval em Rio Grande seja economicamente "irracional" ou "arracional". Tão somente queremos chamar a atenção para o fato de que esta localização não é o desdobramento natural e imediato e natural de cálculos econômicos privados, mas envolve determinações políticas que passam pela compreensão do caráter estratégico do principal porto do extremo sul do Brasil.

6 O grau de abertura de uma economia é definido pela participação de suas exportações totais (seja para o exterior, seja para as demais regiões) no Valor Agregado Bruto (VAB) internamente. No caso da economia gaúcha, a relação entre exportações (doravante, X) e VAB varia entre 40% e 50%.

envolvendo tanto o beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, quanto a produção de insumos e equipamentos para a produção agropecuária (máquinas e implementos agrícolas), para o armazenamento de seus produtos (silos, armazéns, câmaras frigoríficas) e para o transporte dos mesmos (carrocerias, vagões, peças e componentes, etc.).

Evidentemente, uma economia estruturada sobre tais bases tem sua dinâmica atrelada à dinâmica da produção agropecuária e à dinâmica das exportações. Se ocorrer uma quebra de safra, toda a economia se recente, pois a depressão da oferta de matérias-primas se refletirá na depressão da atividade da indústria beneficiadora e das atividades de transporte e logística da produção. E a queda na renda de agricultores, operários e empresários industriais e agentes de transporte se refletirá na queda do consumo e da renda dos trabalhadores e empresários ligados ao comércio varejista e à oferta de serviços de saúde, educação, alimentação, alojamento, etc. Da mesma forma, se a demanda externa pela produção regional é deprimida – seja por determinações internas às economias compradoras, seja em função da perda de competitividade da economia local por determinações cambiais ou especificamente produtivas -, o excesso de oferta se resolverá em queda de preços e das quantidades produzidas, com as mesmas consequências já referidas sobre a renda e o dispêndio dos produtores primários, secundários e terciários.

Em suma: a economia gaúcha vai bem quando tem o que exportar e há demanda externa para seus produtos. E como parcela expressiva de sua produção é exportada por Rio Grande, quando a economia gaúcha vai bem, o sistema logístico e portuário de Rio Grande é mobilizado. E a economia de Rio Grande também vai bem. Diferentemente, quando há uma quebra de safra ou quando a moeda nacional sofre uma valorização expressiva, encarecendo nossos produtos no exterior, as exportações caem, com

consequências perversas tanto para a economia estadual, quanto para a economia de seu principal polo de escoamento e exportação. A integração dinâmica entre a economia do Estado e do município de Rio Grande é representada no Quadro 2, reproduzido abaixo. Nele não apenas mensuramos a relação entre dinâmica dos VABs agropecuário, industrial, de serviços e total do Estado e do município de Rio Grande, como comparamos esta relação com os municípios de Pelotas (isoladamente e em conjunto com os municípios que se emanciparam nos últimos anos: Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu) e São José do Norte.

O primeiro a observar é que, enquanto as economias de Pelotas e de São José usualmente apresentam relações pouco expressivas (por vezes, até, negativas!) e raramente significativas com a dinâmica estadual, a dinâmica de Rio Grande é altamente correlacionada à dinâmica do Estado, e usualmente estas correlações positivas, elevadas e significativas. Em especial, é particularmente expressivo o fato da correlação entre a dinâmica do VAB total de Rio Grande e do VAB agropecuário do RS (0,740; sig 0,014) ser superior e mais significativa que a correlação entre a dinâmica dos VABs agropecuário e total do próprio Estado (0,715; sig 0,020). Ainda mais forte (correl 0,816; sig. 0,004) é a correlação entre a dinâmica do VAB industrial de Rio Grande e VAB agropecuário do Rio Grande do Sul. Isto demonstra a expressão do setor de alimentos (em especial processamento de arroz e óleo de soja) e química (em especial, fertilizantes) na composição da indústria riograndina. É importante lembrar, contudo, que estas correlações foram calculadas com base nos dados disponíveis e comparáveis dos VABs municipais, que envolvem o período entre 1999 e 2009. Neste período, o Polo Naval, ou não existia, ou se encontrava (nos últimos anos) em processo de constituição.

Quadro 2: Correlações entre as Taxas de Variação dos VABs Agropecuário, Industrial, de Serviços e Total do Estado, de Rio Grande e de Municípios Selecionados entre 1999 e 2009

Correlações			Taxa de Crescimento do VAB Agropec					Taxa de Crescimento do VAB Industrial					Taxa de Crescimento do VAB Serviços					Taxa de Crescimento do VAB Total				
			RS	Pelotas	Grande Pelotas	**Rio Grande**	S.J. Norte	RS	Pelotas	Grande Pelotas	**Rio Grande**	S.J. Norte	RS	Pelotas	Grande Pelotas	**Rio Grande**	S.J. Norte	RS	Pelotas	Grande Pelotas	**Rio Grande**	S.J. Norte
Tx Var VAB Agropec	RS	correl	1,000	0,703	0,777	**0,566**	0,623	-0,070	0,090	-0,007	**0,816**	-0,104	0,208	-0,139	-0,098	**0,440**	0,291	0,715	0,085	0,175	**0,740**	0,679
		sig		0,023	0,008	**0,088**	0,054	0,848	0,806	0,986	**0,004**	0,776	0,565	0,702	0,789	**0,203**	0,414	0,020	0,815	0,630	**0,014**	0,031
	Pel	correl	0,703	1,000	0,960	**0,810**	0,803	0,329	0,624	0,576	**0,635**	0,055	-0,267	-0,222	-0,239	**0,313**	-0,319	0,505	0,326	0,399	**0,590**	0,673
		sig	0,023		0,000	**0,004**	0,005	0,354	0,054	0,082	**0,048**	0,880	0,455	0,537	0,506	**0,378**	0,368	0,136	0,357	0,254	**0,073**	0,033
	GraPel	correl	0,777	0,960	1,000	**0,883**	0,893	0,161	0,515	0,443	**0,641**	0,029	-0,065	-0,140	-0,138	**0,363**	-0,186	0,564	0,327	0,417	**0,618**	0,790
		sig	0,008	0,000		**0,001**	0,001	0,658	0,128	0,200	**0,046**	0,936	0,858	0,699	0,705	**0,302**	0,606	0,090	0,357	0,231	**0,057**	0,007
	RiGr	**correl**	**0,566**	**0,810**	**0,883**	**1,000**	**0,926**	**0,137**	**0,463**	**0,418**	**0,437**	**0,096**	**-0,130**	**-0,246**	**-0,223**	**0,290**	**-0,051**	**0,378**	**0,185**	**0,284**	**0,457**	**0,887**
		sig	**0,088**	**0,004**	**0,001**		**0,000**	**0,706**	**0,178**	**0,230**	**0,207**	**0,792**	**0,720**	**0,494**	**0,535**	**0,415**	**0,888**	**0,282**	**0,609**	**0,427**	**0,184**	**0,001**
	SJN	correl	0,623	0,803	0,893	**0,926**	1,000	-0,104	0,281	0,208	**0,341**	0,146	-0,114	-0,184	-0,150	**0,165**	-0,127	0,252	0,136	0,227	**0,329**	0,923
		sig	0,054	0,005	0,001	**0,000**		0,775	0,432	0,564	**0,336**	0,686	0,755	0,612	0,678	**0,649**	0,726	0,483	0,707	0,528	**0,354**	0,000
Tx Var VAB Ind	RS	correl	-0,070	0,329	0,161	**0,137**	-0,104	1,000	0,588	0,692	**0,365**	0,323	-0,428	-0,449	-0,528	**0,024**	-0,242	0,394	0,023	0,015	**0,253**	-0,067
		sig	0,848	0,354	0,658	**0,706**	0,775		0,074	0,026	**0,299**	0,363	0,217	0,193	0,117	**0,948**	0,501	0,260	0,949	0,967	**0,481**	0,854
	Pel	correl	0,090	0,624	0,515	**0,463**	0,281	0,588	1,000	0,982	**0,199**	-0,261	-0,173	0,142	0,058	**0,245**	-0,452	0,349	0,706	0,704	**0,296**	0,085
		sig	0,806	0,054	0,128	**0,178**	0,432	0,074		0,000	**0,581**	0,467	0,633	0,697	0,874	**0,496**	0,190	0,324	0,022	0,023	**0,407**	0,814
	GraPel	correl	-0,007	0,576	0,443	**0,418**	0,208	0,692	0,982	1,000	**0,188**	-0,131	-0,286	0,012	-0,077	**0,249**	-0,499	0,296	0,591	0,586	**0,286**	0,032
		sig	0,986	0,082	0,200	**0,230**	0,564	0,026	0,000		**0,603**	0,718	0,423	0,973	0,832	**0,487**	0,142	0,407	0,072	0,075	**0,423**	0,931
	RiGr	**correl**	**0,816**	**0,635**	**0,641**	**0,437**	**0,341**	**0,365**	**0,199**	**0,188**	**1,000**	**0,080**	**0,067**	**-0,327**	**-0,310**	**0,566**	**0,167**	**0,825**	**0,002**	**0,095**	**0,909**	**0,420**
		sig	**0,004**	**0,048**	**0,046**	**0,207**	**0,336**	**0,299**	**0,581**	**0,603**		**0,826**	**0,855**	**0,357**	**0,383**	**0,088**	**0,645**	**0,003**	**0,996**	**0,794**	**0,000**	**0,227**
	SJN	correl	-0,104	0,055	0,029	**0,096**	0,146	0,323	-0,261	-0,131	**0,080**	1,000	-0,433	-0,747	-0,739	**-0,097**	-0,258	-0,091	-0,685	-0,657	**-0,019**	0,266
		sig	0,776	0,880	0,936	**0,792**	0,686	0,363	0,467	0,718	**0,826**		0,212	0,013	0,015	**0,790**	0,472	0,803	0,029	0,039	**0,958**	0,458
Tx Var VAB Serv	RS	correl	0,208	-0,267	-0,065	**-0,130**	-0,114	-0,428	-0,173	-0,286	**0,067**	-0,433	1,000	0,677	0,714	**0,182**	0,454	0,439	0,388	0,410	**0,134**	-0,053
		sig	0,565	0,455	0,858	**0,720**	0,755	0,217	0,633	0,423	**0,855**	0,212		0,032	0,020	**0,615**	0,188	0,205	0,268	0,240	**0,711**	0,885
	Pel	correl	-0,139	-0,222	-0,140	**-0,246**	-0,184	-0,449	0,142	0,012	**-0,327**	-0,747	0,677	1,000	0,992	**-0,103**	-0,052	-0,013	0,785	0,752	**-0,237**	-0,379
		sig	0,702	0,537	0,699	**0,494**	0,612	0,193	0,697	0,973	**0,357**	0,013	0,032		0,000	**0,777**	0,887	0,971	0,007	0,012	**0,510**	0,280
	GraPel	correl	-0,098	-0,239	-0,138	**-0,223**	-0,150	-0,528	0,058	-0,077	**-0,310**	-0,739	0,714	0,992	1,000	**-0,098**	0,012	-0,020	0,736	0,714	**-0,227**	-0,326
		sig	0,789	0,506	0,705	**0,535**	0,678	0,117	0,874	0,832	**0,383**	0,015	0,020	0,000		**0,788**	0,974	0,956	0,015	0,020	**0,529**	0,358
	RiGr	**correl**	**0,440**	**0,313**	**0,363**	**0,290**	**0,165**	**0,024**	**0,245**	**0,249**	**0,566**	**-0,097**	**0,182**	**-0,103**	**-0,098**	**1,000**	**0,011**	**0,433**	**0,104**	**0,170**	**0,855**	**0,160**
		sig	**0,203**	**0,378**	**0,302**	**0,415**	**0,649**	**0,948**	**0,496**	**0,487**	**0,088**	**0,790**	**0,615**	**0,777**	**0,788**		**0,975**	**0,211**	**0,776**	**0,638**	**0,002**	**0,658**
	SJN	correl	0,291	-0,319	-0,186	**-0,051**	-0,127	-0,242	-0,452	-0,499	**0,167**	-0,258	0,454	-0,052	0,012	**0,011**	1,000	0,307	-0,310	-0,290	**0,094**	0,190
		sig	0,414	0,368	0,606	**0,888**	0,726	0,501	0,190	0,142	**0,645**	0,472	0,188	0,887	0,974	**0,975**		0,389	0,383	0,416	**0,797**	0,599
Tx Var VAB Total	RS	correl	0,715	0,505	0,564	**0,378**	0,252	0,394	0,349	0,296	**0,825**	-0,091	0,439	-0,013	-0,020	**0,433**	0,307	1,000	0,280	0,346	**0,747**	0,357
		sig	0,020	0,136	0,090	**0,282**	0,483	0,260	0,324	0,407	**0,003**	0,803	0,205	0,971	0,956	**0,211**	0,389		0,433	0,328	**0,013**	0,311
	Pel	correl	0,085	0,326	0,327	**0,185**	0,136	0,023	0,706	0,591	**0,002**	-0,685	0,388	0,785	0,736	**0,104**	-0,310	0,280	1,000	0,991	**0,097**	-0,128
		sig	0,815	0,357	0,357	**0,609**	0,707	0,949	0,022	0,072	**0,996**	0,029	0,268	0,007	0,015	**0,776**	0,383	0,433		0,000	**0,790**	0,725
	GraPel	correl	0,175	0,399	0,417	**0,284**	0,227	0,015	0,704	0,586	**0,095**	-0,657	0,410	0,752	0,714	**0,170**	-0,290	0,346	0,991	1,000	**0,189**	-0,029
		sig	0,630	0,254	0,231	**0,427**	0,528	0,967	0,023	0,075	**0,794**	0,039	0,240	0,012	0,020	**0,638**	0,416	0,328	0,000		**0,600**	0,936
	RiGr	**correl**	**0,740**	**0,590**	**0,618**	**0,457**	**0,329**	**0,253**	**0,296**	**0,286**	**0,909**	**-0,019**	**0,134**	**-0,237**	**-0,227**	**0,855**	**0,094**	**0,747**	**0,097**	**0,189**	**1,000**	**0,365**
		sig	**0,014**	**0,073**	**0,057**	**0,184**	**0,354**	**0,481**	**0,407**	**0,423**	**0,000**	**0,958**	**0,711**	**0,510**	**0,529**	**0,002**	**0,797**	**0,013**	**0,790**	**0,600**		**0,300**
	SJN	correl	0,679	0,673	0,790	**0,887**	0,923	-0,067	0,085	0,032	**0,420**	0,266	-0,053	-0,379	-0,326	**0,160**	0,190	0,357	-0,128	-0,029	**0,365**	1,000
		sig	0,031	0,033	0,007	**0,001**	0,000	0,854	0,814	0,931	**0,227**	0,458	0,885	0,280	0,358	**0,658**	0,599	0,311	0,725	0,936	**0,300**	

De outro lado, chama a atenção o fato de que o VAB total de Rio Grande, que é tão influenciado pela dinâmica da agropecuária do Estado, apresente uma relação fraca e não confiável com a dinâmica industrial gaúcha (correl 0,253; sig 0,481) ou com a dinâmica de serviços estadual (correl 0,134; sig 0,711). Da mesma forma – e igualmente notável – é o fato de que a dinâmica econômica do município é pouco influenciada por sua própria dinâmica agropecuária (correl 0,253; sig 0,481). Definitivamente, Rio Grande nãoé um município agrícola. Por oposição, a dinâmica da indústria municipal tem enorme e inquestionável influência sobre sua dinâmica global (correl 0,909; sig 0,000). Uma influência superior à (de todas as formas, expressiva) à influência do importante setor de serviços (que congrega o conjunto das atividades de logística, administração pública, educação e saúde) e que apresenta uma correlação discretamente inferior (0,855; sig. 0,002).

2.1.4. A influência regional

Rio Grande é um município da Metade Sul. Não é – como já vimos – um município padrão desta importante região do Estado. Mas, de qualquer forma, está longe de ser um "estranho no ninho". A filiação de Rio Grande à Metade Sul transparece em distintos indicadores. A começar pela estrutura fundiária. Dentre 496 municípios, Rio Grande é o vigésimo sexto com menor participação dos estabelecimentos até 100 ha na área total dos estabelecimentos rurais. (Vide Quadro 3, abaixo).

Quadro 3: Participação na Área Total dos Estabelecimentos com

Área entre 10 e 100 ha (Censo Agropecuário 2006)

Município	Área Total dos Estab Agropec	% da área ocupada por estabelecimentos entre 10 e 100 há	Rank municipal de concentração
Barra do Quaraí	73.462	0,95%	1
Uruguaiana	371.064	1,86%	2
Maçambara	109.036	2,32%	3
Minas do Leão	30.698	2,72%	4
Itaqui	250.587	2,76%	5
Cacequi	189.055	3,91%	6
Santa Vitória do Palmar	286.644	4,83%	7
Dom Pedrito	413.782	5,19%	8
São Borja	284.660	5,28%	9
Bagé	299.771	5,47%	10
Tapes	81.187	5,90%	11
Pantano Grande	61.328	6,07%	12
Barra do Ribeiro	55.212	6,13%	13
Arambaré	39.964	6,13%	14
Quaraí	264.340	6,14%	15
Alegrete	648.023	6,45%	16
São Gabriel	402.159	6,56%	17
Cruz Alta	104.812	6,60%	18
Cambará do Sul	104.234	6,60%	19
Jaguarão	169.784	6,70%	20
Capivari do Sul	14.372	6,96%	21
Capão do Leão	57.676	7,27%	22
Lavras do Sul	179.783	7,60%	23
Pedro Osório	46.198	7,67%	24
Santana do Livramento	615.719	7,77%	25
Rio Grande	**170.148**	**8,33%**	**26**
Pedras Altas	108.985	8,77%	27
Rosário do Sul	339.694	8,91%	28
Charqueadas	20.883	8,96%	29
Tupanciretã	196.693	9,43%	30

A elevada concentração fundiária de Rio Grande contribuiu para cercear o desenvolvimento mercantil do meio rural e, por conseqüência, a emergência de polos suburbanos interioranos com capacidade de almejar e conquistar o status de municipalidade. Rio Grande é um dos oito municípios do Estado que mantém intata sua área total desde o início do século XX. Vale observar que os municípios com padrão similar de estabilidade geográfica encontram-se na Metade Sul e se caracterizam pela elevada concentração fundiária.

Quadro 4: Tx de Variação da População dos Municípios

de Área Estável entre 1920 e 2010

Território	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2.010	Tx Var AnuL 1920-2010	Tx Var AnuL 1940-2010
Rio Grande do Sul	**2.182.194**	**3.320.689**	**4.164.821**	**5.388.659**	**6.664.841**	**7.773.849**	**9.138.670**	**10.187.798**	**10.629.072**	**1,77%**	**1,68%**
Tx Var Geom Anual		2,12%	2,29%	2,61%	2,15%	1,55%	1,81%	1,09%	0,39%	X	X
Rio Grande	**53.607**	**60.802**	**77.915**	**99.618**	**116.488**	**146.114**	**172.422**	**186.544**	**197.253**	**1,46%**	**1,70%**
Tx Var Geom Anual		0,63%	2,51%	2,49%	1,58%	2,29%	1,86%	0,79%	0,51%	X	X
Dom Pedrito	17.653	25.795	25.707	26.768	32.801	35.150	38.054	40.410	38.916	0,88%	0,59%
Jaguarão	15.212	15.704	16.255	18.052	22.451	23.272	27.755	30.093	27.942	0,68%	0,83%
Lavras do Sul	9.705	12.482	12.135	11.958	11.494	9.225	8.830	8.109	7.669	-0,26%	-0,69%
Piratini	14.940	19.351	21.019	23.482	24.444	20.124	17.655	19.414	19.831	0,32%	0,04%
Quaraí	14.238	17.118	15.526	17.580	19.741	19.442	22.083	24.002	23.021	0,54%	0,42%
Rosário do Sul	18.831	23.783	28.049	29.011	37.788	39.258	40.464	41.058	39.751	0,83%	0,74%
Santana do Livramento	37.451	47.414	48.411	55.436	63.388	68.105	80.252	90.849	82.513	0,88%	0,79%

Fonte dos Dados Brutos: IPEADATA

De outro lado, é interessante observar no Quadro acima que, ao contrário dos demais municípios que não sofreram emancipações, Rio Grande apresentou uma taxa média de crescimento da população total bastante próxima do taxa estadual. Na realidade, se tomamos apenas o período posterior a 1940, a taxa de crescimento médio anual de Rio Grande é discretamente superior à média estadual; enquanto todos os demais municípios considerados apresentam performance significativamente inferior à estadual.

A proximidade do padrão demográfico de Rio Grande e do Estado confirma a aderência da dinâmica socioeconômica riograndina e gaúcha. Mas ela também resulta do fato de Rio Grande cumprir funções polarizadoras na Metade Sul, sendo uma das alternativas de domicílio urbano dos egressos do campo no interior do processo secular de êxodo rural e urbanização vivenciado pelo Brasil ao longo do século XX. É exatamente a função polarizadora – e, mais exatamente, as particularidades que distinguem a

polarização riograndina da polarização dos outros núcleos urbanos da Metade Sul – que vai definir a dimensão especificamente local da dinâmica riograndina.

2.1.5 As determinações especificamente locais da dinâmica riograndina

Tal como vimos salientando desde o início deste trabalho, a principal característica de Rio Grande, o elemento que determina sua particularidade estrutural e dinâmica é a sua espacialidade. Para além de ser um Porto, Rio Grande encontra-se na confluência de "três mares": o mar profundo, que o caracteriza como porto; o Mar de Dentro, lagunar, que o define como primeiro "nó" da hidrovia Jacuí-Patos e lhe empresta condições excepcionais para a exploração da indústria pesqueira; e o "mar praiano", representado pelo Distrito de Cassino, que atrai milhares de turistas da Metade Sul ao longo do período de verão.

Além disso, como já vimos, em função de sua geografia peculiar, Rio Grande recebeu um conjunto de investimentos públicos e privados que acabaram por transformar o município num centro bastante sofisticado de serviços comerciais, educacionais e de atenção à saúde. Como se isto não bastasse, Rio Grande é o município mais antigo do

Rio Grande do Sul, comportando um patrimônio arquitetônico e urbanístico de expressivo potencial turístico.

Este conjunto de fatores alavanca sobremaneira a atratividade do município como destino turístico "estrutural". O que equivale dizer que o município apresenta um conjunto tão amplo e diversificado de atrativos que o tornam uma das principais alternativas de domicílio de uma população que cresce de forma acelerada no Rio Grande do Sul: aposentados em busca de qualidade de vida nos planos do lazer, da atenção à saúde, da segurança e da fruição cultural. A potência "desenvolvimentista" desta particular indústria turística não pode ser subestimada.

Quadro 5 – Indicadores de Padrão Ocupacional e Dinâmica da Renda de Rio Grande, RS e Municípios Selecionados (RAIS 2011 x Censo Demográfico 2010)

Quadro 5:
Indicadores do Padrão Ocupacional e Dinâmica da Renda de Rio Grande, RS e Municípios Selecionados (RAIS 2011 x Censo Demográfico 2010)

Terr / Mun	Pop Tot	Pop Urb	Grau de Urb	Rais 2011	Pop Oc Censo 2010	Rais /Pop Urb	Ocup Cen/Pop Tot	Rank Oc Pop	Taxa Var Ocupação		Rank Tx Var Ocup		Tx Var Oc Norm		Grau de Informalidade	Rank Grau de Inf
						2011/ 2010	2010 /2010	2010	Rais	Censo	Rais	Censo	Rais	Censo		
RS	10.693.929	8.852.760	82,78%	2.920.589	5.533.018	32,99%	51,74%		4,14%	2,0%	-	-	-	-	47,22%	-
Rio Grande	197.228	189.429	96,05%	44.976	82.230	23,74%	41,69%	475	4,94%	2,3%	230	135	-0,0306	0,5851	45,30%	432
Porto Alegre	1.409.351	1.389.997	98,63%	741.196	728.255	53,32%	51,67%	339	3,30%	1,9%	367	177	-0,4987	0,3717	0,00%	494
Caxias do Sul	435.564	396.860	91,11%	178.253	245.664	44,92%	56,40%	259	5,56%	3,6%	182	45	0,1470	1,3155	27,44%	479
Canoas	323.827	321.347	99,23%	87.577	157.014	27,25%	48,49%	393	5,15%	2,6%	215	108	0,0292	0,7185	44,22%	436
Pelotas	328.275	287.752	87,66%	74.726	149.476	25,97%	45,53%	438	4,61%	1,8%	261	192	-0,1243	0,3089	50,01%	413
Santa Maria	261.031	245.878	94,19%	63.407	123.577	25,79%	47,34%	409	4,71%	2,3%	253	134	-0,0951	0,5887	48,69%	419
Novo Hamburgo	238.940	231.543	96,90%	82.997	127.030	35,85%	53,16%	320	2,11%	1,7%	427	209	-0,8405	0,2212	34,66%	469
Gravataí	255.660	223.913	87,58%	51.920	120.117	23,19%	46,98%	415	5,29%	2,7%	200	98	0,0699	0,7782	56,78%	389
Xangrilá	12.434	12.379	99,56%	2.997	6.542	24,21%	52,61%	328	11,33%	7,0%	23	1	1,7953	3,1681	54,19%	401
Capão da Canoa	42.040	38.598	91,81%	11.415	20.355	29,57%	48,42%	394	7,87%	5,4%	79	10	0,8075	2,2796	43,92%	439
Imbé	17.670	16.937	95,85%	3.955	7.788	23,35%	44,07%	452	10,49%	4,9%	35	14	1,5551	2,0084	49,22%	415

Tal como se pode observar nas últimas linhas do Quadro 5, acima, os municípios de Xangrilá, Capão da Canoa e Imbé estão ranqueados, respectivamente, em primeiro, décimo e décimo quarto lugar dentre os 496 municípios gaúchos no quesito "taxa de crescimento média anual" do crescimento da população ocupada, entre 2000 e 2010. Na realidade estes três municípios apresentam taxas de crescimento da ocupação e de

crescimento do emprego formal que chegam a ser mais de duas vezes mais elevadas do que o crescimento dos mesmos itens em Rio Grande ao longo do mesmo período! E isto a despeito de Rio Grande apresentar padrões de ocupação bastante similares (vide a relação Empregados/População Urbana; Ocupados /População Total; e Grau de Informalidade) e vantagens inquestionáveis no plano da assistência em saúde e demais serviços essenciais.

Parte não desprezível da performance superior dos municípios do Litoral Norte encontra-se na proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre, que concentra percentagem elevada da população que, ao se aposentar, torna-se um "turista estrutural" de municípios que proporcionam condições de vida e sistemas de serviços consistentes com as demandas deste segmento particular da população. Mas isto não é tudo. Quer nos parecer que – dada o virtual monopólio de Cassino como destino de veraneio à beira mar na Metade Sul – uma parcela não desprezível da profunda distinção da performance demográfica e econômica dos municípios do Litoral Norte encontra-se no fato de que os agentes públicos e privados dos municípios aí situados canalizam a quase totalidade de suas ações e investimentos na conquista e fidelização do turista de verão e do turista estrutural. Diferentemente, o leque não desprezível de alternativas de mobilização econômica e ocupacional de um município como Rio Grande, induz a uma certa pulverização das ações e estratégias de desenvolvimento do poder público municipal e das organizações civis sediadas em Rio Grande e voltadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico do território.

Evidentemente, não estamos fazendo qualquer crítica à diversificação de atividades econômicas e investimentos públicos. Não se trata de ignorar setores tão relevantes, igualmente tradicionais e igualmente enraizados na peculiar geografia riograndina quanto a logística ou a pesca (para dar apenas dois exemplos evidentes). Não obstante, quer nos

parecer que Rio Grande ainda não tomou plena consciência de toda a potencialidade, capacidade multiplicativa e sustentabilidade de longo prazo da indústria turística enquanto motor de desenvolvimento socioeconômico territorial. E este é, decididamente, um segmento de atividade que (à diferença do Polo Naval, por exemplo) só pode ser adequadamente mobilizado a partir de políticas públicas locais.

2.1.6 Conclusões Preliminares

A dinâmica socioeconômica de Rio Grande resulta da ação de forças motrizes diversas, territorialmente difusas, e portadoras de timings e determinações distintas e reciprocamente independentes. Tal fato empresta grande complexidade ao processo de desenvolvimento do território, exponenciando o leque de "cenários e alternativas de futuro" e deprimindo o grau de confiança do analista e do planejador acerca da probabilidade efetiva de qualquer um deles. Senão vejamos.

Analisemos as conseqüências do fato das forças motrizes da economia ricardiana serem reciprocamente independentes. Como vimos na seção primeira, a crise internacional de 2008/2009 conduziu a uma significativa depressão da taxa de crescimento da economia riograndina no segundo ano deste biênio. Mas não determinou regressão do emprego ou do VAB porque determinações postas no plano da política industrial do governo federal impulsionaram o Polo Naval, cujo crescimento cumpriu funções compensatórias.

Ora, quando as tendências dinâmicas das distintas forças propulsivas são divergentes, o que se obtém é uma espécie de compensação, que plafona (sem subverter) a tendência ao crescimento da economia local. Porém, este padrão compensatório não é uma regra, mas uma mera possibilidade. Assim, nos anos imediatamente anteriores a 2009 (que foi "o" ano em que a crise financeira do final de 2008 repercutiu nos fluxos de comércio), quando vivíamos o "fim de festa" do boom especulativo de meados da primeira década do atual século, tanto o comércio, quanto a implantação do polo naval e o bom desempenho da agropecuária e das exportações gaúchas atuaram no mesmo sentido, exponenciando a taxa de crescimento do VAB, que atingiu valores que quase nos convidam a solicitar uma revisão das contas municipais: 22,94% (em 2007) e 39,88% (em 2008).

É bem verdade que o processo de cálculo dos VABs municipais envolve um amplo conjunto de simplificações; o que impõe que arbitremos uma certa "margem de erro" não desprezível para os resultados. Além disso, o VAB é uma proxy bastante insatisfatória da renda internalizada, uma vez que o excedente industrial (lucros, impostos, juros, dividendos, rendas, etc.) se evada do município diretamente (por transferência para os titulares dos ativos correspondentes, quando domiciliados fora de Rio Grande) ou indiretamente (pela canalização de parte do lucro para investimentos, com a aquisição de ativos nos territórios que produzem os bens de capital pertinentes). Estes dois elementos, explicam que o emprego formal e a massa salarial total correspondente tenham apresentado uma variação muito mais discreta. Mas se é verdade que a variação do VAB deve ser "interpretada" (ao invés de tomada como um dado que reflete com precisão as flutuações na dinâmica econômica regional), ela não pode ser desconsiderada. E o que ela atesta é que a pluralidade de forças motrizes independentes tende a instabilizar fortemente a dinâmica socioeconômica do território, deprimindo a confiabilidade de

quaisquer previsões sobre o tema. Uma confiabilidade que se torna tão menor quanto maior o prazo do exercício de previsão.

Ora, como se sabe, a dinâmica socioeconômica é passível de subdivisão analítico-teórica e estatística em quatro dimensões distintas: a instabilidade, o ciclo, a crise, e a tendência. Já vimos que a dinâmica socioeconômica de Rio Grande tende a ser instável. O que se desdobra na instabilização e, no limite, no obscurecimento (e virtual negação) de padrões cíclicos aparentes. Antes de analisar as determinações teóricas desta dimensão dinâmica particular (que é a mais complexa dentre as referidas) vale analisar as dimensões "crise" e "tendência".

Desde logo, em função mesmo da autonomia relativa das forças propulsivas que determinam a dinâmica riograndina, a crise é uma possibilidade estatística e teórica elementar: ela é a resultante natural e necessária de qualquer sincronização (a princípio, meramente aleatória) do enfraquecimento dos impulsos dinâmicos primários. Imaginemos que, como conseqüência da crise europeia e norte-americana, a economia chinesa se desacelere significativamente, deprimindo o fluxo mundial de mercadorias; imaginemos, ainda, que esta crise seja acompanhada de: 1) valorização da nossa moeda (com a conseqüente depressão das exportações e da economia gaúcha); 2) queda abrupta dos investimentos da Petrobrás e das encomendas sobre o Polo Naval; e 3) quebra de safra agrícola gaúcha (em função, por exemplo, de uma forte seca estimulada por La Niña). O resultado necessário desta confluência perversa de "desestímulos" será a crise da economia riograndina. Qual a possibilidade de uma tal confluência? Não há, rigorosamente, como determinar sua probabilidade e freqüência estatística esperada. Tudo o que podemos dizer com rigor é que a possibilidade de crise é real! E este é um dos principais argumentos em defesa de políticas públicas locais voltadas ao estímulo daqueles setores e atividades propulsivas que contam com demanda regional e/ou

estadual e que se assentam em vantagens competitivas estruturais do município. Pensamos aqui, evidentemente, nos setores ligados ao turismo de veraneio, ao turismo estrutural e à pesca. Estes setores tem a capacidade de ampliar a estabilidade e a capacidade de auto-determinação da economia de Rio Grande, amortecendo a propensão desta economia à instabilidade e à crise. Voltaremos a este importante ponto adiante. Antes, porem, vamos analisar se podemos projetar uma "tendência" dinâmica para Rio Grande.

Parece evidente que a tendência global da economia riograndina resulta do somatório das tendências imanentes às diversas forças propulsivas a que o território encontra-se submetido. A questão que fica é: estes distintos vetores podem ser somados? E qual o grau de confiança de cada um dos cenários que emerge das distintas possibilidades de "soma"?

No plano internacional não parece haver dúvida de que a integração dos mercados tende a se aprofundar sob a égide da globalização. O que nos permite projetar um fluxo de mercadorias crescente e a ampliação sustentada das atividades de transporte e logística, uma dos principais setores/cadeias propulsivas do município. Não obstante, é preciso entender que a dinâmica das exportações e importações que mobilizam o Porto (e a economia) de Rio Grande não dependem apenas da taxa de crescimento das economias forâneas e do processo de integração das economias nacionais associada à globalização. Essa dinâmica também depende da competitividade relativa da produção gaúcha e brasileira vis-à-vis os concorrentes destes territórios. E, neste plano, as perspectivas não são propriamente positivas.

No que diz respeito à competitividade das exportações gaúchas, em especial de suas commodities agropecuárias, as perspectivas de médio e longo prazo são pouco

alvissareiras. A produtividade (por ha) da agropecuária gaúcha parece estar muito próxima de seu limite superior, e não temos mais fronteira agrícola a ser ocupada. Além disso, os custos de produção de grãos e carne no cerrado são significativamente inferior aos custos no Rio Grande do Sul, o que acaba por deprimir preços e o valor agregado localmente.

Simultaneamente, o Brasil adotou, a partir do Plano Real um padrão de política monetário-cambial que vem induzindo à valorização da nossa moeda frente as divisas internacionais, o que encarece os custos em dólares de nossas exportações, deprimindo sua competitividade no plano internacional. Além disso, a integração financeira do Brasil (que alcançou o "Grau de Investimento", junto às principais companhias internacionais de avaliação de risco), as taxas de juros cronicamente elevadas, e a crescente participação de produtos da indústria extrativa mineral (minério de ferro, estanho, e, agora, petróleo) em nossa cesta de exportações vem exponenciando a tendência à valorização do real, deprimindo ainda mais nossa competitividade cambial. A crise da indústria calçadista gaúcha – que se mostrou incapaz de competir com as emergentes indústrias chinesa e indiana nos mercados globais e que optou por se transferir para o nordeste na busca de continuar atendendo o mercado nacional – é um exemplo (nada alvissareiro) dos desafios a que nossa indústria tradicionalmente exportadora está submetida. Por fim, há que lembrar que, a despeito de ser o Porto de maior calada e capacidade de movimentação de cargas do Rio Grande do Sul, parte da produção de nosso Estado vem sendo – e deverá continuar sendo – escoada por Portos de Santa Catarina e, inclusive, do Paraná e São Paulo. Uma alternativa que cresce com a crescente integração dos modais logísticos e modernização e ampliação do modal ferroviário (Norte-Sul). Em suma: não se pode projetar qualquer tendência clara e unívoca de crescimento (muito menos, de crescimento acelerado) para o setor de transporte e logística riograndino. A tendência

efetiva deste setor depende de um conjunto demasiadamente elevado e divergente de variáveis. De sorte que a taxa efetiva de crescimento desta cadeia/setor vai depender, em grande parte, da competividade, eficácia e eficiência dos serviços prestados pelo Porto de Rio Grande e pelos diversos elos da cadeia de transporte e exportação nucleadas pelo Porto.

A despeito de sua estruturação recente, o Polo Naval – que nucleia o setor/cadeia Metal-Mecânico-Material de Transporte de Rio Grande – já disputa com a cadeia portuário-logística a prevalência em termos de geração de empregos e renda no município[7]. O padrão particularmente acelerado de expansão do segmento nos últimos anos e o conjunto de investimentos planejados e em processo de instalação atualmente tem alimentado expectativas extremamente positivas de sustentabilidade de seu crescimento e consolidação, em futuro recente como principal segmento propulsivo da economia riograndina. Quer nos parecer que esta seja uma possibilidade real. Mas, de forma alguma, uma possibilidade definida ou consolidada. Senão vejamos.

Todo o projeto nacional de recuperação, expansão e qualificação competitiva da indústria naval no Brasil está associado à exploração de petróleo na plataforma marítima brasileira, que conta com perspectivas particularmente alvissareiras de expansão desde a descoberta das jazidas do Pré-Sal. Não obstante, a indústria naval nacional enfrenta um conjunto de debilidades cujo enfrentamento positivo ainda não estão assegurados. Em primeiro lugar, em função da desestruturação do setor a partir dos anos 80 impôs-se uma espécie de "retrocesso" dos estaleiros nacionais no percurso da longa curva de aprendizagem que caracteriza os setores da metal-mecânica vinculados à produção de bens sob encomenda. Este retrocesso elevou os custos de produção da indústria naval

[7] Na verdade, como veremos adiante, o setor logístico ainda é o principal empregador privado, mas a Metal-Mecânica-Naval já o suplante em termos de folha de salários e geração de renda.

nacional com relação aos custos dos principais produtores internacionais. E com a valorização do real ao longo dos últimos anos (que, pelas razões apresentadas acima, deve se prolongar por pelo menos mais uma década), as chances de que o Brasil torne-se um fornecedor mundial de embarcações no curto e no médio prazo são praticamente nulas. E, dada a globalização crescente, os produtos nacionais ofertados a preços superiores aos preços internacionais tendem a ser substituídos, nas compras privadas, pelo similar importado. Em suma: a dinâmica de crescimento da produção naval brasileira nos próximos anos é totalmente dependente da política de aquisições da Petrobrás e da política industrial do governo federal. Parece claro que a política em curso será sustentada. A não ser que esta estratégia venha a comprometer a velocidade dos investimentos no Pré-Sal e os custos do petróleo (e, por extensão, da gasolina, e por extensão do Nível Geral de Preços) no Brasil. Mas o que acontecerá com a indústria naval se o governo federal vier a ser hegemonizado por partidos políticos de inflexão liberal e críticos da política industrial atualmente adotada no país? ... Mais uma vez, impõe-se a conclusão de que a efetiva sustentabilidade do segmento depende da ampliação acelerada e continuidade de sua produtividade e competitividade frente os concorrentes atuais e potenciais no país e no exterior. Como o poder público municipal pode contribuir para alavancar esta competitividade será objeto de atenção detalhada adiante.

Outro setor/cadeia que protagonizou o crescimento de Rio Grande ao longo de toda a sua história foi a administração pública direta e indireta, responsável por um conjunto expressivo de investimentos locais nos segmentos de defesa, educação e saúde. Não parece haver sombra de dúvida de que o dinamismo destes segmentos é decrescente: seja em termos de número de empregados, quanto em termos de massa salarial, estas atividades vêm apresentando crescimento discreto (quando não negativo) nos anos recentes; um subproduto da estratégia dos governos federal (principalmente) e estadual

(secundariamente) de "espraiar" seus investimentos e sistemas de serviço ao longo do território nacional.

Tal como veremos detalhadamente na próxima seção, a indústria de transformação de Rio Grande está centrada na produção química (fertilizantes e combustíveis) e no processamento alimentar. A estagnação do setor petroquímico e seus determinantes (associados à venda do grupo Ipiranga e da escala relativamente não-competitiva da refinaria rio-grandense) são de domínio global. Dificilmente este setor superará a estagnação atual. De outro lado, a produção de fertilizantes e o processamento de grãos e carnes dependem da dinâmica da agropecuária gaúcha, cujas circunscrições já foram apontadas por nós acima.

Por fim, restam aqueles segmentos que atendem à demanda regional/estadual: turismo de lazer e estrutural e indústria da pesca. Estes dois setores vem apresentando dinâmicas divergentes, mas de intensidade similar: enquanto a indústria da pesca vem perdendo expressão na geração de emprego e renda de forma discreta, mas relativamente contínua desde os anos 70, a cadeia turística vem apresentando crescimento continuado, mas significativamente inferior ao seu potencial (avaliado pelo extraordinário crescimento do mesmo setor no litoral norte e na serra gaúchos).

Dado este quadro, o que se pode concluir em termos da tendência de longo prazo da economia riograndina? Muito pouco! Isto não envolve negar que a tendência de curto e médio prazo é de crescimento acelerado, em função dos expressivos investimentos em torno do Polo Naval. Mas se transitamos para o longo prazo reconhecendo a incerteza em torno da sustentabilidade da ousada política industrial atual, não há como deixar de reconhecer o impacto necessário da diversidade e heterogeneidade das pulsões dinâmicas que incidem sobre o território.

Mas se este quadro de incerteza impõe enormes desafios ao planejamento público do desenvolvimento, ele também potencializa este planejamento, ao ampliar os graus de liberdade e o potencial de eficácia das distintas políticas públicas passíveis de serem adotadas. Na realidade, não há como deixar de saudar o fato do principal desafio que se impõe ao planejamento do desenvolvimento de Rio Grande ser o "excesso de possibilidades e alternativas". Enquanto a maior parte dos municípios e regiões do Rio Grande do Sul que se deparam com um leque demasiado estreito de alternativas e perspectivas de futuro, Rio Grande sofre de "excesso". E não parece haver margem para dúvida de que, quando se trata de alternativas e graus de liberdade, é melhor padecer de excesso do que de falta.

2.2. Análise e Hierarquização das Atividades, Cadeias e Setores economicamente propulsivos de Rio Grande

Na primeira seção deste trabalho, analisamos a diversidade geográfica e geopolítica das impulsões econômicas que determinam a dinâmica do município de Rio Grande. Cabe, agora, analisar os segmentos produtivos internos que são mobilizados a partir dos movimentos e demandas econômicas dinamizadoras do território, independentemente de qual seja a origem geográfica e/ou geopolítica do movimento dinamizador. Esta análise envolverá dois momentos.

Em primeiro lugar, apresentaremos os princípios teóricos da classificação e hierarquização das atividades econômicas regionais. Nesta subseção apresentamos o: 1) significado analítico da distinção entre dispêndios, atividades e cadeias propulsivas e dispêndios, atividades e cadeias multiplicativas; 2) a hierarquia teórica imanente aos

distintos dispêndios (que mobilizam distintas atividades e cadeias) propulsivas; 3) algumas peculiaridades da economia riograndina que se desdobram na admissão a priori (vale dizer: antes de qualquer investigação empírica sobre a expressão efetiva das mesmas na geração de emprego e renda) da centralidade estratégica de um conjunto particular de atividades propulsivas (todos associados, de alguma forma, ao "turismo").

Na subseção subseqüente apresentaremos uma proposta de hierarquização das atividades propulsivas que, a despeito de assentada nos princípios teóricos anunciados em 2.1, resulta do levantamento empírico do volume de emprego direto e indireto e da magnitude da renda (também ela, direta e indireta) gerados no interior das mesmas. É nesta subseção que apresentamos e discutimos as categorias "setor produtivo" e "cadeia produtiva", explorando as peculiaridades da economia riograndina que nos obrigam a borrar a distinção – usualmente central – entre "setor" e "cadeia".

Princípios Teóricos da Hierarquização das Atividades Econômicas Regionais e sua aplicação ao Município de Rio Grande

Independentemente da origem territorial e/ou geopolítica da impulsão dinâmica que incide sobre a economia de uma região ela sempre se realiza a partir de uma demanda sobre atividades produtivas sediadas neste último. As demandas propriamente dinamizadoras – ou, como preferimos denominá-las, as demandas propulsivas – são as demandas autônomas. A estas, se contrapõem as demandas derivadas, que resultam da multiplicação no território da impulsão dinâmica original.

Esta distinção entre dois tipos de demanda é tão antiga quanto a própria Economia, encontrando-se no cerne do Tableau Économique de François Quesnay, de 1758. Em 1936, Na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Keynes propôs um padrão particular de classificação/distinção destas duas demandas básicas, que, desde então,

tornou-se o padrão de classificação por excelência no interior da Ciência Econômica. De acordo com Keynes, as demandas autônomas ou propulsivas são de três tipos: os investimentos, as exportações e os gastos governamentais. De outro lado, existiria uma única demanda propriamente derivada (ou "multiplicada"): o consumo, em todas as suas formas.

Esta diferenciação é essencialmente correta, mas não é a única existente, nem a única possível. Kalecki, por exemplo, propõe que se diferencie a parcela autônoma do consumo associada aos dispêndios das famílias de altas rendas e detentoras de elevado patrimônio (que permite independizar o consumo das mesmas frente à magnitude da renda auferida no período imediatamente anterior), da parcela do consumo que é efetivamente derivada, com origem nos trabalhadores (cujo consumo é diretamente dependente dos salários auferidos no passado recente). Por razões detalhadas logo adiante, a distinção kaleckiananos parece pertinente e particularmente útil quanto procuramos refletir a dinâmica de economias regionais (por oposição a economias nacionais, objeto privilegiado de reflexão, tanto de Keynes, quanto de Kalecki[8]).

Além disso, é preciso entender que uma parcela muito expressiva dos – reconhecidamente autônomos – "gastos do governo" se realiza através do pagamento dos salários do funcionalismo público e (no caso do Brasil) através do pagamento de aposentadorias e de inúmeras outras transferências (salário desemprego, FGTS, Bolsa Família, etc.) para agentes civis[9]. Mas o potencial propulsivo, tanto os dispêndios do governo com salários, quanto com as transferências, se dá, fundamentalmente, pela

[8] Na realidade, é sé na versão simplificada da teoria keynesiana do consumo que esta variável é tomada como mero "reflexo". Keynes reconhece que parte do consumo é autônomo, mas não chega a desenvolver propriamente uma teoria sobre o tema.

[9] Na realidade, apenas os gastos com "salários" aparecem na equação macroeconômica fundamental (PIB = C + G + I + X – M) como gastos do governo. As transferências ingressam na identidade entre Produção e Demanda diretamente como consumo das famílias. O que importa entender é que este consumo é autônomo, a despeito de não ser consumo capitalista, também é "autônomo". E o é porque deriva de um "Gasto (impositivo, por força de lei) do Governo".

conversão destes valores em consumo. Um consumo que – tal como o consumo capitalista - não é rigorosamente derivado, mas autônomo e propulsivo. E, a depender do padrão de estruturação econômica das regiões, esta demanda autônoma ganha tamanha expressão que impõem sua explicitação e a análise detalhada de sua evolução.

Mas a principal "pontuação" que se tem de fazer à classificação keynesiana tradicional das demandas "autônomas" e "derivadas" quando se passa do plano nacional para o regional não são as referidas acima. A principal pontuação foi apresentada feita por North em seus artigos canônicos dos anos 50 (1955, 1959). Para North, o que caracteriza toda a região subnacional é o fato dela ser muito mais especializada do que a nação[10]. Desde logo, sequer as regiões mais industrializadas do território nacional produzem a totalidade dos bens de capital que a nação produz. As imposições competitivas levam à criação de "clusters" regionalmente especializados, inclusive no setor de bens de produção. De sorte que se quer as regiões densamente industrializadas tendem a ser mobilizadas pela demanda de investimentos, pois as empresas inversoras são obrigadas a adquirir a maior parte de insumos e equipamentos em outras regiões[11]. E se o impacto positivo do investimento sobre a demanda regional é mínima (e, no limite, negligenciável) em regiões densamente industrializadas, este impacto será rigorosamente nulo em regiões/territórios que não produzem qualquer bem de capital. E estas regiões perfazem a grande maioria dos territórios. De sorte que a assertiva de North ganha foros de efetiva generalidade.

10 E isto é impositivo. A região que produz para o mercado nacional tem que apresentar vantagens absolutas nos produtos que "exporta". Para a nação, bastam vantagens relativas (ou "comparativas", como se convencionou chamar).

11 Mesmo um município como Caxias do Sul, em nosso Estado, caracterizado pela densidade e diversidade de sua malha industrial, e que conta com um amplo conjunto de empresas produtoras de bens de capital (ônibus, caminhões e algumas – poucas - máquinas agrícolas e industriais), é obrigado a importar a maior parte dos insumos e equipamentos (do "cimento" às "máquinas especializadas") necessários à ampliação da capacidade produtiva das empresas sediadas em seu território. A economia de Caxias do Sul é "dinamizada" quando a demanda "externa" sobre sua produção (inclusive de bens de capital) sofre uma variação positiva. É quando "exporta mais" – e não quando investe – que a produção e a renda crescem em Caxias.

A crítica de North à relevância propulsiva imediata (via demanda!) dos gastos em investimento para as economias regionais se estende à produção dos bens de consumo capitalista. Na verdade, North "esgarça" esta categoria kaleckiana, incorporando o conjunto dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, aviões, iates, etc.), cuja produção tende a se concentrar em alguns poucos polos nacionais. De sorte que, de acordo com North, na maior parte das regiões, o conjunto dos investimentos e aquisições de bens de consumo durável se converte em importações, sendo nulo o seu poder mobilizatório (multiplicativo) sobre o território. Neste caso, das quatro demandas autônomas de Kalecki– Investimento, Consumo Capitalista, Exportações e Gastos Governamentais – apenas as duas últimas incidem sobre a quase totalidade das regiões. O que implica dizer que apenas as exportações da região para (outras regiões do país, ou para o exterior) e os dispêndios do governo (inclusive salários e transferências) no território apresentam potencial propulsivo significativo para territórios sub-nacionais[12].

Mas estas duas categorias de gasto autônomo não apresentam o mesmo potencial mobilizatório sobre o território. Desde logo, se os gastos governamentais são financiados com tributação incidente sobre os domiciliados na região sob análise, seu poder multiplicativo é inferior ao poder multiplicativo das exportações. Esta hierarquia é intuitiva: a renda monetária disponível dos cidadãos corresponde à sua renda bruta menos os impostos. De sorte que os gastos governamentais sustentados por tributos não ampliam a renda disponível dos munícipes[13]. De outro lado, se os gastos governamentais

[12] Muito provavelmente, esta conclusão não é válida para a Região Metropolitana de São Paulo. Entendemos que esta exceção deve ser tratada como tal, como um caso particular, como uma exceção. Esta exceção, contudo, não anula a regra: confirma-a.

13 Esta distinção é, de fato, muito complexa e só pode ser adequadamente tratada se se resgata a teoria do multiplicador do orçamento equilibrado que postula: 1) o multiplicador deste tipo de gasto é positivo, mas unitário; 2) sua capacidade mobilizatória de longo prazo é tão menor quanto mais regressivo (incidindo sobre a população de baixa renda) for o sistema tributário. A este respeito veja-se Haavelmo, 1945.

se realizam sem contrapartida tributária (são deficitários), seu multiplicador é similar ao multiplicador das exportações.

Ora, no plano municipal, o conjunto dos dispêndios do governo federal (e parte dos dispêndios dos governos estaduais) pode ser tomado como "gastos deficitários". E isto na medida em que a carga tributária federal (e, em parte, a estadual) é impositiva e pode ser tratada como um "gasto naufragado", um "custo fixo irrecuperável". De outro lado, os dispêndios federais (e, em parte, estaduais) que incidem sobre os municípios e que estão associados à geração e disponibilização de serviços especializados voltados ao atendimento de uma população rigorosamente "regional" (vale dizer: domiciliada em um território significativamente maior do que o território do município que recebe os investimentos) deve ser pensada como dispêndios deficitários para o município. Pois mesmo que estejam baseados em equilíbrio fiscal, a maior parte dos tributos que sustentam tais dispêndios é arrecadada em outros territórios. De sorte que, para os munícipes, estes dispêndios governamentais não tem contrapartida tributária, tomando a forma de dispêndios (localmente) deficitários. E o multiplicador dos gastos deficitários do governo é equivalente ao multiplicador das exportações. De outro lado, todo um conjunto de dispêndios do governo associados à manutenção de estruturas administrativas é financiado por tributos localmente incidentes e se realizam em condições de equilíbrio fiscal. O que impõe a distinção e análise em separado dos dispêndios governamentais associados à sustentação de atividades estritamente "administrativas", daqueles dispêndios nos "Serviços Públicos Básicos" de Educação e Saúde[14].

Por fim, há um dispêndio de "consumo autônomo" muito particular, que deve ser objeto em separado sempre que sua expressão econômica (atual e/ou potencial) no

[14] Voltaremos a esta importante distinção mais adiante.

interior do território sob análise for expressiva. E o potencial mobilizatório deste segmento de atividade em Rio Grande é particularmente expressivo. Estamos nos referindo ao turismo. Na realidade – a despeito dos dispêndios do turismo assumir a forma de "consumo" – no plano analítico rigoroso estes dispêndios são uma forma particular de "exportação". E, no caso de Rio Grande, estão fortemente associados à dinâmica de dispêndios governamentais. Senão vejamos.

Em sua forma mais simples, o turismo é uma "exportação ao contrário". Tal como nas demais exportações, a renda associada ao turismo advém da venda de bens e serviços para compradores externos. Só que a internalização desta renda não se dá pela exportação propriamente de bens ou serviço, mas da "importação" do próprio agente do dispêndio: o turista.

Além disso, há um turismo muito particular que se assenta diretamente no "gasto do governo". E este é, justamente, o subgrupo turístico com maior potencial de multiplicação da renda em qualquer território: o turismo estrutural ou permanente.

O turista estrutural é aquele cuja fonte de renda é externa e que migra (domiciliando-se) no território sob análise por avaliar que o mesmo proporciona maior "qualidade de vida". A quase totalidade deste grupo turístico é composta de "aposentados". Seus dispêndios são rigorosamente deficitários (seja porque a base tributária que sustenta seus recebimentos é territorialmente difusa, seja porque o sistema previdenciário nacional é cronicamente deficitário). O que significa dizer que ele exerce demanda e injeta recursos monetários na economia de forma continuada e sistemática sem qualquer contrapartida tributária local. E, tal como qualquer outro turista, suas demandas não estão associadas a qualquer oferta local de bem ou serviço. Ele é um consumidor líquido; ele não disputa renda ou fatias de mercado com as empresas e os fornecedores locais de

serviços e fatores. Ele gasta, ao longo de todo o ano, sem produzir nada. Ele é o turista ideal. E Rio Grande tem um potencial evidente para atração deste tipo de turista. E também dos demais turistas.

Na realidade, o potencial turístico de Rio Grande é absolutamente global, envolvendo desde o turismo de "lazer-veraneio" (que vem sustentando o acelerado crescimento dos municípios do litoral-norte), passando pelo turismo de negócios (que é exponenciado pelas atividades comerciais-logística-portuárias do município e pelo boom industrial local derivado da implantação do Polo Naval), pelo turismo de serviços (moradores de municípios do entorno que buscam os serviços especializados de educação, saúde e comércio), e pelo turismo padrão (assentado sobre a visita de pessoas domiciliadas em territórios relativamente remotos tranqüilos e com patrimônio histórico-cultural rico e diversificado)[15].

Mas o ponto central a entender aqui e agora é a dimensão metodológica subjacente a opção de "destacar" a atividade turística em Rio Grande. Ao contrário dos demais critérios de hierarquização de atividades - que são rigorosamente universais e impositivas na análise de qualquer região - o tratamento "em separado" do turismo não é uma exigência a priori. Em alguns municípios, a expressão atual e potencial do turismo enquanto dispêndio dinamizador é tão pequena que ele pode ser incluído em "outros consumos autônomos". O destaque dado ao turismo aqui se justifica por seu potencial

[15] Vale observar que o turista padrão é o mais exigente e volátil, solicitando uma oferta qualificada de serviços turísticos básicos de hotelaria e gastronomia. Em especial, este turista valoriza muito a gastronomia "local" e os "restaurantes tradicionais (inclusive os de rua, de Mercados Públicos, etc.). E Rio Grande já o recebe: na condição de único porto gaúcho de mar, Rio Grande entra, naturalmente na rota dos Cruzeiros, Rio-Buenos Ayres. Não parece difícil perceber que a qualidade e diversidade da oferta de serviços turísticos básicos em Rio Grande está muito aquém do que se poderia esperar de um município que almeja manter e expandir a indústria turística. Vale lembrar que o turista estrutural também é atraído por este tipo de serviço. E os cruzeiros agregam um número elevado de aposentados abastados que avaliando possibilidades de futuro domicílio ou veraneio. Na subseção 2.2., vamos avaliar como Rio Grande vem explorando este "nicho de gasto autônomo" comparando o padrão de crescimento do turista estrutural (tomando por proxy o crescimento relativo do número de aposentados) e dos demais turismos (pela dinâmica da hotelaria e restaurantes).

particular em Rio Grande. O que implica em uma outra "lei geral" da análise da dinâmica regional: há variáveis que só ganham destaque no sistema analítico na medida em que estão associadas a atividades cujo potencial de crescimento e alavancagem da economia local é particularmente elevado.

2.2.1 Hierarquizando as atividades, setores e cadeias produtivas riograndinas em função de sua expressão na geração de emprego e renda

Na subseção anterior apresentamos os principais determinantes teóricos da hierarquização de atividades econômicas. Em especial, buscamos demonstrar a prevalência das atividades mobilizadas pela "exportação" de bens e serviços, sobre as atividades mobilizadas pelos demais gastos autônomos e pelo consumo dos munícipes no interior do mesmo. Estes elementos, contudo, são insuficientes para a hierarquização efetiva das atividades e setores locais. Afinal, Rio Grande "exporta" um amplo conjunto de bens (arroz, pescado, fertilizantes, combustíveis, plataformas para a exploração de petróleo, etc.) e de serviços (logístico-portuários, educação superior, turísticos, etc.). O que impõe a pergunta: quais as atividades que apresentam a maior capacidade propulsiva? Qual o potencial mobilizatório dos serviços logístico-portuários? Ele é maior, menor ou similar ao potencial mobilizatório do Polo Naval? Qual a contribuição atual dos serviços turísticos na mobilização da economia riograndina? Esta contribuição é maior, menor ou similar à contribuição dos Serviços Públicos Básicos de Educação e Saúde?

Estas perguntas não podem ser respondidas no plano estritamente teórico. Seu enfrentamento pressupõe o resgate e sistematização analítica das informações disponíveis sobre a geração de emprego e renda no interior das distintas atividades. Mas

este resgate tem de ser realizado à luz dos princípios analíticos apontados acima, acrescidos de um novo (e último) princípio teórico, cuja apresentação delegamos a esta subseção na medida em que sua adequada compreensão pressupõe exemplificações empíricas.

Tal como sinalizamos anteriormente, as atividades propulsivas de um território devem ser hierarquizadas pelo sua capacidade mobilizatória objetiva, expressa no volume de emprego e renda gerada pelas mesmas. Contudo, o emprego e a renda que efetivamente importam não se reduzem ao emprego e à renda gerada diretamente nas atividades de exportação (ou sustentadas por gastos governamentais), mas no emprego e na renda total. Assim, quanto mais encadeada no território, maior a capacidade mobilizatória de uma atividade qualquer. Para que se entenda este ponto, vamos tomar um exemplo canônico de cadeia produtiva plenamente encadeada no território gaúcho: a cadeia calçadista.

Se observarmos a estrutura produtiva industrial dos municípios do Vale dos Sinos ao longo dos anos 90 (que corresponde ao auge da indústria calçadista) somos levados a pensar que a produção regional é altamente diversificada. E isto na medida em que parcela expressiva dos empregos diretos e da massa salarial advém de setores tais como: papel e papelão, química, madeira, borracha e plástico, metalurgia, etc. Não obstante, quando observamos com atenção a produção das empresas alocadas nestes distintos setores veremos que: 1) parcela expressiva das empresas "químicas" produz "cola para sapatos"; 2) inúmeras empresas do setor "madeira" produzem solado (tal como grande parte das empresas do setor "borracha e plásticos"); 3) o setor de "papel e papelão" é virtualmente monopolizado pela produção de caixas (embalagens) para sapato; 4) as empresas do ramo metalúrgico usualmente produzem componentes metálicos para calçado (em especial a chamada "alma" do calçado feminino).

Vale dizer: à aparente diversificação setorial se contrapõe uma elevadíssima especialização produtiva real no interior da cadeia calçadista. Ora, quando buscamos hierarquizar as atividades propulsivas de um território em função de sua capacidade de geração de emprego e renda, o que importa não é o emprego direto gerado nas mesmas. Mas o emprego total, gerado na cadeia produtiva na qual cada atividade propulsiva está inserida. E isto tanto por razões estruturais, quanto dinâmicas. Afinal, quando cai o emprego no elo central de uma cadeia (a produção de sapatos, por exemplo), cai, proporcionalmente, o emprego em todos os elos, seja a montante (produção de solado, cola, etc.), quanto a jusante (produção de embalagens, transporte, comércio, etc.).

Não nos parece necessário demonstrar exaustivamente a prevalência da cadeia sobre seu elos na hierarquização das atividades pelo critério da geração de emprego e renda, pois ele é intuitivamente evidente[16]. Muito mais relevante no plano analítico é avaliar a complexidade imanente à determinação do "pertencimento" das atividades a esta ou aquela cadeia. Uma dificuldade que – como veremos logo adiante – é exponenciada (e quase levada ao paroxismo) na economia riograndina em função das peculiaridades de sua organização produtiva derivadas da centralidade das funções logístico-portuária e da expressão (atual e potencial) do turismo no território.

Na grande maioria dos territórios, as atividades de comércio a varejo de bens de consumo não-duráveis são facilmente classificáveis como atividades exclusivamente multiplicativas. E isto na medida em que a demanda que incide sobre estas atividades é,

[16] Qualquer demonstração rigorosa envolveria resgatar a análise das relações intersetoriais no interior de uma Matriz de Insumo Produto (MIP). O que pressupõe um domínio não elementar de Álgebra Linear. Entendemos que os benefícios de compreensão associados à demonstração matemática deste princípio não compensariam os custos que um tal circunlóquio imporia aos leitores. Para os interessados no tema, recomendamos a leitura dos textos clássicos de Leontief,autor que sistematizou a análise de insumo produto em meados do século passado (Leontief, 1983).

essencialmente, uma demanda realizada por trabalhadores locais, cuja renda primária advém da ocupação em atividades propulsivas (de exportação e/ou mobilizadas por gastos governamentais)[17]. Mas numa "cidade-porto", que recebe, ao longo de todo o ano, um número expressivo caminhões e cargas destinadas à exportação, parcela expressiva da demanda de combustíveis e de peças e serviços para a manutenção de veículos automotores não são demandas de "consumo", mas dispêndios intermediários realizados por agentes vinculados à "cadeia do transporte e da logística". O que impõe a questão: onde classificar estes dispêndios? A atividade de venda de combustível responde a uma demanda autônoma (derivada de uma cadeia de exportação) ou a uma demanda secundária (derivada das rendas dos assalariados domiciliados no município)?

Para além da cadeia "logístico-portuária", Rio Grande conta com outras cadeias propulsivas – como o turismo em seus mais diversos padrões; inclusive aquele estimulado pelos Serviços Públicos Básicos de Educação e Saúde – que são embasadas em serviços. Nestes casos, a demanda propulsiva se associa ao deslocamento do agente do dispêndio (por oposição ao deslocamento do bem). E quando a "exportação" se realiza "ao contrário", as atividades voltadas ao atendimento do consumo local ganham caráter "misto": elas são mobilizadas, tanto por rendas derivadas, quanto por dispêndios primários (assentadas em decisões de gasto e em rendas auferidas no "exterior"). O que complexifica sobremaneira a classificação das atividades de atendimento ao consumo "no" local.

O enfrentamento deste problema envolveu dois movimentos. De um lado, optamos por classificar diretamente algumas atividades riograndinas como "mistas". O que as deixa numa espécie de "limbo" e complexifica sobremaneira o cálculo do multiplicador

17 Em função da própria multiplicação, os empregados nas atividades derivadas tornam-se consumidores dos serviços prestados nas mesmas, impondo a ampliação de sua oferta e estimulando a geração de novos empregos. Todo este movimento, contudo, é derivado da demanda primária associada às rendas dos ocupados em atividades propulsivas.

do emprego local a partir do emprego "básico" (nas atividades propulsivas). Buscando driblar este problema, adotamos, simultaneamente, o princípio de classificação pela "principalidade", apelando para a "compensação dos erros". Por exemplo: quando alocamos a totalidade do emprego e da renda gerado em "restaurantes" no interior da cadeia propulsiva do "turismo e lazer" não estamos ignorando o fato de que parcela expressiva de seus usuários são assalariados locais, de sorte que o emprego em restaurantes é, parcialmente, multiplicativo. Mas este "erro" tende a ser compensado pela alocação integral do emprego em "padarias e confeitarias" junto às atividades multiplicativas, a despeito destes estabelecimentos também atenderem a turistas e a agentes forâneos que operam na cadeia portuário-logística.

O segundo elemento de particularidade da estrutura produtiva riograndina se encontra no crônico "encurtamento" de suas cadeias em função da centralidade das funções portuárias no município. Desde logo, quanto menores são os custos de transporte de um insumo qualquer, menores são os estímulos para a sua produção local. E quanto mais sofisticado, complexo e integrado (multimodal) é um dado sistema logístico, menores são os custos de importação e transporte[18]. Além disso, existem bens cujo beneficiamento no entorno de um grande porto é estimulado em função das diferenças técnicas e econômicas dos transportes hidroviário e rodoferroviário. Um exemplo: o custo do transporte rodoviário de óleo de soja é muito superior aos custos do transporte a granel (grão não-processado). Mas os diferencias de custo caem expressivamente no transporte naval. De sorte que, a despeito da produção agrícola local de soja ser inexpressiva, a indústria beneficiadora de soja é expressiva no município. O

[18] Este é um dos principais limitadores do alongamento da cadeia produtiva naval. Não pode restar dúvidas de que este alongamento ocorrerá, com a emergência de importantes elos produtivos à jusante e à montante dos estaleiros voltados á montagem das estruturas flutuantes. Mas o encadeamento local será inferior ao encadeamento que se poderia esperar de atividades situadas em territórios com sistemas logísticos menos desenvolvidos.

mesmo ocorre com a indústria de fertilizantes em Rio Grande: ela, nem conforma, nem faz parte, de uma "cadeia" propriamente dita do território. Seus principais insumos são produzidos fora e seu principal destino (a agropecuária gaúcha) também é forâneo. Seu enraizamento no município se assenta nos diferenciais de custo do transporte marítimo e terrestre de insumos químicos e das vantagens competitivas associadas à produção (e "customização") de fertilizantes nos polos urbano-portuários que atendem a uma região ampla, mas que apresenta suficiente homogeneidade para apresentar um leque de carências de nutrientes conhecido e suficientemente estreito para viabilizar a produção dos distintos padrões de fertilizantes requeridos em uma única planta fabril.

Poderíamos fornecer inúmeros outros exemplos do impacto das funções portuárias na estrutura produtiva local. Mas o que importa é resgatar o desdobramento global e universal destas funções: a depressão dos estímulos ao alongamento (e, no limite, à própria constituição) das cadeias produtivas (em sentido rigoroso; por oposição a "setores produtivos"[19]) no território. As cadeias produtivas em territórios portuários beneficiados com sistemas logísticos diversificados tendem a ser mais curtas do que as cadeias similares situadas nas demais regiões.

Esta particularidade da economia "portuária" impôs uma discreta inflexão na metodologia tradicional de integração/encadeamento das atividades propulsivas, passo necessário à hierarquização das mesmas a partir da capacidade de geração de emprego

[19] A despeito dos termos "cadeias produtivas" e "setores produtivos" serem utilizados de forma ampla e disseminada na literatura econômica como "quase-sinônimos" eles correspondem a padrões muito distintos – e, no limite, antagônicos! - de integração integração de empresas par afins analíticos. Os setores produtivos – como o "metal-mecânico", a "química" ou "vestuário e calçados" – são agrupamentos de empresas que apresentam padrões técnico-produtivos similares, que oferecem leques relativamente similares de produtos. As empresas de um mesmo setor são essencialmente concorrentes umas das outras, e se vinculam (enquanto clientes e fornecedores) às mais distintas cadeias produtivas. Nas cadeias produtivas propriamente ditas, há empresas dos mais distintos setores e que operam nos mais distintos padrões técnicos e organizacionais. Uma cadeia típica deita suas raízes em atividades primárias (agropecuária e indústrias extrativas) e conta com inúmeros elos industriais e de serviços. Mais uma vez, a cadeia calçadista é exemplar: seus elos iniciais são a pecuária (que produz o couro) e a exploração de petróleo (base dos insumos plásticos) e seus elos finais são o comércio varejista de calçados.

e renda. Dada a tendência ao encurtamento das cadeias e a emergência de um tipo particular de "cluster" industrial que se assenta na exploração das economias externas e vantagens competitivas assentadas derivadas do sistema logístico-portuário, passamos a adotar um padrão "misto" de integração de atividades, que denominamos "setor-cadeia". Esta classificação não é "canônica". Pelo contrário. Está assentada numa quase confusão de categorias essencialmente opostas: setores são agrupamentos de empresas com identidades "horizontais" (sistemas técnico-produtivos similares), enquanto as cadeias apresentam unidade vertical (sistema de fornecimento-clientela). Não obstante, seria ainda mais equivocado tentar impor um padrão "ortodoxo" de classificação e integração de atividades, desconhecendo o fato das peculiaridade da economia riograndina imporem uma espécie de aproximação e confusão de padrões classificatórios de natureza e funções distintas[20].

2.2.1.1. A estrutura produtiva riograndina: uma análise a partir da RAIS

A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – é um banco de dados gerenciado e disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego com um amplo conjunto de informações sobre número e porte dos estabelecimentos produtivos, volume de emprego formal, e a massa de salários associada a estes nas distintas unidades e níveis da federação brasileira.

As informações da RAIS são disponibilizadas no sistema CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), que identifica/diferencia um total de 580 atividades

20 Não deixa de ser irônico o fato de Rio Grande virtualmente impor o resgate (ainda que parcial) da confusão usual (mas nem por isto menos equivocada) entre cadeia e setor. Mais uma vez, o que se impõe aqui é a flexibilização das regras gerais a partir das particularidades de organização econômica do território sob análise.

econômicas no território nacional. De acordo com a RAIS 2011, o Rio Grande do Sul conta 292.578 estabelecimentos em atividade, que geram 2.920.589 empregos formais e operam em 543 atividades das 580 atividades registradas nacionalmente. Neste mesmo ano, a RAIS registra 3.793 estabelecimentos ativos em Rio Grande, que geram 44.976 empregos formais e operam 240 atividades.

Quadro 6 – Quadro Básico da RAIS

Quadro Sinóptico Básico RAIS - RG			
Território	População	Número de Estabelec	Núm Emp Formais
Rio Grande	197.253	3.793	44.976
RS	10.629.072	292.578	2.920.589
% RG em RS	1,86%	1,30%	1,54%

Tal como se pode observar no Quadro 6, acima, a participação de Rio Grande, seja no emprego formal total do Estado (1,54%), seja no número de estabelecimentos formalizados junto ao MTE (1,30%) é significativamente inferior à participação deste município na população total do Estado. A adequada interpretação deste resultado – em princípio, negativo, sinalizando baixo empreendedorismo local e elevado desemprego estrutural – depende do seu cotejamento com outras informações, tais como a estrutura etária da população e a participação dos aposentados (turistas estruturais) na população total.

No Quadro 7, reproduzido abaixo, apresentamos a distribuição do emprego formal e dos salários correspondentes entre atividades classificadas em 4 grupos: 1) atividades propulsivas (que são subdividas de acordo com a origem do gasto autônomo: Exportações (1.1) ou Gastos do Governo (1.2); 2) atividades mistas; 3) atividades derivadas

ou multiplicativas; e 4) atividades de padrão dinâmico indeterminado[21]. O primeiro a observar é a relativa estabilidade das atividades propulsivas no emprego total (pouco abaixo de 50%) e na massa salarial total (pouco acima de 60%). Além disso, parece estar havendo uma perda relativa de expressão das atividades propulsivas assentadas nos gastos do governo frente as atividades propulsivas mobilizadas por demandas externas (voltadas às exportações). Enquanto o número de empregados e a massa de salário nas atividades exportadoras apresentaram variação anual de 5,38% e 4,4% ao ano, respectivamente, o número de empregados no segmento propulsivo sustentado por gastos governamentais crescia a 2,6% a.a., enquanto a massa salarial deste segmento cresceu a 2,26% a.a. Não obstante, este movimento de re-hierarquização dos dois segmentos propulsivos ainda é parcial: a despeito do número de ocupados nas atividades de exportação haver superado o número de funcionários públicos da administração direta e de empregados nos Serviços Públicos Básicos de Educação e Saúde, a massa salarial deste último segmento (que correspondia a 37,51% da massa de salários do pessoal formalmente ocupado em Rio Grande em 2011) ainda é significativamente superior à dos empregados nas atividades de exportação (28,2% do total, no mesmo ano). E como o processo de multiplicação da renda local se dá a partir dos dispêndios em consumo dos rendimentos auferidos nas atividades/setores/cadeias/segmentos propulsivos, os dados disponíveis indicam que a economia riograndina ainda é altamente dependente da dinâmica de dispêndios governamentais e, em especial, da massa salarial do funcionalismo público.

[21] Neste último grupo, alocamos atividades de representação e organização social e/ou sindical, atividades mal definidas (do tipo "produtos diversos") e atividades industriais produtoras de bens potencialmente exportáveis, mas que apresentam uma expressão muito pequena no emprego e na massa salarial total, de sorte que seu Quociente Locacional é significativamente inferior à unidade.

Quadro 7: Estrutura e Evolução do Emprego Formal e da Massa Salarial entre 2000 e 2011 nas Atividades Propulsivas, Mistas, Derivadas (Mult) e de Dinâmica Indeterminada (Fonte: RAIS)

Variáveis	Número de Empregados					Massa de Salários				
Ano	2000	2005	2010	2011	Var 00-11	2000	2005	2010	2011	Var 00-11
1) Atividades Propulsivas (Total)	13.944	16.314	18.610	21.370	3,96%	77.876	75.826	90.216	109.126	3,11%
% Total de Ativ Prop no Total	49,78%	48,34%	46,69%	47,51%	x	61,54%	61,13%	64,86%	65,71%	x
1.1) Atividades Propulsivas de Exportação	6.333	8.072	9.147	11.273	5,38%	29.150	28.698	31.896	46.833	4,40%
% Ativ Prop X no Total	22,22%	23,92%	22,95%	25,06%	x	23,04%	23,13%	22,93%	28,20%	x
1.2) Atividades Propulsivas G.Governo	7.611	8.242	9.463	10.097	2,60%	48.727	47.127	58.320	62.294	2,26%
% Ativ Prop GG no Total	27,56%	24,42%	23,74%	22,45%	x	38,51%	37,99%	41,93%	37,51%	x
2) Atividades Mistas	5.979	8.036	10.719	12.073	6,60%	21.349	20.309	24.255	29.814	3,08%
% Ativ Mistas no Total	21,65%	23,81%	26,89%	26,84%	x	16,87%	16,37%	17,44%	17,95%	x
3) Atividades Derivadas (Multiplicativas)	4.576	6.099	8.504	9.076	6,42%	16.103	15.183	16.258	17.494	0,76%
% das Ativ Derivadas no Total	16,57%	18,07%	21,34%	20,18%	x	12,73%	12,24%	11,69%	10,53%	x
4) Outras Atividades (Dinâmica Indeterminada)	3.116	3.296	2.026	2.457	-2,14%	11.214	12.730	8.365	9.643	-1,36%
% Outras Ativ no Total	12,00%	9,77%	5,08%	5,46%	x	8,86%	10,26%	6,01%	5,81%	x
TOTAL GERAL	27.615	33.745	39.859	44.976	4,53%	126.542	124.048	139.094	166.078	2,50%

O Quadro 7, acima, também revela a consistência (teoricamente esperada) entre o crescimento do emprego e da renda nos setores propulsivos e no conjunto da economia. Na realidade, a massa de salários vem crescendo a uma taxa discretamente superior no segmento propulsivo (em média, 3,11% a.a.) vis-à-vis o conjunto da economia (média de 2,5% a.a.). Esta discrepância não deixa de ser curiosa, uma vez que o conjunto da economia brasileira vem passando por um acelerado processo de redistribuição de rendimento, o que deveria implicar numa elevação do multiplicador e, por extensão, numa taxa de crescimento mais elevada da renda auferida nas atividades de perfil "misto" ou "derivado". Este resultado algo surpreendente pode se explicar por dois movimentos alternativos (ou por uma composição de ambos): ou parte da renda dos agentes produtivos nos setores propulsivos está sendo canalizada para fora (via transferências, poupança financeira ou ampliação dos gastos de consumo realizados fora do município), ou a multiplicação da renda pelo consumo local tem estimulado setores

de baixa formalidade, cuja dinâmica não pode ser acompanhada pelo banco de dados da RAIS[22].

No Quadro 8, reproduzido abaixo, observamos esta mesma dinâmica a partir de um nível maior de abertura das atividades. Com base nos critérios analíticos apresentados anteriormente, identificamos 18 setores-cadeias fundamentais na economia riograndina, dentre os quais, 3 (Alimentar, Transporte-Logística e Outros) sofreram sub-divisão interna, gerando 10 sub-setores-cadeias. Ao fim e ao cabo, foram identificados 25 setores-cadeias em Rio Grande. Dentre estes, 5 foram caracterizados como propulsivos de exportação, 3 como propulsivos governamentais, 7 foram classificados como mistos, 4 foram classificados como especificamente multiplicativos e 6 foram considerados inclassificáveis.

[22] Tal como veremos adiante, a taxa de crescimento normalizada da ocupação total (formal e informal) em Rio Grande tem superado a taxa de crescimento do emprego formal, o que reforça a segunda hipótese levantada acima. Não obstante, dado o crescimento acelerado do emprego nas atividades vinculadas ao Polo Naval, e dado que parcela não desprezível dos ocupados nestas atividades foi atraída para o município recentemente, é bastante provável que também tenha se elevado o vazamento para o exterior de parcela dos rendimentos auferidos nos segmentos propulsivos.

Quadro 8: Participação dos Principais Setores-Cadeias Produtivas de Rio Grande na Geração de Emprego Formal e na Massa Salarial (Fonte: RAIS)

Classificação dos Setores-Cadeias				Número de Empregados				Rendimento em Salários Mínimos			
Setor-Cadeia	Sigla Setor-Cadeia	Num Setor-Cadeia	Padrão Dinâmico	2000	2011	Tx Anual de Var Emprego 00-11	% do Emprego em 2011	2000	2011	Tx Anual de Var Mas Sal 00-11	% da Massa Sal em 2011
TOTAL	**TOT**	**x**	**x**	**27.615**	**44.976**	4,53%	100,00%	**126.542**	**166.078**	2,50%	100,00%
Metal-Mecânica e Material de Transporte	metmectran	1,0	1,1	148	3.169	32,12%	7,05%	467	19.668	40,51%	11,84%
Transporte e Logística	transp-log	2,0	2	3.128	6.388	6,71%	14,20%	17.299	20.522	1,57%	12,36%
Transporte e Logística Portuária	transp-log	2,1	1,1	1.731	3.614	6,92%	8,04%	11.555	13.586	1,48%	8,18%
Transporte e Logística Parcte Multiplic	transp-log	2,2	2	1.397	2.774	6,43%	6,17%	5.744	6.936	1,73%	4,18%
Alimentar	alimentar tot	3,0	2	2.974	2.797	**-0,56%**	6,22%	7.309	5.520	**-2,52%**	3,32%
Alimentar Pesca	alimentar pesca	3,1	1,1	2.431	1.866	**-2,38%**	4,15%	4.342	2.753	**-4,06%**	1,66%
Outros Alimentar de Exportação (exc Pesca)	alimentar x	3,2	1,1	506	899	5,36%	2,00%	2.906	2.729	**-0,57%**	1,64%
Alimentar Local	alimentar loc	3,3	3	37	32	**-1,31%**	0,07%	61	37	**-4,37%**	0,02%
Administração Pública	adm pub	4,0	1,2	5.400	5.455	0,09%	12,13%	42.445	31.339	**-2,72%**	18,87%
Construção Civil	conciv	5,0	2	1.188	3.631	10,69%	8,07%	3.321	9.903	10,44%	5,96%
Química, Petroquímica e Borracha	quimpetrbor	6,0	1,1	1.517	1.725	1,17%	3,84%	10.323	8.096	**-2,18%**	4,87%
Agropecuária	agropec	7,0	2	643	790	1,89%	1,76%	1.831	1.752	**-0,40%**	1,06%
Serviços Públicos Básicos - Educação	spb-edu	8,0	1,2	478	2.345	15,56%	5,21%	1.348	21.155	28,44%	12,74%
Serviços Públicos Básicos - Saúde	spb-saúde	9,0	1,2	1.733	2.297	2,59%	5,11%	4.934	9.800	6,44%	5,90%
Turismo e Lazer	turis-laz	10,0	2	920	1.859	6,60%	4,13%	1.613	2.689	4,76%	1,62%
Serviços Prestados às Empresa	spe	11,0	2	1.193	1.920	4,42%	4,27%	4.487	4.766	0,55%	2,87%
Editorial, Gráfica e Comunicação	edgrafcom	12,0	2	240	467	6,24%	1,04%	1.228	929	**-2,51%**	0,56%
Serviços Prestados às Famílias	SPF	13,0	3	3.593	7.183	6,50%	15,97%	9.381	11.764	2,08%	7,08%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	siup	14,0	2	398	632	4,29%	1,41%	3.126	2.839	**-0,87%**	1,71%
Sistema Financeiro	sis-fin	15,0	3	345	707	6,74%	1,57%	5.446	4.075	**-2,60%**	2,45%
Administração e Venda de Imóveis	imoveis	16,0	3	404	1.154	10,01%	2,57%	772	1.619	6,96%	0,97%
Outros	outros tot	17,0	4	86	364	14,02%	0,81%	152	807	16,41%	0,49%
Têxtil, Vestuário e Calçados	outros texvescal	17,1	4	57	57	0,00%	0,13%	105	76	**-2,90%**	0,05%
Madeira e Mobiliário	outros madmob	17,2	4	23	190	21,16%	0,42%	30	309	23,66%	0,19%
Eletroeletrônico	outros eletr	17,3	4	2	16	20,81%	0,04%	4	32	20,62%	0,02%
Papel e Celulose	outros papcel	17,4	4	3	21	19,35%	0,05%	11	39	12,05%	0,02%
Diversos	out divers	17,5	4	1	80	48,94%	0,18%	2	351	64,20%	0,21%
Atividades Inclassificáveis	indef	18,0	4	3.188	2.093	**-3,75%**	4,65%	10.787	8.837	**-1,80%**	5,32%
Total dos Setores-Cadeias Propulsivos	**Prop Tot**	**x**	**1,00**	**13.944**	**21.370**	**3,96%**	**47,51%**	**78.319**	**109.126**	**3,06%**	**65,71%**
Total dos Setores-Cadeias Prop Exportação	Prop X	x	1,1	6.333	11.273	5,38%	25,06%	29.592	46.833	4,26%	28,20%
Total dos Setores-Cadeias Prop Ggoverno	Prop G	x	1,2	7.611	10.097	2,60%	22,45%	48.727	62.294	2,26%	37,51%
Total dos Set-Cad Prop Exc MetMecMt	**Prop Tot - MMT**	**x**	**1**	**13.796**	**18.201**	**2,55%**		**77.853**	**89.459**	**1,27%**	

O primeiro a observar é que o ordenamento e numeração dos setores-cadeia não são gratuitos, mas traduzem uma hierarquização assentada em determinações teóricas e empíricas. Os três primeiros setores-cadeias são os três principais segmentos propulsivos de exportação: Metal-Mecânica (Polo Naval); Transporte-Logística (Porto) e Alimentar (Pesca e agroindústria). Na seqüência, introduzimos setores-cadeias de menor capacidade propulsiva (assentados em gastos públicos) ou que comungam dimensões propulsivas e multiplicativas (atividades mistas). Aqui a seqüência não segue uma hierarquização rígida,

pois a própria classificação era condição da (e, portanto, antecedeu a) análise detalhada dos distintos setores-cadeias (como regra geral, a seqüência foi definida pelo volume e emprego gerado em cada setor-cadeia e/ou pelo ordenamento padrão da CNAE). As atividades multiplicativas se seguem às atividades propulsivas governamentais ou mistas[23]. E, por fim, temos as atividades cuja função dinâmica é indeterminada.

A prioridade dada ao setor-cadeia Metal-mecânica (leia-se: Polo Naval) se explica pelo extraordinário crescimento da ocupação (32,12% a.a.) e da massa salarial (40,51%) no interior do mesmo. A centralidade deste segmento para a dinâmica recente da economia riograndina é absolutamente inquestionável.

Na última linha do referido Quadro fizemos um exercício com vistas a avaliar o impacto do segmento sobre a dinâmica econômica do município. Para tanto, calculamos qual seria a evolução do emprego e da massa salarial nos conjunto dos setores propulsivos sem a contribuição do setor-cadeia metal-mecânico-material-de-transporte. Neste caso, a massa salarial mobilizada nos setores especificamente propulsivos sofreria um decréscimo de aproximadamente 20 mil salários mínimos por mês, e a taxa de crescimento anual dos salários formais da economia decairia de 3,06% para 1,27%. Mas este não seria o único impacto previsível: tal como observamos no Quadro 7, a massa salarial do conjunto dos segmentos propulsivos corresponde a aproximadamente 2/3 da massa salarial total do município. Supondo um multiplicador estável para a economia riograndina, a perda de 20 mil salários mínimos por mês na geração de renda se refletiria em uma perda de pelo menos 30 mil salários mínimos de renda apenas nas atividades formalizadas. O que determinaria uma brutal redução da taxa de crescimento da massa

[23] A única exceção é a indústria alimentar voltada ao atendimento de demandas locais. Não nos pareceu pertinente deslocar este sub-setor-cadeia do grupo ao qual pertence por natureza técnica.

total de salário da economia, passando do ritmo atual (em torno de 2,5% a.a.) para algo em torno de 0,66% ao ano.

Evidentemente, este resultado é meramente aproximado. Não há como calcular com precisão a dinâmica pregressa de uma economia sob a hipótese de que este ou aquele movimento de investimento não houvesse ocorrido. É sempre possível supor que, na ausência do Polo Naval, outros investimentos seriam realizados em outros setores. Mas – se nos é permitida uma avaliação arriscada – diríamos que, na ausência do Polo Naval, a taxa de crescimento da massa salarial efetiva do município seria inferior a taxa de 0,66% a.a. calculada acima. Haveria uma chance não desprezível desta taxa ter sido negativa. E isto por várias determinações.

Em primeiro lugar, o Brasil vem vivendo um processo acelerado de formalização do emprego, e parte do crescimento dos postos de trabalho e da massa salarial contabilizados na RAIS corresponde à mera adequação legal de relações de trabalho relativamente antigas. O exemplo extremo é o do trabalho rural, que só cresce porque há formalização. Se tomamos os dados de ocupação formal e informal, o "emprego" no campo está caindo. Não subindo. De sorte que o volume de emprego e a massa salarial registrados pela RAIS para o ano de 2000 são inferiores ao emprego efetivo e aos salários realmente pagos no referido ano. E a depressão da base de cálculo exponencial a taxa de crescimento. Ora, já vimos que, na ausência do Polo Naval – e na ausência de outros investimentos alternativos – a massa salarial de 2011 cairia para algo em torno de 136 mil salários mínimos. Se admitirmos, por hipótese, que a massa salarial em 2010 foi subestimada em 10%, concluiremos que esta deveria girar em torno de 138 mil salários mínimos em 2000. Se estas hipóteses forem válidas, na ausência do Polo Naval (e de investimentos alternativos), a massa salarial efetivamente paga em Rio Grande

apresentaria decréscimo (ao invés de um discreto crescimento em torno de 0,66% a.a.) entre 2000 e 2010.

Em segundo lugar, tal como se pode observar no Quadro 8 acima, diversas atividades propulsivas da economia riograndina apresentaram taxa negativa de crescimento do emprego e da renda entre 2000 e 2010. Dentre as atividades que decresceram encontra-se o conjunto do setor-cadeia alimentar. Com ênfase para a cadeia – pois, aqui, sim, temos, efetivamente uma cadeia produtiva, e ela é bastante longa – da pesca; mas com queda de emprego não desprezível na produção de alimentos para o consumo local. E se houve aumento no emprego para o processamento de "outros produtos de exportação (arroz, soja, etc.), houve queda na massa salarial em termos de salários mínimos. O que significa dizer que o setor não está "disputando mão-de-obra". Está crescendo pouco e se esforça para cortar custos. E a mesma situação transparece no setor-cadeia quimio-petro (também ele propulsivo), no agropecuário (que classifiquei como misto, mas é um "misto-propulsivo"), no Editorial e Gráfica, nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, no Sistema Financeiro e em "Outras Atividades". E isto é preocupante. A pressão de demanda sobre trabalhadores e sobre as atividades locais deveria estar impondo um crescimento virtualmente universal no volume de salário pago em todos os setores. E não é isto que ocorre. O que revela a debilidade daquelas atividades mais "distantes" do Polo Naval, mais articuladas com a produção "tradicional" de Rio Grande, com as indústrias que já foram (ao lado do sempre presente Porto) o "carro chefe" da economia da cidade: as indústrias de pescado, processamento agrícola, fertilizantes e petroquímica. Todas, apresentam preocupantes sinais de debilidade, de fragilidade dinâmica.

Em terceiro lugar, tal como vimos na Introdução deste trabalho, a dinâmica da economia riograndina é significativamente associada à dinâmica da economia gaúcha: Rio Grande exporta o que o RS produz, e beneficia produtos (fertilizantes, combustíveis,

pescado, etc.) que o RS consome. E a economia gaúcha vem crescendo muito discretamente, para dizer o mínimo.

Rio Grande também depende das exportações em geral. E estas vêm sofrendo o impacto da hipervalorização do real, que encarece os nossos produtos e dificulta a exportação de produtos de maior valor agregado; como calçados, máquinas agrícolas, ônibus e, dentro em pouco, automóveis. As perspectivas "cambiais" do Porto não são as mais alvissareiras.

Isto implica dizer algo quase óbvio: sem o Polo Naval, Rio Grande estaria apresentando uma performance significativamente mais lenta. Com chances de ingressar em relativa letargia, dada a dinâmica recente da economia gaúcha e da queda de competitividade cambial de nossas exportações. O futuro de Rio Grande está sendo "jogado" agora, e ele é indissociável do futuro do Polo Naval.

Isto significa dizer que a relação de Rio Grande com o Polo não pode ser de "uso". A política municipal com relação ao Polo tem que ser de apoio. Parafraseando Kennedy: "os riograndinos não devem se perguntar o que o Polo Naval pode fazer por eles, mas, isto sim, o que eles podem fazer pelo Polo Naval.". Pois o futuro de Rio Grande depende do sucesso deste projeto. E este sucesso não está assegurado. Muito menos que o sucesso se "enraizará" aqui, ao invés de consolidar um ou dois clusters, no Rio de Janeiro (e Espírito Santo) e/ou em Pernambuco.

Contribuir para o Polo é contribuir para que todas as demandas de apoio político-institucional advindas dos gestores e empresários do Polo sejam atendidas com celeridade. Se o Polo demanda mão-de-obra qualificada, a comunidade deve contribuir para que o atendimento da demanda se dê com a maior brevidade e que a mão-de-obra seja a mais eficiente e competente possível. Qualquer tentativa de barrar, dificultar,

cercear o ingresso de mão-de-obra competente na cidade envolveria subestimar: 1) as alternativas geográficas existentes ao Polo riograndino; 2) os desafios abertos à consolidação da indústria naval brasileira; 3) as dificuldades em formar e oferecer mão-de-obra competente no curto prazo; 4) o grau de dependência do município do dinamismo (e do sucesso) do Polo.

De outro lado, a dependência – real e já consolidada – da dinâmica do município com relação ao Polo deve ser objeto de alguma reflexão crítica. O recente caso do Vale dos Sinos é a expressão mais contundente dos riscos assumidos por um território que abre mão da diversidade produtiva, voltando virtualmente toda a sua capacidade produtiva para o atendimento de uma única cadeia. Daí nossa insistência com o tema do "turismo". Tal como podemos observar no Quadro 8, acima, o setor-cadeia de turismo lazer vem se beneficiando amplamente do dinamismo aberto pelo Polo: tanto o número de ocupados, quanto os salários reais (pois estão avaliados em salários mínimos) vem crescendo acima de 6% a.a. nesta cadeia. Da mesma forma, vem crescendo significativamente o SBP-Saúde, que alimenta o "turismo de serviços" e fortalece o "turismo permanente". Além disso, o turismo é solidário com outros setores tradicionais e propulsivos da economia riograndina, como a indústria (e a gastronomia) do pescado. Também envolve o resgate do patrimônio histórico, e se engata à Construção Civil (que cresce aceleradamente no município). E este segmento – mais do que qualquer outro – é um segmento sobre o qual as políticas públicas municipais apresentam eficácia particularmente elevada.

Na Planilha do CD Anexo apresentamos as correlações entre a passagem do tempo (12 anos, entre 2000 e 2011, inclusive) e a evolução do emprego formal: 1) nos cinco segmentos de atividade estratificados em função do seu padrão dinâmico (propulsivo de exportações, propulsivo governamental, misto, derivado-multiplicativo e indefinidos); 2) nos 18 setores-cadeias da economia riograndina; 3) nos 10 sub-setores-cadeias dos

setores-cadeias alimentar, transporte-logística e "outros"; e 4) em atividades específicas de interesse particular, tais como: a) construção naval; b) transporte rodoviário de carga; c) hotéis; d) bares e restaurantes; e) pesca (atividade primária); f) beneficiamento de arroz.

Em primeiro lugar, cabe destaque à elevadíssima correlação entre o emprego nas atividades propulsivas e o emprego total (0,9842; sig 0,0000). Esta correlação supera até mesmo a correlação (auto-evidente) entre o emprego no total das atividades propulsivas e suas duas partes componentes (exportação e gastos governamentais); o que parece confirmar a consistência da classificação adotada neste trabalho. O segundo a observar é o fato de que, quando se abstrai o setor metal-mecânico (vale dizer, quando extraímos as informações sobre a evolução do emprego na construção de embarcações e demais atividades da metal-mecânica), a dinâmica do emprego das atividades propulsivas passa a flutuar em consonância com a dinâmica do emprego total (e não apenas nos setores especificamente propulsivos, vinculados às atividades portuárias) no setor-cadeia transporte-logística (correl0,9727; sig 0,0000). Este resultado confirma outra hipótese já anunciada: o setor-cadeia Transporte-Logística ocupa o segundo lugar na hierarquia dos setores-cadeias dinamizadores da economia riograndina. E isto porque - a despeito da Administração Pública direta e dos Serviços Públicos Básicos de Educação e Saúde gerarem um volume de emprego e renda superior ao complexo logístico – o emprego nestas atividades é muito mais estável do que nas as atividades propulsivas de base exportadora; de sorte que as flutuações (ou, se preferir, a dinâmica) do emprego nas

atividades propulsivas e no emprego total é particularmente influenciado pela dinâmica da logística[24].

De outro lado, a análise de correlações também confirmou a hipótese já aventada de que as atividades propulsivas de base exportadora apresentam um "vazamento" de renda para o exterior mais elevada do que as atividades de base governamental. Esta hipótese é confirmada pelo diferencial de correlação entre o emprego total nas atividades multiplicativas e o emprego nas atividades propulsivas governamentais (correl 0,9877; sig. 0,0000) e nas propulsivas de exportação (correl 0,8607; correl 0,0003). Em suma: as atividades de exportação dinamizam mais; mas as atividades governamentais multiplicam mais e estabilizam a economia riograndina.

A análise das correlações também confirma a profunda crise atravessada pelo terceiro setor-cadeia propulsivo de base exportadora da economia riograndina: o emprego na indústria alimentar apresenta correlações negativas com o tempo (12 anos entre 2000 e 2011) e com todos os setores em expansão na economia riograndina. Além disso, este setor-cadeia (e, em especial, o sub-setor pesca) apresenta correlação positiva e significativa com a dinâmica das atividades (também elas, decadentes) que agregamos/classificamos como "outros e/ou indefinidos" em termos dinâmicos. Como este "segmento" é responsável por um número relativamente expressivo (ainda que decrescente) de empregos (pouco mais de 2000 postos em 2011), caberia aprofundar a análise da correlação observada com vistas a avaliar se a correlação positiva é uma mera coincidência (ambos os segmento estão decrescendo por razões distintas) ou se a cadeia alimentar-pesqueira conta com elos no interior deste grupo sub-determinado. Se a

[24] Tal inferência é corroborada pelo fato da evolução do emprego nas atividades propulsivas totais apresentar uma correlação discretamente mais elevada com a evolução do emprego nas atividades propulsivas de exportação (0,9823; sig 0,0000) do que com a evolução do emprego nas atividades propulsivas governamentais(0,9496; sig 0,0000).

segunda hipótese for comprovada, a cadeia pesqueira ganha uma expressão ainda maior, assim como eventuais políticas públicas de apoio e mobilização econômica do setor.

Por fim, a análise de correlações também reforça a hipótese do elevado potencial do setor-cadeia "Turismo-Lazer" de vir a assumir funções especificamente propulsivas. Desde logo, como fica claro no Quadro 9 abaixo, este segmento de atividade apresenta correlações expressivas e significativas com as mais diversas atividades da economia. Para além das correlações auto-referidas (do setor-cadeia com as atividades que o compõe, e vice-versa; as células com este tipo de correlação foram preenchidas com a cor cinza, no quadro 9), o segmento se correlaciona positiva e significativamente com o conjunto da economia (representado no total de empregos e no total dos empregos em atividades mistas, multiplicativas e propulsivas[25]) e com o ano (mostrando que é um segmento em expansão). Mas o mais importante é o fato de que este setor-cadeia não apresentar correlações expressivas com o setor metal-mecânico ou com a construção naval. Na realidade, sempre que se trata de atividades propulsivas, o setor-atividade Turismo e Lazer apresentam correlações mais expressivas e mais significativas: 1) com o setor-cadeia Transporte-Logística; 2) com as atividades propulsivas assentadas em dispêndios governamentais (em especial, com o SBP-Educação). O que significa dizer que, sem ser um setor isolado – pelo contrário: ele apresenta fortes vínculos e elevada solidariedade com setores tradicionais e altamente propulsivos da economia riograndina -, ele apresenta relativa autonomia frente o Polo Naval. De sorte que seu desenvolvimento se beneficia e contribui para o desenvolvimento do Polo Naval, mas não é função deste último. Pelo contrário: o setor apresenta relações difusas com toda a economia e

[25] Na Planilha do CD Anexo há um glossário com a apresentação do significado de cada uma das variáveis listadas no Quadro 9, acima. Vale recordar, contudo, que: 1) todas as variáveis estão referidas ao número absoluto de empregados em cada setor-cadeia ou atividade entre 2000 e 2011; 2) as siglas utilizadas aqui são recorrentes nas diversas tabulações com o conjunto das atividades definidas pela CNAE com estabelecimentos e/ou empregados formais em Rio Grande.

particularmente fortes com as demais atividades propulsivas, como se pode observar pela recorrência da elevada correlação com "totpropSPN" (Total dos empregos nas atividades propulsivas SEM O POLO NAVAL"), contribuindo para o desenvolvimento das mesmas e para deprimir a (já algo excessiva) dependência de Rio Grande da Metal-mecânica.

Quadro 9: Maiores Correlações entre a dinâmica do Emprego no Setor-Cadeia "Turismo e Lazer" em Rio Grande e os demais Setores-Cadeias da Economia entre 2000 e 2011

Turismo e Lazer			Bares e Restaurantes			Hotelaria		
Var	correl	sig	Var	correl	sig	Var	correl	sig
bar_rest	0,9733	0,0000	SPF	0,9858	0,0000	tranlogtot	0,8731	0,0002
totot	0,9731	0,0000	totpropG	0,9822	0,0000	edgrafcom	0,8705	0,0002
tranlogMis	0,9668	0,0000	totot	0,9791	0,0000	ano	0,8609	0,0003
SPF	0,9661	0,0000	totMULt	0,9785	0,0000	bar_rest	0,8584	0,0004
totmis	0,9611	0,0000	ano	0,9742	0,0000	turis-laz	0,8495	0,0005
totMULt	0,9562	0,0000	turis-laz	0,9733	0,0000	siup	0,8483	0,0005
alimenOx	0,9550	0,0000	tranlogMis	0,9722	0,0000	tranlogMis	0,8341	0,0007
ano	0,9529	0,0000	sis-fin	0,9688	0,0000	SPF	0,8330	0,0008
sis-fin	0,9516	0,0000	totprop	0,9596	0,0000	tranlogX	0,8260	0,0009
totpropG	0,9500	0,0000	conciv	0,9499	0,0000	arroz	0,8241	0,0010
conciv	0,9483	0,0000	totmis	0,9483	0,0000	alimenOx	0,8228	0,0010
totprop	0,9458	0,0000	tranlogtot	0,9475	0,0000	totmis	0,8199	0,0011
arroz	0,9203	0,0000	edgrafcom	0,9439	0,0000	totot	0,8166	0,0012
edgrafcom	0,9031	0,0001	totpropSPN	0,9414	0,0000	totMULt	0,8091	0,0014
tranlogtot	0,9009	0,0001	alimenOx	0,9347	0,0000	sis-fin	0,7978	0,0019
totpropX	0,8980	0,0001	arroz	0,9308	0,0000	totpropG	0,7909	0,0022
siup	0,8942	0,0001	siup	0,9202	0,0000	totpropSPN	0,7847	0,0025
totpropSPN	0,8899	0,0001	imoveis	0,9097	0,0000	totprop	0,7572	0,0043
imoveis	0,8745	0,0002	totpropX	0,9001	0,0001	conciv	0,7111	0,0095
hotel	0,8495	0,0005	hotel	0,8584	0,0004	totpropX	0,7008	0,0111
spb-edu	0,8323	0,0008	tranlogX	0,8575	0,0004	imoveis	0,6973	0,0117

Antes de passarmos à análise dos dados do Censo Demográfico de 2010, é preciso resgatar uma última informação da RAIS: a estrutura das atividades em que a região é

"mais especializada". Nós já sabemos que as três indústrias propulsivas de Rio Grande são a metal-mecânica (Polo Naval), a Logística (Porto) e a Agroindústria (pesca, óleo, arroz, fertilizantes). Mas quais são exatamente as atividades que Rio Grande apresenta maior "competitividade regional"? Em que atividades Rio Grande apresenta um grau de adesão e dedicação muito superior ao resto do Estado? Quais são as atividades "típicas" e – no limite – "exclusivas" de Rio Grande? Em termos consagrados pela estatística econômica: quais as atividades de maior Quociente Locacional (QL) em Rio Grande?

A importância desta questão-medida é múltipla. Em primeiro lugar porque as atividades nas quais um município é hiper-especializado são de dois tipos: 1) são atividades "exóticas"[26]; 2) são atividades "de raiz". E de fato, é o que aparece no Quadro 10, abaixo, com a tabulação das 15 atividades propulsivas de Exportação com maior QL em Rio Grande:

Quadro 10: As Atividades Propulsivas de Exportação Estratificadas por Quociente Locacional

[26] Em todos os sentidos. No sentido de que é inusual, e no sentido de que, normalmente, a coordenação deste tipo de projeto é externa, assim como a absorção do lucro pelas empresas líderes (usualmente, nestes casos, sediadas fora da região). Por exemplo: se ninguém fabrica aviões no RS, qualquer município que receber uma planta de aviões vai apresentar um elevado QL. Quanto maior a planta, maior o QL. Mas ele será elevado, mesmo que a planta seja ínfima (voltada, de fato, à manutenção de aeronaves). E isto pelo simples fato de que não existe similar em qualquer outro município do RS. Se é exótico, o QL é alto.

Atividade (Classe CNAE 95)	Núm Emp 2011	Rank empre 2011	% Emp Total	Rank Salarial	Sigla Setor / Cadeia	QL 2011
PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PESCADo	1.403	5	3,12%	20	alimentar pesca	60,415
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES	2.312	2	5,14%	3	metmectran	59,600
ATIV AUX DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	1.205	8	2,68%	7	transp-log	52,375
FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES	1.342	6	2,98%	6	quimpetrbor	36,070
COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS	237	47	0,53%	75	alimentar pesca	34,507
PESCA E SERVIÇOS RELACIONADOS	224	53	0,50%	58	alimentar pesca	33,439
EXTRAÇÃO E REFINO DE SAL MARINHO E SALGEMA	61	100	0,14%	79	quimpetrbor	23,030
ARMAZENAMENTO E DEPÓSITOS DE CARGAS	777	16	1,73%	14	transp-log	14,897
TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM	9	171	0,02%	169	transp-log	14,254
REFINO DE PETRÓLEO	306	36	0,68%	23	quimpetrbor	13,954
PRODUÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO	662	21	1,47%	18	alimentar x	13,907
ATIVIDADES RELACIONADAS À ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGAS	512	24	1,14%	22	transp-log	9,702
MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO GERAL	239	46	0,53%	36	metmectran	7,283
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA METALÚRGICA EXCETO MÁQUINASFERRAMENTA	125	74	0,28%	55	metmectran	6,292
TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO INTERIOR DE CARGA	66	97	0,15%	67	transp-log	5,920
Emp total 15 Setores Propulsivos de X com maior QL	9.480		21,08%			

Este quadro no parece trazer uma síntese bastante clara da centralidade de três setores-cadeias propulsivas: a metal-mecânica, a logística e a alimentar nucleada pela indústria da pesca.

Comecemos a análise pela metal-mecânica: o Quadro 10 nos informa que já existem atividades de apoio à construção de embarcações que atingem elevados QLs em Rio Grande. E ambos os segmentos são tecnologicamente muito relevantes: "Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral" e "Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica exceto máquinas-ferramenta". A existência de um sistema de serviços para manutenção de maquinário é essencial para a competitividade de uma indústria. Este é um indicador e um preditor do grau de enraizamento da indústria no território. E também é notável a emergência da atividade de fabricação de máquinas para

a indústria naval[27]. Aparentemente, a indústria naval se encontra em processo de transição de uma "especialização exótica" (que caracteriza uma atividade isolada, sem elos, no topo das especializações) para uma "especialização enraizada" (caracterizada pela emergência de fornecedores locais qualificados às firmas de controle "exótico"). Como dizia o pai da teoria dos distritos industriais marshallianos

> "são muitas as diversas causas que levaram localização de indústrias..... [mas] ..... são tais as vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtêm de uma vizinhança próxima, que desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, aí permanece por longo espaço de tempo". (Marshall, 1983, pp. 232 e 234)

O que Marshall esclarece é que as raízes podem ser poucas e aleatórias, no início. Mas elas podem crescer; e quanto mais crescem, menos exótica é a indústria. Mais ela assume a forma de um Arranjo Produtivo Local. A condição mínima para alcançar este status de enraizamento é a constituição de uma cadeia de fornecedores de insumos, serviços, máquinas e equipamentos para a indústria naval. Contribuir para que este enraizamento se dê com a máxima brevidade e eficiência deve se encontrar entre as prioridades de qualquer política de desenvolvimento econômico do município. O que, do nosso ponto de vista, envolve contribuir para a qualificação dos agentes locais para o fornecimento de serviços ao Polo e atrair empresas e trabalhadores altamente qualificados para atuar no

[27] No caso da indústria de máquinas, parece tratar-se de uma única empresa. Seria interessante conhecer o processo de decisão que definiu a instalação desta empresa em Rio Grande. A partir daí, seria mais fácil avaliar a

atendimento àquelas atividades onde não há expertise local. Expertise é algo que se cria. Mas para criar, é preciso trazer a muda.

Este mesmo indicador – a emergência em bloco, de elos de um mesmo setor-cadeia – que nos revela o grau de enraizamento de outras duas indústrias de exportação no território: a logística e a pesca. Evidentemente, a demonstração do enraizamento destas atividades pelos QLs é redundante. Afinal, estas duas atividades dizem respeito ao "patrimônio inalienável de Rio Grande": a entrada da Barra. Elas são duas expressões distintas da principal vantagem competitiva inalienável de Rio Grande: os três mares. Que associam três atividades de elevada sinergia e complementaridade: logística-transporte; indústria pesqueira; e turismo[28].

Vale observar que o turismo não aparece no Quadro 9. E isto por duas razões. Em primeiro lugar, porque ali só se encontram hierarquizadas as atividades propulsivas. E o turismo foi classificado como setor-cadeia "mista"[29]. Mas o segundo determinante é a (prevista e já comentada) baixa expressão do turismo em Rio Grande quando avaliado pelo QL das atividades com as quais este setor-cadeia mais se identifica: a hotelaria. É o que se observa no Quadro 11, reproduzido abaixo. Nele, reproduzimos parte da Planilha

[28] O setor-cadeia associado à química, petroquímica e borracha aparece com três atividades: produção de fertilizantes, extração de salgema e refino de petróleo. Mas estas atividades não apresentam qualquer sinergia e não correspondem a elos de uma mesma cadeia. A produção de fertilizantes é um subproduto do porto. A extração de salgema é um subproduto do mar. E o refino do petróleo é uma herança do passado com baixa capacidade de expansão. Mas cuja decadência não contamina as demais atividades, pois não há qualquer associação entre elas. De qualquer forma, não parece que políticas públicas municipais possam ser eficazes na alavancagem da competitividade ou sustentabilidade da produção de fertilizantes ou extração do salgema. Como estas são atividades associadas às funções portuárias de Rio Grande, parece-me mais razoável apoiar a competitividade destas atividades. Pois a expansão ou retração da produção no setor de fertilizantes depende do ingresso de matérias-primas no porto, e da demanda no campo. A municipalidade pode contribuir para a competitividade do porto, mas tem pouco a contribuir para a competitividade da agricultura gaúcha.

[28] Vale lembrar que fizemos a opção de classificar a cadeia assim uma vez que seus serviços mais empregadores – atendentes, cozinheiros e auxiliares em bares e restaurantes - também são mobilizados pela renda local, tratando-se, assim, de uma demanda "multiplicada".

[29] Vale lembrar que fizemos a opção de classificar a cadeia assim uma vez que seus serviços mais empregadores – atendentes, cozinheiros e auxiliares em bares e restaurantes - também são mobilizados pela renda local, tratando-se, assim, de uma demanda "multiplicada".

no Anexo, onde estão listadas todas as atividades de Rio Grande, ao lado de seus respectivos QLs e número de empregados entre 2000 e 2011.

Quadro 11: QLs de Atividades Selecionadas da Economia de Rio Grande em 2011

Atividade (Classe CNAE 95)	Num Empregados	% no Emprego Tot	QL		Setor-Cadeia	
			Valor	Rank	Num	Sigla
REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS	262	0,58%	61,867	1	4	indef
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS	899	2,00%	20,391	11	4	indef
PRODUÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO	662	1,47%	13,907	17	3,2	alimentar x
OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES	287	0,64%	4,831	25	5	conciv
OBRAS DE MONTAGEM	454	1,01%	4,379	26	5	conciv
PLANOS DE SAÚDE	269	0,60%	3,710	27	9	sbp-saúde
EDUCAÇÃO SUPERIOR GRADUAÇÃO E PÓSGRADUAÇÃO	1521	3,38%	3,693	28	8	sbp-edu
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS	513	1,14%	3,410	30	4	indef
FABRICAÇÃO DE MÁQ e EQUIP TRANS CARGAS	236	0,52%	2,966	32	2,1	trans-log
COMÉRCIO VAREJ. C/ PRED. PROD. ALIM.ÁREA até 5000m2	2246	4,99%	2,186	36	3	spf
OBRAS VIÁRIAS	415	0,92%	2,068	38	5	conciv
ATIVIDADES DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	485	1,08%	2,035	40	9	sbp-saúde
COMÉRCIO A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS	681	1,51%	1,708	45	2,2	trans-log
OUTROS TIPOS DE ALOJAMENTO	45	0,10%	1,617	48	10	tur-lazer
ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	326	0,72%	1,396	54	10	tur-lazer
Total do Emprego e Participação Percentual no Emprego Total das Atividades Selecio	9.301	20,68%				

As atividades do Quadro 11 foram selecionadas em função do setor-cadeia a que pertencem e de sua expressão na geração de emprego. Assim, buscamos resgatar os QLs mais elevados dos principais setores-cadeias não propulsivos com base em exportação. Estes, já analisamos à parte, no Quadro 10. Queremos ver como os "demais" entram. E quais deles entram primeiro.

O mais interessante é a emergência em primeiro lugar (e, depois, em décimo primeiro e em trigésimo, sinalizando a presença de algum encadeamento) de atividades que classificamos como "dinamicamente indeterminadas". São atividades ligadas a "Regulação das Atividades Econômicas" (QL 61,867; 262 empregos diretos), "Atividades de Organizações Profissionais" (QL 20,391; 899 empregos diretos) e "Atividade de Organizações Sindicais" (QL 3,41; 513 empregados). Se estas atividades estão sediadas em Rio Grande em função das funções portuárias (e alfandegárias, ligadas ao Porto) do

município, elas devem ser integradas à Logística[30]. E, portanto, a classificação feita anteriormente (que atribuiu status "indeterminado" função dinâmica da atividade) pode ser corrigida: sua determinação é: Logística. E esta conclusão tem conseqüências na avaliação do "emprego base" e do impacto global (via multiplicador) da Logística e do Polo Naval na economia riograndina. Mas nada de tão substantivo a ponto de alterar a hierarquia já apontada entre os setores.

Até porque o outro elemento interessante reafirma o enraizamento do Polo Naval: o ingresso da construção civil se faz através de atividades que estão na fronteira entre a construção civil e a naval, como em "Outras obras de Instalação" (QL 4,831; 287 empregos diretos) e "Obras de Montagem" (QL 4,379; 454 empregos diretos). Este é um indicativo de que o enraizamento do Polo Naval já começa a se manifestar em sua periferia. Emergem atividades de engenharia civil para o polo naval. Que já é quase naval. Isto é mais um indício de enraizamento do Polo no território. E as novidades sobre o enraizamento da logística e do polo se compensam, sem alterar as conclusões anteriores.

As demais atividades que emergem – e da forma como o fazem – reforçam as conclusões anteriores. Os Serviços Públicos Básicos de Educação e Saúde são os setores que, na seqüência, apresentam atividades com QLs mais elevados. O SBP-Saúde é discretamente mais recorrente. O que converge para outros indicadores: o QL anormalmente elevado de "Comércio a Varejo c Predominância Alimentar" (QL 2, 186; 2.246 empregados) e de vários tipos de comércio a varejo (de combustíveis, de fármacos) confirma a importância das compras mobilizadas por "agentes de fora": o turista eventual ou estrutural que mobiliza extraordinariamente o comércio do município. Ele é hiper-

[30] As atividades de representação profissional ligadas à alfândega, bem como as atividades regulatórias em geral deveriam ser incluídas em atividades propulsivas com base no setor público. Mas isto nos obrigaria a abrir uma outra alínea de classificação de atividade. Dado que o multiplicador do gasto público federal é mais elevado, o seu impacto é similar ao dos setores de exportação. Por isto mesmo, nos pareceria mais sensato, se ficar comprovado que estas atividades são subsidiárias do Porto, simplesmente alocá-las no setor-cadeia da logística.

desenvolvido. Porque um município teria uma percentagem tão superior de postos de trabalho em "postos de gasolina"? Só há uma resposta: porque 70% do combustível é vendido para gente "de fora"; 70% dos que abastecem lá estão, de certa forma, "em trânsito". E isto, quer nos parecer, já é válido para os mais diversos comércios. Do comércio de fármacos, ao comércio de supermercados e shoppingcenters.

Quer dizer: contraditoriamente, Rio Grande já é um município turístico. No sentido de que a demanda que incide sobre a cidade e mobiliza os negócios na cidade é muito maior do que a demanda natural, associada ao multiplicador da demanda das exportações do município. Esta renda é primária, no sentido de que vem de fora (dos caminhoneiros). Mas, ao contrário de uma renda baseada em exportações de bens, sua ampliação não é uma decisão de agentes internos, mas dos que fazem uso dos serviços do território. A multiplicação será a mesma de hoje? Não! A não ser que sejam atraídos novos "turistas-gastadores" de fora. Este é o desafio de Rio Grande: tornar-se uma cidade interessante para os mais distintos tipos de "turistas": de negócios, de lazer, de veraneio, de serviços, aposentados. Privilegiando aqueles "cuja renda possa ser estruturalizada" como demanda multiplicadora do comércio local.

O que nos coloca na seara da verdadeira qualificação que – me parece – urge ser feita em Rio Grande: a qualificação para os serviços. Nenhuma cidade pode ser um destino turístico – em qualquer dos sentidos que se empreste ao termo – se os serviços mais simples, de exigência universal de todo o tipo de turista, como os de gastronomia, não contarem com um mínimo de "presteza, solidariedade, boa vontade". Alguns dos problemas de qualificação da mão-de-obra local são estruturais. Se não há mão-de-obra qualificada local para todos os postos, é preciso atrair mão de obra qualificada de outro lugar. Se a qualidade dos serviços urbanos básicos não evoluírem rapidamente, as chances de Rio Grande se consagrar como "múltiplo destino turístico" são mínimas.

2.3. Conclusões do Diagnóstico da Dinâmica Econômica

Os três segmentos propulsivos de exportação mais importantes do município de Rio Grande são a Metal-Mecânica (Polo Naval), o Sistema Logístico-Transporte, e a Agroindústria de "exportação" (pescado, soja, arroz, fertilizantes).

Os gastos do governo federal, nos sistemas de defesa e nos SBPs Saúde e Educação respondem por parcela expressiva das rendas locais. Mas esta expressão não tende a se manter no longo prazo, mas a declinar. Este dificilmente será um dos "motores" da economia nos próximos anos. Além disso, as maiores possibilidades de expansão destes dispêndios encontram-se nos nichos de intersecção destes gastos com as funções portuárias. De sorte que podem ser diretamente imputados à logística.

Os três setores-cadeias propulsivos vem apresentando dinâmica divergente, nos últimos anos, com o setor naval atingindo taxas de crescimento astronômicas; o segmento logístico crescendo a taxas bem mais modestas, mas com tendência ascendente; e o segmento agroindustrial com trajetórias independentes e semi-divergentes dos segmentos de pesca, óleo, arroz e fertilizantes.

Destes segmentos da agroindustrial de exportação, apenas a pesca apresenta notória queda no emprego e na renda. O que é muito grave tendo em vista a elevada expressão do emprego formal num segmento onde predominam relações informais. Quer nos parecer que urge a construção de um programa municipal de amparo à pesca. Certamente, há nichos de mercado que permitiriam a sustentabilidade econômica do setor. Mas algo parece estar obstaculizando a reconversão inovativa do setor. É preciso contribuir para a identificação dos gargalos do setor e alarga-los. O potencial de geração

de renda e fluxos secundários (turismo) da revalorização desta indústria são muito grandes[31].

No que diz respeito ao setor-cadeia logística, sua centralidade estrutural está fora de qualquer dúvida. Ela ainda é a maior cadeia geradora de emprego e renda diretos e indiretos em Rio Grande. Esta cadeia penetra na venda de combustíveis, na renda de hotéies e pousadas, bares e restaurantes. Uma renda que é internalizada em Rio Grande através desta rede de serviços. Que podem e devem ser qualificados. Inclusive por sua enorme sinergia com os demais turismos. Todos, com elevado potencial em Rio Grande com um mesmo estrangulamento: qualidade dos serviços. E a cadeia logística é uma cadeia de serviços. Qualificar para os serviços é qualificar a logística e o turismo. É explorar uma sinergia importante e recorrente. Logística, Turismo e Setor Público são bastante solidários em Rio Grande. Afinal, eles deitam suas raízes nas mesmas bases: o controle riograndino sobre a barra e sobre os três mares.

No que diz respeito ao setor-cadeia metal-mecânico, as conclusões são as de que o Polo Naval é o único núcleo efetivamente dinamizador da economia riograndina nos últimos anos. Sem o concurso do Polo Naval, Rio Grande provavelmente estaria crescendo a um ritmo similar (ou discretamente inferior) ao ritmo do Estado. É o Polo Naval que faz de Rio Grande um centro de expectativas e de investimentos. De sorte que o sucesso de Rio Grande está bastante casado com o sucesso deste empreendimento.

De outro lado, procuramos lembrar que o sucesso do Polo não está totalmente definido. A continuidade do crescimento do Polo depende da continuidade de uma política industrial que já se encontra sob crítica: hoje, a Petrobrás é instrumento de uma

[31] Os demais segmentos agroindustriais de exportação (óleo de soja, arroz beneficiado e fertilizantes) estão localizados aqui por determinações logísticas e sua dinâmica segue determinações postas na dinâmica da agroindústria gaúcha. Estão fora da capacidade de interferência e administração direta dos agentes públicos locais.

política industrial e para-fiscal (de controle inflacionário) que está comprometendo sua rentabilidade e sua capacidade de investimento. Se o Polo Naval de Rio Grande não conseguir romper a barreira da competitividade (produzindo plataformas a preços internacionalmente competitivos) o programa pode ser "descontinuado". Um governo liberal poderá romper com o programa, lembrando a necessidade de garantir a rentabilidade e os investimentos da Petrobrás no Pré-Sal. Quem se oporá?

Esta briga só será vencida definitivamente quando as plataformas nacionais forem tão baratas e competitivas quanto as plataformas importadas. E isto só vai ocorrer se todos concorrerem para a ampliação da competitividade do Polo Naval de Rio Grande.

Qualquer restrição à migração de mão-de-obra qualificada para o município nos parece contraditório com este princípio. Mão de obra qualificada enraíza o Polo. E o enraizamento do polo naval gera vantagens de longo prazo que são muito superiores ao emprego imediato. É na sua multiplicação que ele gera a maior parte da renda da cidade.

O objetivo do diagnóstico social, que se segue, é exatamente identificar este movimento multiplicativo. A RAIS não nos permite analisar como o emprego se desdobra em ocupação (que é muito mais ampla). E não nos informa de onde vem o trabalhador ocupado (migrante ou natural), nem qual a sua qualificação. Estes dados, buscaremos no Censo. Trata-se de entender a questão de um outro prisma: a partir da realidade das famílias mapeadas pelo Censo, tentar diagnosticar o que Rio Grande tem a oferecer em termos de recursos, capital humano, demanda autônoma estrutural, etc.

3. ESTRUTURA SOCIAL E CAPITAL HUMANO EM RIO GRANDE

No capítulo anterior analisamos a dinâmica econômica riograndina, com vistas a identificar e hierarquizar seus setores e cadeias produtivas propulsivas com base na geração atual (e potencial) de emprego (e renda) direto, indireto e multiplicado pelo consumo local de parte da renda apropriada pelos domiciliados no município. Mas a análise da multiplicação da renda via consumo foi parcialmente prejudicada pela circunscrição informacional inerente à RAIS, que registra apenas o emprego formal. O Quadro 12, reproduzido abaixo, busca enfrentar esta limitação através da comparação dos dados da RAIS com as informações sobre ocupação do Censo Demográfico de 2010.

Quadro 12: Comparação entre Emprego Formal e Ocupação em Rio Grande no ano de 2010

Setores-Cadeias	Emprego Formal RAIS				Ocupados / Emprego Formal	Ocupados Censo 2010	
	2010		2011				
	Num Emp	% do Emp Tot	Num Emp	% do Emp Tot		Num Ocup	% da Ocup Tot
TOTAL	**39.859**	100,00%	**44.976**	100,00%	2,06	**82.244**	100%
Metal-Mecânica e Material de Transporte	1.366	3,43%	3.169	7,05%	1,30	1.774	2,16%
Transporte e Logística	5.799	14,55%	6.388	14,20%	1,56	9.068	11,03%
Transporte e Logística Portuária	3.312	8,31%	3.614	8,04%	1,74	5.772	7,02%
Transporte e Logística Parcte Multiplic	2.487	6,24%	2.774	6,17%	1,33	3.296	4,01%
Alimentar	2.881	7,23%	2.797	6,22%	1,19	3.416	4,15%
Alimentar Pesca	2.047	5,14%	1.866	4,15%	1,38	2.829	3,44%
Outros Alimentar de Exportação (exc Pesca)	795	1,99%	899	2,00%	0,68	542	0,66%
Alimentar Local	39	0,10%	32	0,07%	1,15	45	0,05%
Administração Pública	5.013	12,58%	5.455	12,13%	1,14	5.707	6,94%
Construção Civil	2.859	7,17%	3.631	8,07%	2,52	7.216	8,77%
Química, Petroquímica e Borracha	1.679	4,21%	1.725	3,84%	0,87	1.463	1,78%
Agropecuária	775	1,94%	790	1,76%	4,51	3.498	4,25%
Serviços Públicos Básicos - Educação	2.245	5,63%	2.345	5,21%	2,55	5.727	6,96%
Serviços Públicos Básicos - Saúde	2.205	5,53%	2.297	5,11%	1,66	3.656	4,45%
Turismo e Lazer	1.641	4,12%	1.859	4,13%	2,32	3.814	4,64%
Serviços Prestados às Empresa	1.900	4,77%	1.920	4,27%	1,68	3.195	3,88%
Editorial, Gráfica e Comunicação	459	1,15%	467	1,04%	1,09	499	0,61%
Serviços Prestados às Famílias	6.676	16,75%	7.183	15,97%	3,23	21.581	26,24%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	598	1,50%	632	1,41%	1,09	649	0,79%
Sistema Financeiro	676	1,70%	707	1,57%	1,13	763	0,93%
Administração e Venda de Imóveis	1.113	2,79%	1.154	2,57%	1,67	1.862	2,26%
Outros	343	0,86%	364	0,81%	4,64	1.590	1,93%
Têxtil, Vestuário e Calçados	64	0,16%	57	0,13%	11,31	724	0,88%
Madeira e Mobiliário	160	0,40%	190	0,42%	3,94	631	0,77%
Eletroeletrônico	12	0,03%	16	0,04%	9,50	114	0,14%
Papel e Celulose	26	0,07%	21	0,05%	0,46	12	0,01%
Diversos	81	0,20%	80	0,18%	1,35	109	0,13%
Atividades Indeterminadas	1.631	4,09%	2.093	4,65%	4,15	6.766	8,23%
Total dos Setores-Cadeias Propulsivos	18.662	46,82%	**21.370**	**47,51%**	1,47	**27.470**	33,40%
Total dos Setores-Cadeias Prop Exportação	9.199	23,08%	11.273	25,06%	1,35	12.380	15,05%
Total dos Setores-Cadeias Prop Ggoverno	9.463	23,74%	10.097	22,45%	1,59	15.090	18,35%
Total dos Set-Cad Prop Exc MetMecMt	17.296	43,39%	**18.201**	40,47%	1,49	**25.696**	31,24%

Vale observar que o número de ocupados em 2010 corresponde aproximadamente ao dobro do número de pessoas formalmente empregadas neste mesmo ano em Rio Grande. Esta relação pode haver caído em 2011, tendo em vista que os setores que tem impulsionado a economia (em especial, o Polo Naval) são caracterizados por elevada formalidade ao longo de toda a cadeia. Mas como o emprego formal está assentado nos setores propulsivos, e estes estabelecem uma relação de multiplicação relativamente

estável com a ocupação em geral (pelo menos, no curto e no médio prazo), não há motivos para projetarmos uma queda substantiva na relação entre ocupados totais e emprego formal em Rio Grande. Até mesmo porque – como veremos adiante – esta relação já é extraordinariamente (e preocupantemente) baixa no município. Antes de entrarmos neste tópico, contudo, é necessário avaliar as novidades trazidas pela análise da ocupação vis-à-vis o emprego formal.

O primeiro a observar é que os setores mistos e – de forma particular – os multiplicativos ganham maior expressão relativa quando tomamos a ocupação total (por oposição à formal) por referência. Assim, por exemplo, os Serviços Prestados à Família, que correspondem a 16% do emprego formal, aparecem como responsáveis por mais de um ¼ da ocupação total (26,24%). Vale notar, ainda, o crescimento da participação relativa das "atividades indeterminadas" (pouco mais 4% do emprego, de acordo com a RAIS, para 8,23% da ocupação, de acordo com o Censo), com o acréscimo das "ocupações mal definidas" (de acordo com a classificação do IBGE), que envolvem um amplo conjunto de atividades ilícitas ou socialmente repreensíveis (prostituição, jogos de azar, tráfico de drogas, etc.), mas que, via de regra, correspondem a atividades de caráter multiplicativo.

Tal como se pode observar nas últimas linhas do Quadro 12, acima, a incorporação da ocupação informal implica em uma perda de expressão relativa das atividades propulsivas na ocupação global, que passam de pouco menos de 50% do emprego formal total para 1/3 da ocupação total. De outro lado, as atividades marcadas por um grau mais elevado de informalidade ganham expressão relativa. Em especial, as atividades

de Construção Civil, Agropecuária, Turismo e Lazer, Outros, e Atividades Indeterminadas passam a representar 54,06% da ocupação total em 2010, frente 30,48% do emprego formal em 2011. Particularmente interessante é o "salto" dado pelos segmentos de "Textil, Vestuário e Calçados (57 empregos formais em 2011; 724 ocupados em 2010) e Madeira e Mobiliário (190 empregos formais em 2011; 394 ocupados em 2010). Este crescimento revela, antes de mais nada, que a principal função destes setores em Rio Grande é o atendimento às demandas das famílias. São, de fato, indústrias de serviços artesanais. E isto é uma excelente notícia. Primeiro, porque revela que a economia de Rio Grande é mais diversificada do que a RAIS revela. Mais de 700 costureiras e sapateiros em Rio Grande é quase 1% (0,88%, para ser exato). O número de ocupados é similar ao número de ocupados no Sistema Financeiro (a renda é 42% da gerada no setor financeiro); é superior ao número de ocupados nos Serviços de Utilidade Pública (e a renda apropriada neste "outros" é quase 2/3 da renda dos SIUPs) e é significativamente maior do que o setor-cadeia de Editoria, Gráfica e Comunicação (gerando quase 80% da renda gerada neste último). Como se isto não bastasse, este setor se articula com o turismo. Basta, para tanto, que o artesanato local resgate e produza – dentre outros itens – vestuários e calçados típicos da região[32].

A referência ao turismo é oportuna. Note-se que este setor apresenta uma participação discretamente maior no número de ocupados do que no número de empregados formais, dada a elevada informalidade que caracteriza inúmeras cadeias do

[32] Desloco esta observação para o rodapé porque não posso comprovar estatisticamente e não consegui compensar esta deficiência com uma pesquisa antropológica sistemática (caminhar, conversar, viver o dia-a-dia) em Rio Grande. Mas estou bastante convencido de que há grande potencial na exploração do artesanato local. Eu mesmo comprei chinelos no artesanato local que não são fáceis de se encontrar nos artesanatos do Sul, ainda que tenham sido típicas da região. Por isto mesmo, ouso pretender que o apoio dos artesãos da cidade tem um potencial propulsivo não desprezível. Empoderá-los não implica perda de demanda para o comércio local. Eles aumentam a renda e o multiplicador do município.

segmento de serviços. Mas é no Quadro 13, abaixo, que a relevância do turismo (até aqui, apenas pressuposta) ganha comprovação empírica. A participação do número de ocupados cresce discretamente (de 4,12% para 4,64%), a partir da incorporação de 1173 ocupados informais. Mas o dado mais interessante é outro: ao contrário do que ocorre formalmente na maior parte dos setores, os rendimentos dos ocupados informalmente no Turismo é superior ao rendimento dos ocupados formais. O que, mais uma vez, revela a potência do setor em termos de geração de emprego e renda para os munícipes.

Aliás, vale observar o número expressivo de segmentos onde o rendimento auferido por trabalhador informal é superior ao rendimento formal: eles aparecem na última coluna do Quadro 13, abaixo, e correspondem a: 1) Alimentar Pesca; 2) Alimentar Local; 3) Agropecuária; 4) Turismo e Lazer; 5) Serviços Prestados às Empresas; 6) Editorial, Gráfica e Comunicação; 7) Serviços Prestados às Famílias; 8) Administração de Imóveis; 9) Vestuário e Calçados; 10) Papel e Celulose. Em termos de massa salarial total, os segmentos que mais se destacam por geração informal de renda são Serviços Prestados às Famílias, Atividades Portuárias, Construção Civil, Turismo e Lazer e Atividades Indeterminadas.

De outro lado, fica evidente a subestimação do potencial de geração de renda e ocupação nos segmentos de livre entrada pelo baixo multiplicador do emprego formal e informal em Rio Grande. Tal como se pode observar na última linha do Quadro 13, abaixo, cada emprego formal nas atividades propulsivas gera apenas mais um emprego formal (Multiplicador de 2,14); cada ocupado formal ou informal nos setores propulsivos, geram pouco mais de duas ocupações total (Multiplicador de 3,2). E o mais grave: os salários formais do setor propulsivo correspondem a 2/3 (64,9%) do salário formal total e

quase a metade (46,6%) de toda a remuneração do trabalho em Rio Grande. O que significa dizer que as atividades propulsivas em Rio Grande estão empregando pouco e multiplicando pouco. O que envolve uma pesquisa a parte para identificar os determinantes do baixo multiplicador de emprego e renda local.

Quadro 13: Os Multiplicadores de Emprego e Renda em Rio Grande segunda RAIS e Censo 2010

SETORES-CADEIAS	Número de Empregados (RAIS) e Ocupados (CENSO) em 2010					Remuneração de Empregados (RAIS) e Ocupados (CENSO) em 2010 em Salários Mínimos (SMs)							
	RAIS		CENSO TOTAL			RAIS			Censo			Censo / RAIS	
	Num Emp Form	% Total	Num Ocup Total	% Total	Oc Censo / Emp RAIS	SMs Emp Form	% Total	Num Med SMs por Empreg	SM Trab Princ	% Total	Num Med SMs por Ocup	SM Cen / SM Rais	Difer Rend em SMs Censo X Rais
TOTAL	**39.859**	**100%**	**82.244**	**100%**	**2,06**	**139.093,92**	**100%**	**3,49**	**207.466,67**	**100%**	**2,52**	**1,49**	**0,97**
Metal-Mecânica e Material de Transporte	1.366	3,43%	1.774	2,16%	1,30	7.005,80	5,04%	5,13	6.520,58	3,14%	3,68	0,93	**1,45**
Transporte e Logística	5.799	14,55%	9.068	11,03%	1,56	17.966,25	12,92%	3,10	25.532,30	12,31%	2,82	1,42	**0,28**
Transporte e Logística Portuária	3.312	8,31%	5.772	7,02%	1,74	12.058,23	8,67%	3,64	18.187,08	8,77%	3,15	1,51	**0,49**
Transporte e Logística Parcte Multiplic	2.487	6,24%	3.296	4,01%	1,33	5.908,02	4,25%	2,38	7.345,21	3,54%	2,23	1,24	**0,15**
Alimentar	2.881	7,23%	3.416	4,15%	1,19	5.057,06	3,64%	1,76	5.597,34	2,70%	1,64	1,11	**0,12**
Alimentar Pesca	2.047	5,14%	2.829	3,44%	1,38	2.646,57	1,90%	1,29	4.301,35	2,07%	1,52	1,63	**-0,23**
Outros Alimentar de Exportação (exc Pesca)	795	1,99%	542	0,66%	0,68	2.365,55	1,70%	2,98	1.221,27	0,59%	2,25	0,52	**0,72**
Alimentar Local	39	0,10%	45	0,05%	1,15	44,94	0,03%	1,15	74,72	0,04%	1,66	1,66	**-0,51**
Administração Pública	5.013	12,58%	5.707	6,94%	1,14	27.637,38	19,87%	5,51	30.344,74	14,63%	5,32	1,10	**0,20**
Construção Civil	2.859	7,17%	7.216	8,77%	2,52	6.993,13	5,03%	2,45	14.395,72	6,94%	1,99	**2,06**	**0,45**
Química, Petroquímica e Borracha	1.627	4,08%	1.463	1,78%	0,90	7.819,47	5,62%	4,81	3.905,91	1,88%	2,67	0,50	**2,14**
Agropecuária	775	1,94%	3.498	4,25%	**4,51**	1.676,59	1,21%	2,16	7.575,71	3,65%	2,17	**4,52**	**-0,00**
Serviços Públicos Básicos - Educação	2.245	5,63%	5.727	6,96%	**2,55**	21.215,34	15,25%	9,45	19.647,86	9,47%	3,43	0,93	**6,02**
Serviços Públicos Básicos - Saúde	2.205	5,53%	3.656	4,45%	1,66	9.467,25	6,81%	4,29	12.588,22	6,07%	3,44	1,33	**0,85**
Turismo e Lazer	1.641	4,12%	3.814	4,64%	**2,32**	2.285,65	1,64%	1,39	5.933,15	2,86%	1,56	**2,60**	**-0,16**
Serviços Prestados às Empresa	1.900	4,77%	3.195	3,88%	1,68	3.668,98	2,64%	1,93	11.133,88	5,37%	3,48	**3,03**	**-1,55**
Editorial, Gráfica e Comunicação	459	1,15%	499	0,61%	1,09	919,11	0,66%	2,00	1.606,51	0,77%	3,22	1,75	**-1,22**
Serviços Prestados às Famílias	6.676	16,75%	21.581	26,24%	**3,23**	10.710,36	7,70%	1,60	35.451,93	17,09%	1,64	**3,31**	**-0,04**
Serviços Industriais de Utilidade Pública	598	1,50%	649	0,79%	1,09	2.803,96	2,02%	4,69	2.023,10	0,98%	3,12	0,72	**1,57**
Sistema Financeiro	676	1,70%	763	0,93%	1,13	3.777,05	2,72%	5,59	2.982,72	1,44%	3,91	0,79	**1,68**
Administração e Venda de Imóveis	1.113	2,79%	1.862	2,26%	1,67	1.725,46	1,24%	1,55	3.842,32	1,85%	2,06	**2,23**	**-0,51**
Outros	343	0,86%	1.590	1,93%	**4,64**	719,10	0,52%	2,10	2.507,25	1,21%	1,58	**3,49**	**0,52**
Têxtil, Vestuário e Calçados	64	0,16%	724	0,88%	**11,31**	68,09	0,05%	1,06	1.279,25	0,62%	1,77	**18,79**	**-0,70**
Madeira e Mobiliário	160	0,40%	631	0,77%	**3,94**	245,53	0,18%	1,53	879,85	0,42%	1,39	**3,58**	**0,14**
Eletroeletrônico	12	0,03%	114	0,14%	**9,50**	24,91	0,02%	2,08	168,15	0,08%	1,47	**6,75**	**0,60**
Papel e Celulose	26	0,07%	12	0,01%	0,46	38,06	0,03%	1,46	19,42	0,01%	1,62	0,51	**-0,15**
Diversos	81	0,20%	109	0,13%	1,35	342,51	0,25%	4,23	160,59	0,08%	1,47	0,47	**2,76**
Atividades Inclassificáveis	1.683	4,22%	6.766	8,23%	**4,02**	7.645,98	5,50%	4,54	15.877,45	7,65%	2,35	**2,08**	**2,20**
Total dos Setores-Cadeias Propulsivos	**18.610**	**46,69%**	**27.470**	**33,40%**	**1,48**	**90.215,59**	**64,86%**	**4,85**	**96.717,01**	**46,62%**	3,52	**1,07**	**1,33**
Total dos Setores-Cadeias Prop Exportação	9147	22,95%	12.380	15,05%	1,35	31.895,62	22,93%	3,49	34.136,19	16,45%	2,76	1,07	**0,73**
Total dos Setores-Cadeias Prop Ggoverno	9.463	23,74%	15.090	18,35%	1,59	58.319,97	41,93%	6,16	62.580,82	30,16%	4,15	1,07	**2,02**
Total dos Set-Cad Prop Exc MetMecMt	**17.244**	**43,26%**	**25.696**	**31,24%**	**1,49**	**83.209,79**	**59,82%**	**4,83**	**90.196,43**	**43,48%**	3,51	**1,08**	**1,32**
Multipl Trabalho e Renda	**2,142**	X	**3,20**	X	X	**1,54**	X		**2,30**	X		**1,49**	**X**

Mas, a despeito de não ser desprezível a geração informal de ocupação e renda em Rio Grande, ela fica aquém do padrão corrente na maior parte dos municípios do Rio Grande do Sul. No Quadro 14, reproduzido abaixo, apresentamos as relações entre: 1)

empregos formais urbanos e população urbana; 2) ocupação total e população total; e 3) grau de informalidade (ocupação informal / ocupação total) – no Estado, no município de Rio Grande, na média dos municípios gaúchos e em alguns municípios selecionados, nos anos de 2000 e 2010.

Quadro 14: Relação entre Emprego Formal e Ocupação Total e População no Estado, no Município de Rio Grande e em Municípios Selecionados em 2000 e 2010

Território	Empreg (RAIS) em % da Pop Urb				Ocup (Censo) em % Pop Tot				Grau de Informalidade			
	2000		2010		2000		2010		2000		2010	
	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal
Rio Grande do Sul	21,89%	-0,000	29,85%	-0,002	44,50%	-0,627	51,74%	-0,532	58,23%	-1,092	47,22%	-1,074
Média dos Municípios RS	21,89%	0,000	29,89%	0,000	50,67%	0,000	56,42%	0,0000	76,96%	0,0000	67,54%	0,0000
Rio Grande	**14,77%**	**-0,410**	**20,51%**	**-0,518**	**35,04%**	**-1,588**	**41,69%**	**-1,6751**	**57,75%**	**-1,1202**	**45,30%**	**-1,1748**
Pelotas (e Arroio do Padre)	14,97%	-0,399	22,39%	-0,414	38,91%	-1,194	45,62%	-1,2279	63,01%	-0,8138	50,35%	-0,9084
Santa Vitória do Palmar	8,43%	-0,775	11,68%	-1,005	39,03%	-1,182	43,11%	-1,5138	67,72%	-0,5391	60,16%	-0,3896
São José do Norte	6,24%	-0,902	10,72%	-1,058	38,51%	-1,235	44,88%	-1,3128	82,50%	0,3232	74,59%	0,3728
Santa Maria	16,03%	-0,338	23,59%	-0,348	40,30%	-1,054	47,34%	-1,0324	61,59%	-0,8963	48,69%	-0,9959
Santana do Livramento	11,28%	-0,611	14,04%	-0,875	39,97%	-1,087	46,12%	-1,1712	70,25%	-0,3914	68,24%	0,0374
Bagé (e Aceguá)	12,21%	-0,558	18,20%	-0,645	36,70%	-1,419	43,03%	-1,5227	67,65%	-0,5428	58,91%	-0,4556
Uruguaiana	0,106852	-0,646	15,22%	-0,810	38,41%	-1,245	43,20%	-1,5031	68,44%	-0,4965	62,45%	-0,2686
Caxias do Sul	29,83%	0,457	40,46%	0,584	47,68%	-0,303	56,40%	-0,0018	41,33%	-2,0781	27,44%	-2,1189
Santa Cruz do Sul	27,34%	0,313	34,48%	0,253	48,13%	-0,258	55,04%	-0,1562	49,52%	-1,6003	41,02%	-1,4015
Passo Fundo	18,14%	-0,216	28,78%	-0,061	41,57%	-0,924	51,64%	-0,5434	56,29%	-1,2056	40,01%	-1,4545
Porto Alegre	41,51%	1,130	51,40%	1,187	44,18%	-0,659	51,67%	-0,5397	8,14%	-4,0137	-1,78%	-3,6628
Osório	23,74%	0,106	26,15%	-0,206	42,82%	-0,797	49,89%	-0,7423	51,96%	-1,4583	49,63%	-0,9460
Xangri-lá	7,62%	-0,822	22,89%	-0,387	40,66%	-1,017	52,61%	-0,4327	82,45%	0,3202	54,19%	-0,7054
Capão da Canoa	14,81%	-0,408	25,50%	-0,242	39,54%	-1,131	48,42%	-0,9100	62,65%	-0,8347	43,92%	-1,2480

Tal como se pode observar na primeira linha do Quadro acima, o Rio Grande do Sul – em consonância com o Brasil – passou por um processo acelerado de formalização do emprego na primeira década do século, bem como por um processo – menos acelerado, mas também marcante – de crescimento da taxa de ocupação da população total. Assim é que, enquanto a percentagem da população urbana formalmente empregada correspondia a pouco menos de 22% da população urbana total do Estado em 2000, esta participação chegou a pouco menos de 30% em 2010, avançando 8 pontos percentuais. No plano da ocupação a variação foi de 7 pontos percentuais, passando de 44,5% da população total em 2000 para 51,74% da população total em 2010. O município de Rio Grande também foi palco de um processo de formalização do emprego e crescimento da taxa de ocupação. Mas Rio Grande partiu de um patamar significativamente inferior à média estadual, tanto em termos da percentagem da população urbana formalmente empregada (14,77% em 2000) quanto em termos da

percentagem da população total ocupada (20,51% em 2000). E apresentou variação inferior ao Estado em ambos os quesitos. De sorte que, em 2010, as taxas de emprego formal e de ocupação em Rio Grande se mantiveram aproximadamente dez pontos percentuais abaixo da taxa estadual.

Como se isto não bastasse, parece-nos particularmente preocupante a comparação de Rio Grande com alguns municípios selecionados. Como se pode ver nas duas colunas com indicadores (percentagem e percentagem normalizada) da taxa de ocupação em 2010, Rio Grande é o município que apresenta o menor índice de ocupação dentre as unidades territoriais selecionadas. E a seleção foi feita a partir do resgate de "distintas semelhanças" com Rio Grande: seja a circunvizinhança geográfica (Santa Vitória do Palmar, São José do Norte), seja a função de Polo Regional de Serviços da Metade Sul (Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, etc.), seja por sua função de "município de veraneio" (Xangri-lá, Capão da Canoa), seja enquanto município de elevado grau de industrialização (Caxias do Sul, Porto Alegre, etc). E todos os municípios selecionados apresentam um grau de ocupação superior a Rio Grande.

Reproduzimos, na sequência, três mapas político-administrativo com a divisão municipal do Rio Grande do Sul. Os municípios estão divididos em 5 grupos, todos com o mesmo número de indivíduos. E a área dos municípios foi preenchida com cores diferentes, de acordo com o grupo a que pertence: quanto mais clara, mais baixo o indicador; quanto mais escura a coloração, mais expressivo indicador. Os indicadores eleitos foram, em ordem: 1) a percentagem dos empregados formais em atividades urbanas na população urbana dos municípios; 2) a percentagem dos ocupados totais na

população total dos municípios; o grau de informalidade aparente (percentagem dos ocupados informais no total de ocupados).

Figura 1: Emprego Formal Urbanos como % da População Urbana

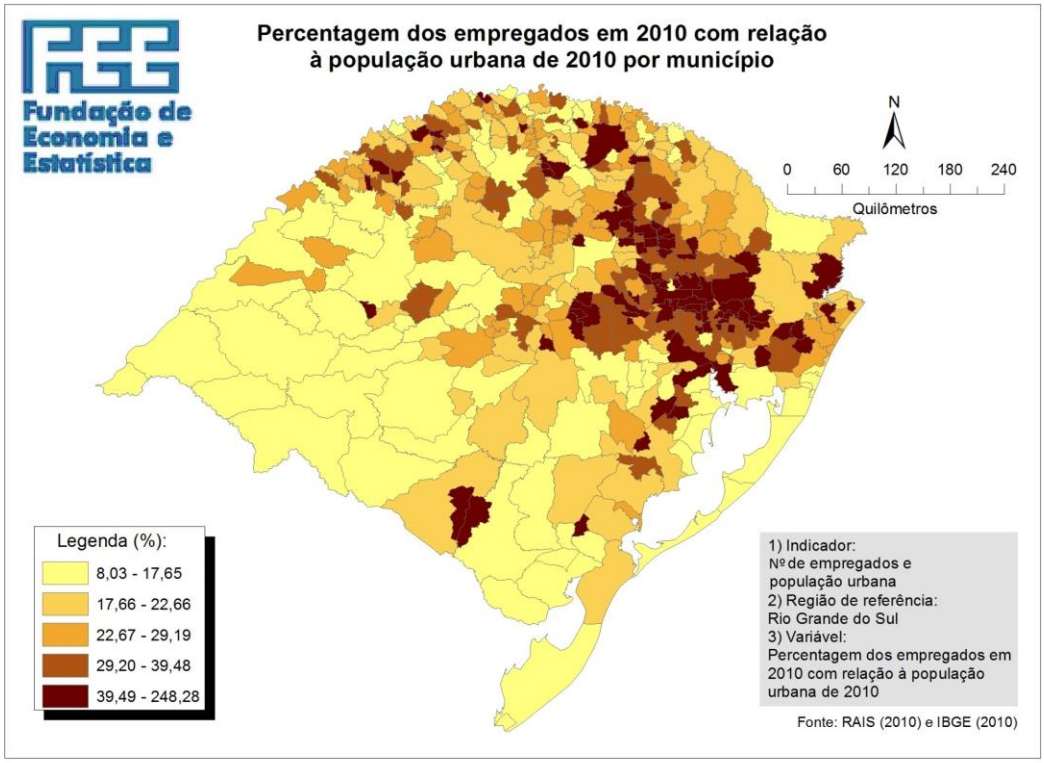


Figura 2: Percentagem dos Ocupados Totais na População Total em 2010

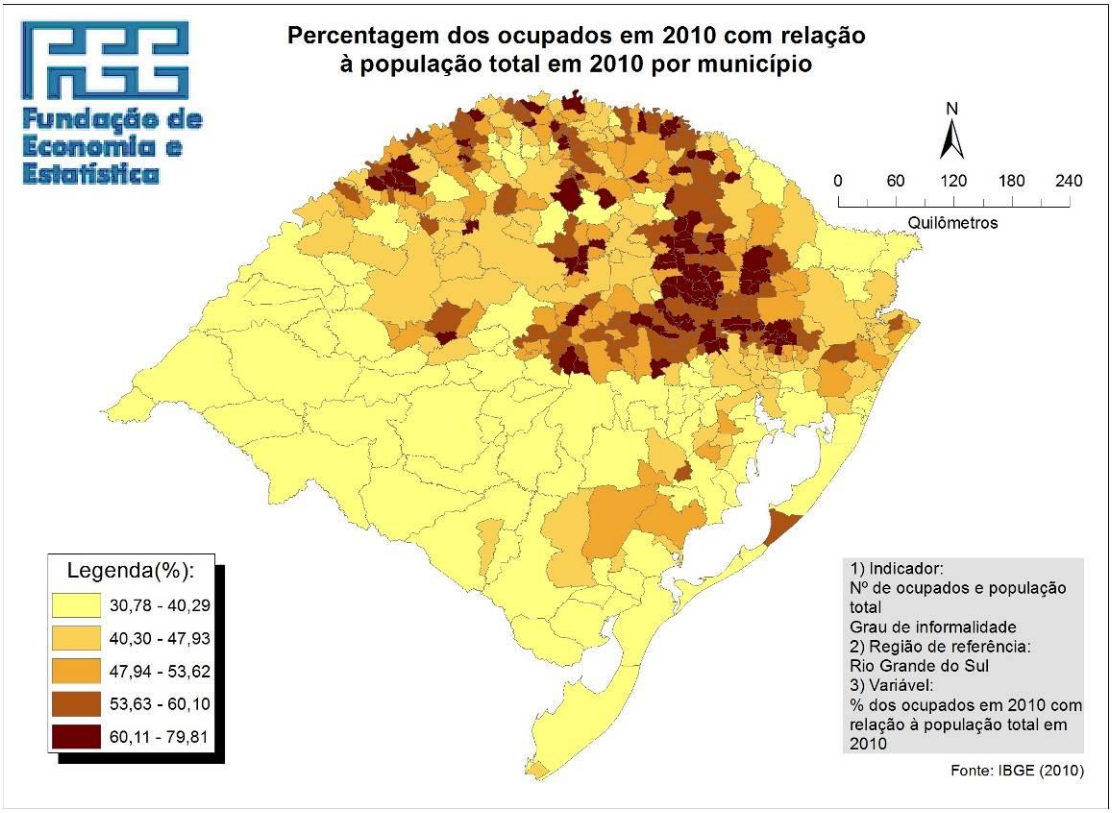
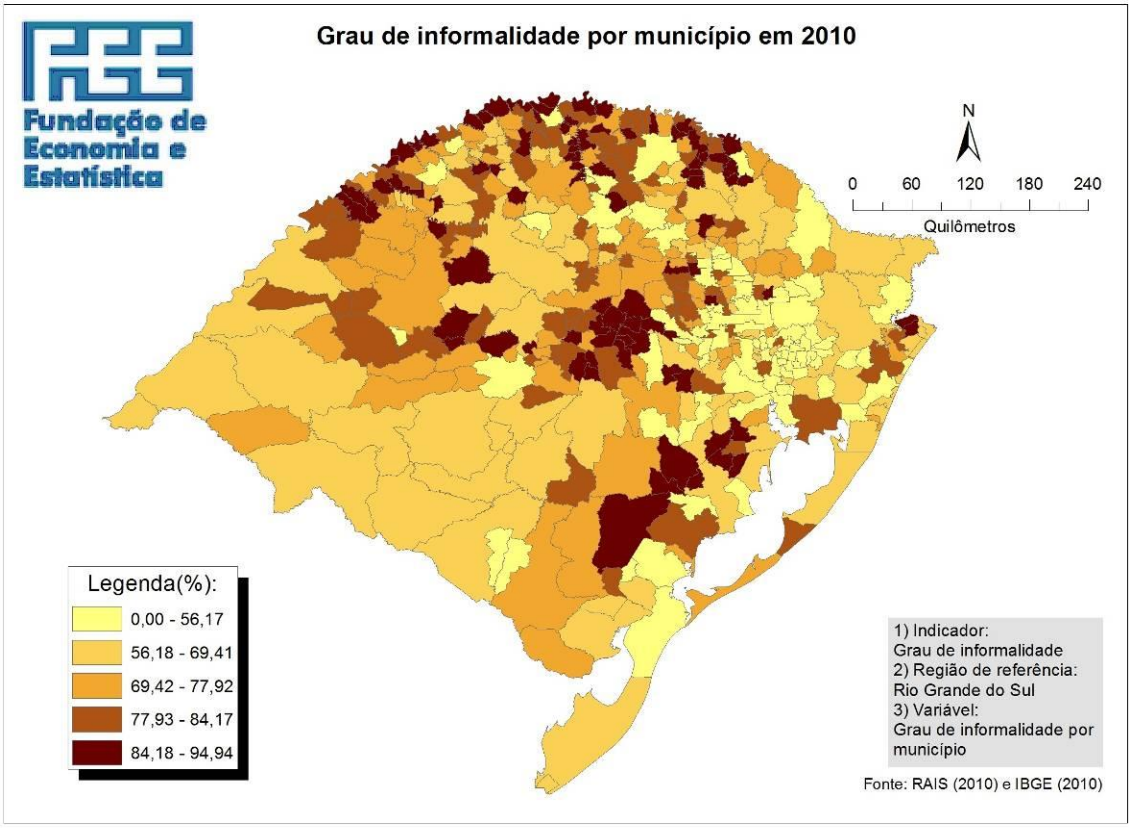


Figura 3: Grau de Informalidade Aparente (Ocupados Informalmente / Ocupados Totais)



Os mapas deixam claro que Rio Grande se encontra entre os municípios com menor taxa de ocupação formal e informal, dentre os 496 municípios do Estado. É bem verdade que seu grua de informalidade também é baixo. Mas este indicador só é positivo quando o emprego formal é elevado. No caso de Rio Grande o baixo grau de informalidade apenas atesta o fato de que os cidadãos que não estão ocupados formalmente – a despeito de se encontrarem em idade ativa – também não alcançam ocupar-se informalmente. É exatamente o que aparece no Quadro 14, reproduzido acima antes dos mapas.

É bem verdade que o grau de ocupação formal e informal de uma comunidade não pode ser tomado, a princípio, como um indicador positivo ou negativo. Comunidades

onde a maior parte da população não se encontra em idade ativa (crianças até 14 anos e adultos com mais de 65 anos) podem apresentar taxas de ocupação e emprego baixas e excelentes indicadores de qualidade de vida, em termos de renda (aposentadorias e demais transferências), educação, saúde e longevidade.

Além disso, um grau de informalidade baixo está longe de ser um mau indicador (Mapa 3). Ele não nos diz nada sobre o nível de ocupação propriamente dito, que pode ser alto ou baixo. Ocorre, contudo, que o nível de ocupação apresenta uma variância menor do que o nível de emprego formal. Afinal, a ocupação é condição de sobrevivência para a parcela expressiva da população. De sorte que, normalmente, mesmo quando o nível de emprego formal é baixo, a ocupação tende a se manter elevada, ampliando o grau de informalidade[33] pois parcela expressiva da população se vê obrigada a buscar a informalidade como alternativa de inserção produtiva. Este processo compensatório, contudo, parece encontrar alguma obstrução em Rio Grande. De sorte que um índice relativamente discreto de emprego formal se faz acompanhar de um nível também baixo de ocupação; pois os índices relativamente baixos de emprego formal não alcançam ser compensados pelo "inchaço" da informalidade. Donde resulta um grau de informalidade inferior ao do Estado e à média dos municípios gaúchos.

A peculiar situação ocupacional de Rio Grande nos obrigou a levantar todo um novo conjunto de dados necessários à elaboração de um sistema de potencialmente esclarecedores da mesma. Em especial buscamos avaliar: 1) a estrutura etária do

[33] Este mecanismo compensatório se expressa na correlação negativa entre grau de informalidade e percentagem de ocupados formalmente empregados. Para os municípios gaúchos em 2010 esta correlação é de -0,498 com sig 0,0000.

município; 2) a percentagem de aposentados e rentistas na população total; 3) o padrão de qualificação da mão-de-obra estritamente local; e 4) o grau de desemprego aberto do município em 2010. Afinal, se o município contasse com uma percentagem particularmente elevada de indivíduos fora da idade ativa (crianças em idade escolar e adultos aposentados), o baixo nível de ocupação e de informalidade não representaria, necessariamente, um problema; podendo se constituir em um padrão particular mas sustentável (tendo em vista o reforço de demanda às atividades dos SBPs de Educação e Saúde e do setor-cadeia de Turismo e Lazer) de especialização (im)produtiva da economia local. De outro lado, este quadro poderia, sim, ser a expressão de um índice de desemprego particularmente elevado vis-à-vis o padrão predominante nos demais municípios do Estado. É bem verdade que esta hipótese é contraditória com o fato – já comprovado – de que Rio Grande vem apresentando uma taxa de crescimento econômico (e, por extensão, do crescimento da demanda por mão-de-obra) relativamente elevada vis-à-vis os demais municípios do Estado. O que nos induziu a testar a hipótese de que o padrão de qualificação da mão-de-obra demandada fosse inconsistente com o padrão da disponibilidade local de mão-de-obra.

Quadro 15: Estrutura Etária, Razão de Dependência e % Aposentados no Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados (Censo 2010)

Território	Distrib Etária da Pop Total em 2010						Razão de Depend 2010		% Aposentados na População	
	Entre 15 e 64		Até 14 anos		+ de 65 anos					
	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal
Rio Grande do Sul	69,85%	0,426	20,85%	0,247	9,30%	-0,675	43,16%	-0,449	17,03%	-0,793
Média dos Municípios RS	68,91%	0,000	20,11%	0,000	10,98%	0,000	45,27%	0,000	20,44%	0,000
Rio Grande	**69,20%**	**0,131**	**21,44%**	**0,445**	**9,36%**	**-0,651**	**44,51%**	**-0,162**	**18,25%**	**-0,509**
Pelotas (e Arroio do Padre)	69,75%	0,383	19,83%	-0,095	10,41%	-0,226	43,36%	-0,407	17,99%	-0,570
Santa Vitória do Palmar	67,06%	-0,836	22,22%	0,706	10,72%	-0,104	49,11%	0,819	17,53%	-0,677
São José do Norte	68,97%	0,027	21,23%	0,375	9,80%	-0,473	44,99%	-0,058	19,97%	-0,111
Santa Maria	70,78%	0,849	19,68%	-0,146	9,54%	-0,579	41,28%	-0,851	16,70%	-0,870
Santana do Livramento	65,59%	-1,505	23,03%	0,979	11,38%	0,164	52,47%	1,535	16,93%	-0,816
Bagé (e Aceguá)	67,91%	-0,451	21,93%	0,609	10,16%	-0,330	47,25%	0,422	17,09%	-0,779
Uruguaiana	66,70%	-1,001	26,03%	1,985	7,27%	-1,491	49,93%	0,994	11,21%	-2,146
Caxias do Sul	72,80%	1,760	20,10%	-0,006	7,11%	-1,557	37,37%	-1,684	14,66%	-1,343
Santa Cruz do Sul	71,96%	1,380	19,07%	-0,349	8,97%	-0,808	38,97%	-1,343	18,81%	-0,379
Passo Fundo	70,63%	0,780	21,31%	0,403	8,05%	-1,177	41,58%	-0,787	15,22%	-1,213
Porto Alegre	70,78%	0,845	18,75%	-0,457	10,47%	-0,203	41,29%	-0,848	17,09%	-0,779
Osório	69,86%	0,429	21,39%	0,427	8,76%	-0,894	43,15%	-0,452	15,13%	-1,233
Xangri-lá	67,79%	-0,507	25,37%	1,762	6,84%	-1,663	47,51%	0,479	11,20%	-2,146
Capão da Canoa	68,53%	-0,171	24,66%	1,526	6,81%	-1,679	45,92%	0,138	11,92%	-1,980

Uma segunda alternativa de explicação para o baixo nível de ocupação formal e informal no município – e, por extensão, para o baixo multiplicador do emprego e da renda das atividades propulsivas – seria um elevado grau de vazamento da renda primária (ou básica; apropriada nas atividades propulsivas) para fora do município. Isto ocorre quando parcela expressiva da população empregada é forânea, vale dizer, não é natural do município e migrou recentemente para o mesmo, mantendo compromisso de remessas de valores para os familiares que continuam nos municípios de origem.

Quadro 16: Naturalidade dos Ocupados em Rio Grande e no RS

NATURALIDADE DOS OCUPADOS	Sim e Sempre Morou	Sim, mas morou em outro município ou país	Não	Total
Rio Grande Total	52.811	7.014	22.418	82.243
Rio Grande %	64,21%	8,53%	27,26%	100,00%
RS-RG	2.782.178	428.222	2.240.474	5.450.873
RS %	51,04%	7,86%	41,10%	100,00%

Mas os dados tampouco comprovam esta hipótese. No quadro 16, acima, fica claro que a população ocupada em Rio Grande é composta, majoritariamente, de naturais deste município. Enquanto, para o Estado, apenas a metade dos ocupados em cada município é natural do mesmo, a participação de riograndinos na ocupação local é de quase 2/3. E, como se pode observar no quadro 17, abaixo, este quadro não muda quanto tomamos a dinâmica recente de crescimento populacional. Rio Grande não tem crescido acima da média do Estado, o que significa dizer que não podemos identificar uma processo migratório particularmente acelerado no município e destoante de outras regiões com um padrão dinâmico acima da média global. Pelo contrário: a taxa de crescimento da população urbana de Rio Grande foi inferior à média dos municípios gaúchos, correspondendo a um quarto da taxa de crescimento da população urbana de Caxias do Sul, por exemplo.

Quadro 17: Taxa de Variação Anual do Emprego, Ocupação e População do Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados 2000-2010

Território	Taxa de Variação Geométrica Anual do Emprego Formal, Ocupação e População									
	Emprego Formal		Ocupação		Pop Total		Pop Urbana		Pop Rural	
	%	Norm	%	Norm	%	Norm	%	Norm	%	Norm
Rio Grande do Sul	4,02%	-0,424	2,01%	0,474	0,49%	0,387	0,90%	-0,382	-1,59%	-0,014
Média dos Municípios RS	5,33%	0,000	1,20%	0,000	0,05%	0,000	1,62%	0,000	-1,55%	0,000
Rio Grande	**4,53%**	**-0,257**	**2,32%**	**0,656**	**0,56%**	**0,451**	**0,56%**	**-0,567**	**0,61%**	**0,879**
Pelotas (e Arroio do Padre)	4,43%	-0,289	1,85%	0,377	0,24%	0,170	0,18%	-0,765	0,99%	1,031
Santa Vitória do Palmar	2,18%	-1,017	0,27%	-0,547	-0,72%	-0,675	-0,39%	-1,069	-2,63%	-0,438
São José do Norte	5,56%	0,073	2,25%	0,612	0,70%	0,571	0,05%	-0,836	2,25%	1,542
Santa Maria	4,84%	-0,159	2,33%	0,660	0,69%	0,569	0,74%	-0,469	-0,18%	0,556
Santana do Livramento	1,02%	-1,392	0,47%	-0,434	-0,96%	-0,892	-1,26%	-1,533	2,33%	1,578
Bagé (e Aceguá)	3,88%	-0,470	1,81%	0,355	0,20%	0,136	0,16%	-0,780	0,41%	0,794
Uruguaiana	2,57%	-0,890	1,06%	-0,083	-0,12%	-0,147	-0,10%	-0,914	-0,46%	0,443
Caxias do Sul	5,32%	-0,005	3,64%	1,429	1,91%	1,644	2,32%	0,373	-5,01%	-1,407
Santa Cruz do Sul	3,56%	-0,571	2,32%	0,656	0,96%	0,801	1,15%	-0,249	-0,49%	0,431
Passo Fundo	5,86%	0,170	3,15%	1,140	0,93%	0,780	0,96%	-0,354	0,03%	0,640
Porto Alegre	2,71%	-0,845	1,94%	0,431	0,35%	0,269	0,65%	-0,516		
Osório	2,99%	-0,756	2,81%	0,942	1,25%	1,060	2,15%	0,279	-5,86%	-1,750
Xangri-lá	16,01%	3,450	6,98%	3,390	4,25%	3,711	4,97%	1,780	-20,89%	-7,855
Capão da Canoa	8,82%	1,128	5,38%	2,449	3,26%	2,835	3,26%	0,869	4,43%	2,429

Um terceira alternativa de explicação para o baixo grau de ocupação seria que parcela expressiva da população de Rio Grande estaria sendo beneficiada por transferências de renda, sejam elas governamentais (aposentadoria por invalidez; bolsa-família; etc.) ou privadas (aluguéis, rendas, juros, etc.). No Quadro 18, abaixo, testamos

esta hipótese. Mas os dados claramente a refutam. O rendimento médio dos cidadãos com recebimentos do "não-trabalho" é inferior à média do Estado e a percentagem dos beneficiados está abaixo da média do conjunto dos municípios gaúchos.

Quadro 18: Padrão e Expressão Relativa das Transferências Governamentais para Pessoas Físicas no Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados em 2010

Território	Núm de Beneficiários	Rendimento Médio	Ren Med Norm	% Benef sobre Ocupados	% Ocup Norm	Pop + 10 anos	% Benef sobre Pop + 10 anos	% Pop Norm
RS	3.059.050	R$ 937,38	1,431	55,29%	-0,274	9.327.702	32,80%	-0,698
Rio Grande	**60.162**	**R$ 908,52**	**1,288**	**73,16%**	**1,249**	**171.530**	**35,07%**	**-0,306**
Pelotas (e Arroio do Padre)	101.447	R$ 911,98	1,305	67,18%	0,739	291.415	34,81%	-0,351
Santa Vitória do Palmar	9.398	R$ 732,32	0,413	70,37%	1,011	26.696	35,20%	-0,283
São José do Norte	11.073	R$ 471,31	-0,883	96,72%	3,257	22.148	50,00%	2,263
Santa Maria	77.558	R$ 1.291,50	3,190	62,76%	0,363	229.505	33,79%	-0,526
Santana do Livramento	25.154	R$ 750,09	0,501	66,13%	0,650	71.074	35,39%	-0,251
Bagé (e Aceguá)	35.321	R$ 879,72	1,145	67,71%	0,785	104.846	33,69%	-0,544
Uruguaiana	27.075	R$ 843,07	0,963	49,96%	-0,728	104.880	25,82%	-1,900
Caxias do Sul	112.729	R$ 1.109,92	2,288	45,89%	-1,075	380.849	29,60%	-1,248
Santa Cruz do Sul	35.040	R$ 948,22	1,485	53,77%	-0,403	104.601	33,50%	-0,577
Passo Fundo	49.247	R$ 1.062,69	2,054	51,60%	-0,588	160.266	30,73%	-1,054
Porto Alegre	420.034	R$ 1.738,95	5,412	57,68%	-0,070	1.246.316	33,70%	-0,542
Osório	11.193	R$ 984,03	1,663	54,87%	-0,310	35.706	31,35%	-0,947
Xangri-lá	2.196	R$ 1.015,56	1,820	33,56%	-2,125	10.472	20,97%	-2,734
Capão da Canoa	9.248	R$ 1.111,68	2,297	45,43%	-1,113	35.597	25,98%	-1,871
Média dos Muns RS		R$ 649,13	0,000	58,50%	0,000	X	36,85%	0,000

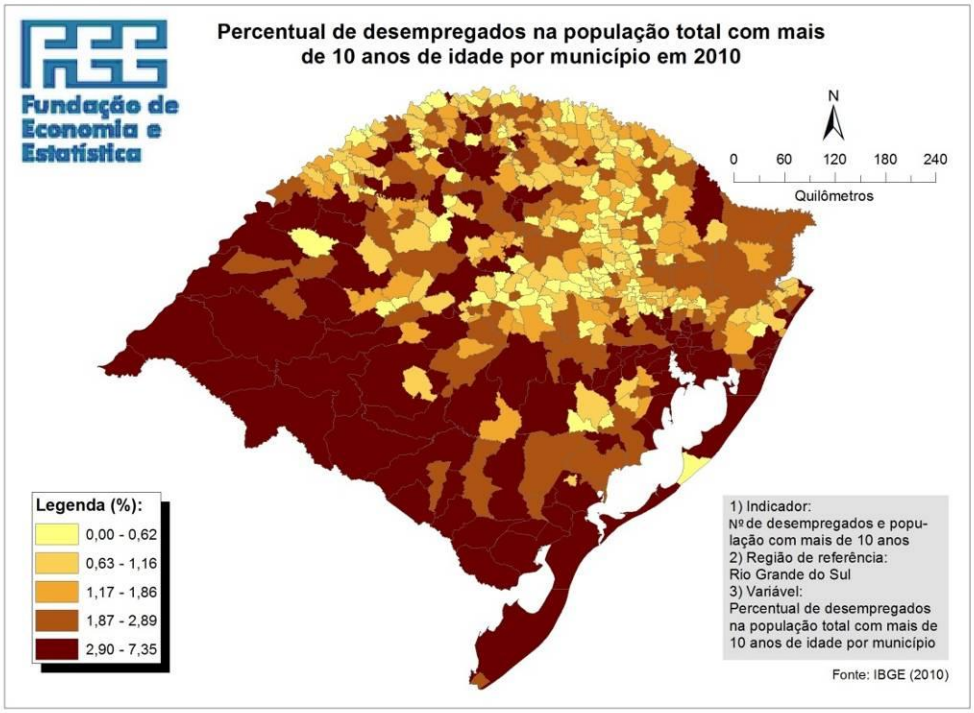
Por fim, podemos aventar a hipótese de inadequação entre as demandas e ofertas de qualificação da mão-de-obra local, tendo em vista a emergência de novos setores (em especial o metal-mecânico-transporte) no território. Uma primeira aproximação para avaliar esta hipótese é a comparação entre estrutura de qualificação formal de ocupados e desempregados atualmente, em Rio Grande, no Estado e em municípios selecionados. Esta comparação encontra-se representada no quadro 19, abaixo. E, mais uma vez, a hipótese se vê negada pelos fatos. A qualificação dos desempregados não difere de forma significativa da qualificação dos ocupados, seja em Rio Grande, seja nos demais municípios do Rio Grande do Sul.

Quadro 19: Comparação da Qualificação de Desempregados e Ocupados do Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados 2010

Território	Desempregados						Ocupados			
	Total	Desemp / PO tot	Tx normal	s/ inst ou fund incomp	% s/inst ou fund incomp	% Normal	Total	s/ inst ou fund incomp	% s/inst ou fund incomp	% Normal
Rio Grande do Sul	285.480	3,06%	0,997	99.736	34,94%	-0,193	5.533.110	2.095.670	37,88%	-1,328
Rio Grande	**7.774**	**4,53%**	**2,192**	**2.620**	**33,70%**	**-0,274**	**82.230**	**27.488**	**33,43%**	**-1,754**
Pelotas (e Arroio do Padre)	12.255	4,21%	1,927	4.272	34,86%	-0,208	151.010	54.138	35,85%	-1,522
Santa Vitória do Palmar	1.091	4,09%	1,830	501	45,92%	0,424	13.355	6.091	45,61%	-0,587
São José do Norte	837	3,78%	1,580	457	54,60%	0,920	11.448	7.356	64,26%	1,199
Santa Maria	8.060	3,51%	1,363	1.930	23,95%	-0,832	123.570	32.542	26,33%	-2,434
Santana do Livramento	2.888	4,06%	1,811	987	34,18%	-0,247	38.038	14.721	38,70%	-1,249
Bagé (e Aceguá)	4.814	4,59%	2,240	1.700	35,31%	-0,182	52.163	18.106	34,71%	-1,631
Uruguaiana	5.160	4,92%	2,507	1.650	31,98%	-0,373	54.192	18.385	33,93%	-1,706
Caxias do Sul	10.327	2,71%	0,713	3.112	30,13%	-0,478	245.665	64.386	26,21%	-2,446
Santa Cruz do Sul	2.800	2,68%	0,685	919	32,82%	-0,324	65.163	20.407	31,32%	-1,956
Passo Fundo	4.228	2,64%	0,653	1.163	27,51%	-0,628	95.445	26.060	27,30%	-2,341
Porto Alegre	42.753	3,43%	1,297	11.493	26,88%	-0,664	728.253	148.216	20,35%	-3,007
Osório	1.340	3,75%	1,559	465	34,70%	-0,217	20.400	7.564	37,08%	-1,404
Xangri-lá	191	1,82%	-0,008	83	43,46%	0,283	6.543	2.905	44,40%	-0,703
Capão da Canoa	1.419	3,99%	1,749	633	44,61%	0,349	20.355	7.913	38,87%	-1,232
Média dos Municípios RS	x	1,83%	0,000	x	38,50%	0,000	x	4.688	51,74%	0,000

Ora, o Quadro 19, acima, demonstrou que a qualificação formal dos desempregados é relativamente elevada e bastante similar (quando não superior) ao dos ocupados. E isto não só em Rio Grande, mas em todo o Estado. Mas ele também nos alerta para o fato de que índice de desemprego em Rio Grande é elevado, bastante acima da média estadual. O que fica demonstrado pelo Mapa 4, reproduzido abaixo.

Figura 4: Municípios do Rio Grande do Sul distribuídos em Quintis Por Indicador de Desemprego (Censo 2010)



O que nos deixa com uma última possibilidade a analisar: a despeito da qualificação formal ser satisfatória, ela não corresponderia às exigências dos setores que dispõem de vagas abertas. E esta inadequação real não alcança ser superada pela incorporação dos desempregados formalmente qualificados como "micro-empresários" ou "conta-própria". É este o nosso último teste, reproduzido no quadro 20, abaixo.

Quadro 20: Estrutura e Quocientes Locacionais da Ocupação em 2010 no Estado do RS em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados em 2010

Território	Indicador	Desempregado (1)	Empregado Formal (2)	Empreg s/ carteira (3)	Conta própria (4)	Empregador (5)	Não remunerado (6)	Mal Defin (7)	PEA (PO + Desemp)	Pop c/ + de 10 anos (7)
RS	Núm Tot	285.330	2.901.474	794.944	1.390.804	143.353	108.582	193.953	5.818.440	9.323.947
	% da PEA	4,90%	49,87%	13,66%	23,90%	2,46%	1,87%	3,33%	100,00%	62,40%
Rio Grande	**Núm Tot**	**7.774**	**46.439**	**14.078**	**18.237**	**1.569**	**914**	**993**	**90.004**	**171.530**
	% da PEA	**8,64%**	**51,60%**	**15,64%**	**20,26%**	**1,74%**	**1,02%**	**1,10%**	**100,00%**	**52,47%**
	QL - RS	**1,761**	**1,035**	**1,145**	**0,848**	**0,708**	**0,544**	**0,331**	**1,000**	**0,841**
Pelotas	Núm Tot	12.236	77.785	23.330	39.502	3.958	2.727	3.708	163.246	288.984
	% da PEA	7,50%	47,65%	14,29%	24,20%	2,42%	1,67%	2,27%	100,00%	56,49%
	QL - RS	1,528	0,956	1,046	1,012	0,984	0,895	0,681	1,000	0,905
Santa Vitória do Palmar	Núm Tot	1.091	6.051	2.634	3.508	382	369	411	14.446	26.696
	% da PEA	7,55%	41,89%	18,23%	24,28%	2,64%	2,55%	2,85%	100,00%	54,11%
	QL - RS	1,540	0,840	1,335	1,016	1,073	1,369	0,854	1,000	0,867
São José do Norte	Núm Tot	838	3.154	3.093	3.510	205	562	924	12.286	22.148
	% da PEA	6,82%	25,67%	25,17%	28,57%	1,67%	4,57%	7,52%	100,00%	55,47%
	QL - RS	1,391	**0,515**	**1,843**	1,195	**0,677**	**2,451**	**2,256**	1,000	0,889
Santa Maria	Núm Tot	8.059	73.271	17.261	25.489	3.772	1.613	2.164	131.629	229.505
	% da PEA	6,12%	55,66%	13,11%	19,36%	2,87%	1,23%	1,64%	100,00%	57,35%
	QL - RS	1,249	1,116	0,960	0,810	1,163	0,657	0,493	1,000	0,919
Santana do Livramento	Núm Tot	2.889	15.783	7.847	10.600	792	1.301	1.715	40.927	71.074
	% da PEA	7,06%	38,56%	19,17%	25,90%	1,94%	3,18%	4,19%	100,00%	57,58%
	QL - RS	1,439	0,773	1,403	1,084	0,785	1,703	1,257	1,000	0,923
Bagé	Núm Tot	4.677	27.994	8.491	11.421	1.197	486	2.574	56.840	101.091
	% da PEA	8,23%	49,25%	14,94%	20,09%	2,11%	0,86%	4,53%	100,00%	56,23%
	QL - RS	1,678	0,988	1,093	0,841	0,855	0,458	1,359	1,000	0,901
Uruguaiana	Núm Tot	5.160	27.223	9.156	14.966	1.269	739	839	59.352	104.880
	% da PEA	8,69%	45,87%	15,43%	25,22%	2,14%	1,25%	1,41%	100,00%	56,59%
	QL - RS	**1,773**	0,920	1,129	1,055	0,868	0,667	0,424	1,000	0,907
Caxias do Sul	Núm Tot	10.327	167.684	21.254	45.760	7.694	1.770	1.503	255.992	380.849
	% da PEA	4,03%	65,50%	8,30%	17,88%	3,01%	0,69%	0,59%	100,00%	67,22%
	QL - RS	0,823	**1,314**	**0,608**	**0,748**	1,220	0,371	**0,176**	1,000	**1,077**
Santa Cruz do Sul	Núm Tot	2.800	39.470	7.045	14.129	2.339	811	1.369	67.963	104.601
	% da PEA	4,12%	58,08%	10,37%	20,79%	3,44%	1,19%	2,01%	100,00%	64,97%
	QL - RS	0,840	1,165	0,759	0,870	1,397	0,639	0,604	1,000	1,041
Passo Fundo	Núm Tot	4.228	60.377	10.791	19.250	3.361	998	668	99.673	160.266
	% da PEA	4,24%	60,58%	10,83%	19,31%	3,37%	1,00%	0,67%	100,00%	62,19%
	QL - RS	0,865	1,215	0,792	0,808	1,369	0,537	0,201	1,000	0,997
Porto Alegre	Núm Tot	42.753	436.727	99.662	156.059	26.837	7.512	1.456	771.006	1.246.316
	% da PEA	5,55%	56,64%	12,93%	20,24%	3,48%	0,97%	0,19%	100,00%	61,86%
	QL - RS	1,131	1,136	0,946	0,847	1,413	0,522	0,057	1,000	0,991
Osório	Núm Tot	1.341	11.595	3.156	4.126	779	146	598	21.741	35.706
	% da PEA	6,17%	53,33%	14,52%	18,98%	3,58%	0,67%	2,75%	100,00%	60,89%
	QL - RS	1,258	1,069	1,062	0,794	**1,454**	0,360	0,825	1,000	0,976
Xangri-lá	Núm Tot	192	2.727	1.557	2.065	176	15	3	6.735	10.472
	% da PEA	2,85%	40,49%	23,12%	30,66%	2,61%	0,22%	0,04%	100,00%	64,31%
	QL - RS	**0,581**	0,812	1,692	**1,283**	1,061	**0,119**	0,013	1,000	1,031
Capão da Canoa	Núm Tot	1.419	9.655	4.109	5.694	634	156	107	21.774	35.597
	% da PEA	6,52%	44,34%	18,87%	26,15%	2,91%	0,72%	0,49%	100,00%	61,17%
	QL - RS	1,329	0,889	1,381	1,094	1,182	0,384	0,147	1,000	0,980

No Quadro 20 está explicitada a taxa de desemprego de Rio Grande em 2010 com relação á PEA (que é referência padrão). Esta taxa é quase 4 pontos percentuais

superior à média do Estado e, dentre os municípios selecionados, só encontra paralelo em Uruguaiana, cuja taxa é de 8,69%. Como já vimos, este elevado nível de desemprego é relativamente paradoxal, tendo em vista o acelerado crescimento do emprego formal e da ocupação e a migração relativamente discreta para o município na última década. O que nos leva a buscar a explicação nos obstáculos ao desenvolvimento do "auto-emprego" em Rio Grande. E, de fato, neste mesmo Quadro 20 fica explícito que Rio Grande apresenta um dos menores índices de empregadores dentre os ocupados de todo o Estado. Dentre os municípios selecionados, apenas São José do Norte apresenta um nível de "empreendedorismo" menor do que Rio Grande. De outro lado, em municípios como Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo os empregadores representam mais de 3% da população, o que é quase duas vezes maior do que a percentagem de empregadores em Rio Grande.

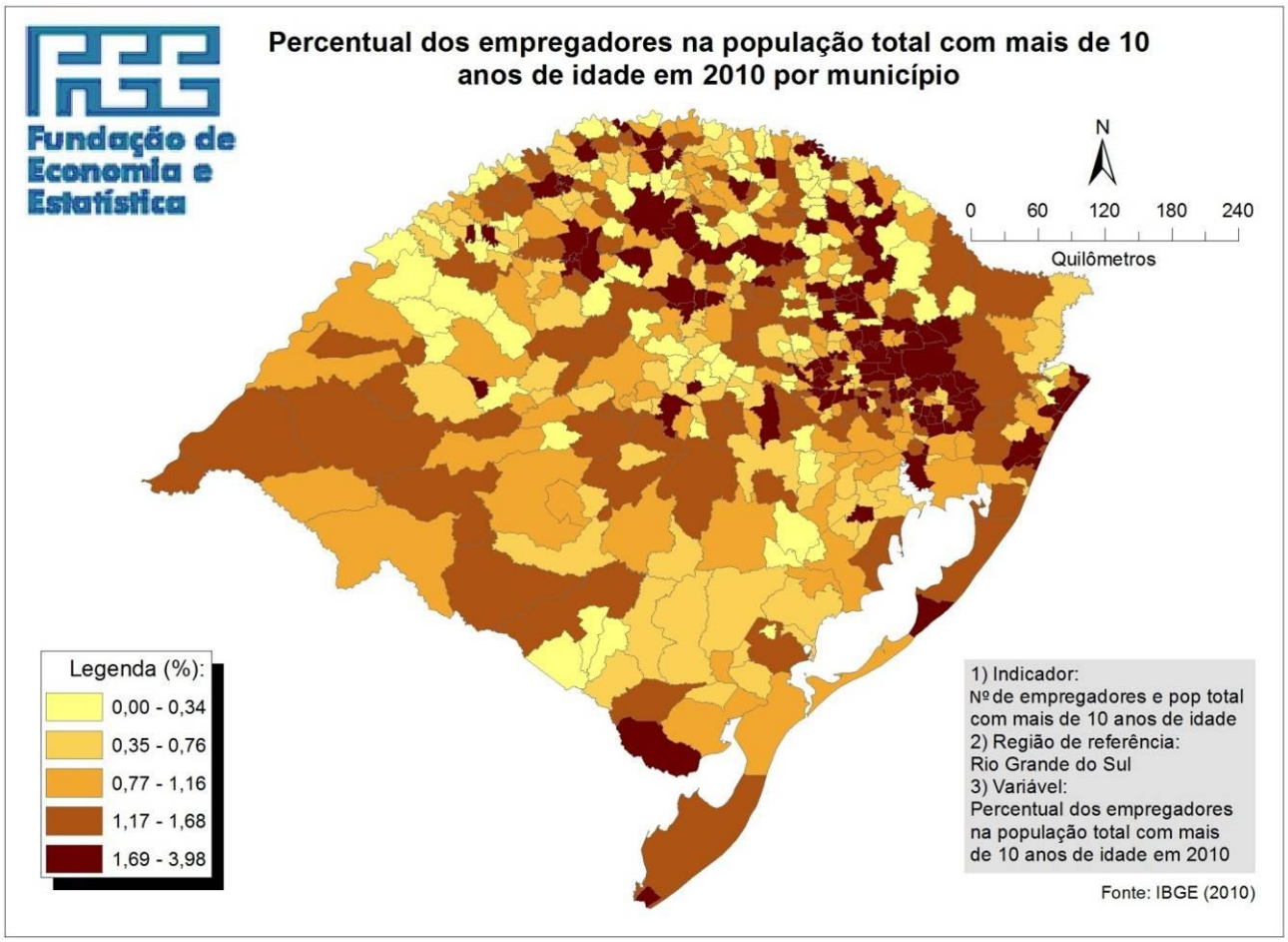
Não parece haver espaço para dúvidas no que diz respeito à relação entre baixo multiplicador, desemprego estrutural e baixo empreendedorismo em Rio Grande. E isto na medida em que o descompasso entre a qualificação (relativamente boa, em termos formais) dos desocupados de Rio Grande e a qualificação (especializada) demandada pelos ofertantes de postos de trabalho não consegue ser superada pela abertura de novos postos de trabalho em micro-empreendimentos de base local. O que leva a uma depressão do grau de ocupação do município e do multiplicador do emprego e da renda das atividades propulsivas. Esta realidade já se manifestava no Quadro 6, apresentado à página 28 deste relatório, e que reproduzimos mais uma vez abaixo.

Quadro 21 (reapresentação): Sinóptico Básico de População e Emprego (Fonte: RAIS)

Território	População	Número de Estabelec	Núm Emp Formais
Rio Grande	197.253	3.793	44.976
RS	10.629.072	292.578	2.920.589
% RG em RS	1,86%	1,30%	1,54%
QL (em rel Pop)	1,00	0,70	0,83

Tal como se pode observar nesta tabulação é a discrepância em termos de participação estadual de Rio Grande na população (1,86%), no número de empregados formais (1,54%) e no número de estabelecimentos produtivos (1,3%). O que se espera de um município empreendedor é que sua participação no número de estabelecimentos e firmas do Estado seja, no mínimo, equivalente à sua participação na população. Mas em Rio Grande, estamos muito longe desta realidade. O Mapa 5, reproduzido abaixo, reflete este quadro de baixo empreendedorismo de forma intuitiva. Quanto mais escura a cor de fundo dos município, maior a participação de empregadores dentre a população em idade ativa. Rio Grande – a despeito de ser um município com elevado grau de urbanização e industrialização e a despeito de todo o seu potencial turístico (que é um setor significativamente aberto aos micro-empreendimentos), encontra-se no quarto quintil dentre os municípios gaúchos.

Figura 5: Percentagem de Empregados com mais de 10 anos de idade (Censo 2010)



4. DESAFIOS TERRITORIAIS E ESTRUTURAÇÃO URBANA

4.1. Habitação – Rio Grande

Em tempos de desenvolvimento latente, a cidade também demanda cuidados no que diz respeito à habitação. Para tanto, uma análise da atual realidade é fundamental para que se tenha conhecimento da situação em que se encontra Rio Grande.

A cidade tinha, em 2010, 66.606 Domicílios Particulares Permanentes. Esse número representa um crescimento de 17,23% em relação a 2000, quando a quantidade era de 56.818. Desse montante de 2010, 96,32% encontra-se em área urbana, contrastando com o pequeno índice de 3,68% que está situado em zona rural.

No município, vemos, conforme a tabela abaixo, que a densidade de habitantes por Domicílio Particular Permanente é maior do que no COREDE Sul, da mesma forma que, em termos de habitantes/Km², Rio Grande apresenta densidade (70,4 habitantes/Km²) muito maior do que a do COREDE Sul (24,1 habitantes/Km²):

Tabela 01 – Densidade de habitante por Domicílio Particular Permanente (DPP)

Densidade morador/domicílio			
	Urbano	**Rural**	**Total**
Rio Grande	**2,95**	**3,18**	**2,96**
Corede Sul	**2,88**	**3,13**	**2,91**

Dados: FEE Dados 2010

Esse pode ser um indício inicial de que há uma demanda considerável por habitação em Rio Grande, porém é necessário que se avalie outras variáveis, como a infraestrutura do município e o déficit habitacional, para que se possa inferir com mais segurança sobre o crescimento da população e da estrutura que a localidade

apresenta. A questão da densidade é analisada de melhor forma dentro do Déficit Habitacional, quando se calcula a densidade de morador por dormitório em imóveis alugados.

Quanto à distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes na cidade de Rio Grande, na Figura 06 (EVOLUÇÃO DOS DOMICÍLIOS) vemos que há um nítido aumento do número de domicílios em praticamente todos os setores da cidade, evidenciando o crescimento da última década, e, em especial, dos últimos anos.

Ao analisar a Figura 07 (morador/Domicílio ocupado) constata-se que as áreas centrais apresentam menor densidade, enquanto a concentração aumenta significativamente nas áreas periféricas e industriais do município, ainda que o número de DDPs tenha crescido consideravelmente nos últimos anos nas áreas centrais da cidade.

Contraditoriamente, analisando a Figura 08 (hab/km²), vemos que há uma grande densidade de moradores na área central da cidade, e que, na área industrial, ela cai significativamente. Há, claramente, um "inchaço" urbano na área que circunda o centro administrativo de Rio Grande, que contrasta com a baixa ocupação as áreas periféricas da cidade.

Figura 06 – Densidade de Moradores por Domicílio Ocupado (2010)

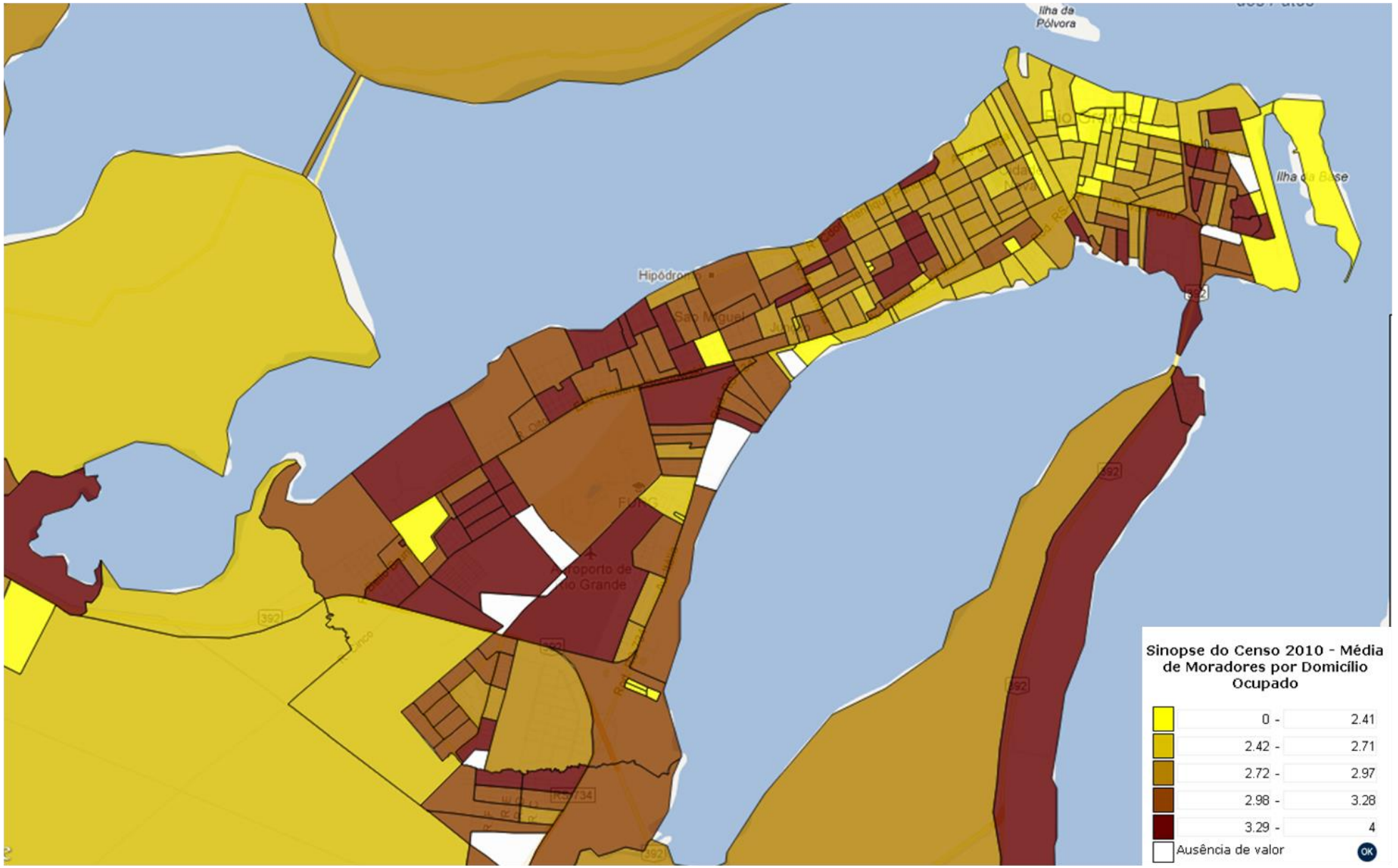


Figura 07 – Densidade de Moradores por Km² (2010)

Figura 08 – Densidade de Moradores por Domicílio Ocupado (2010)

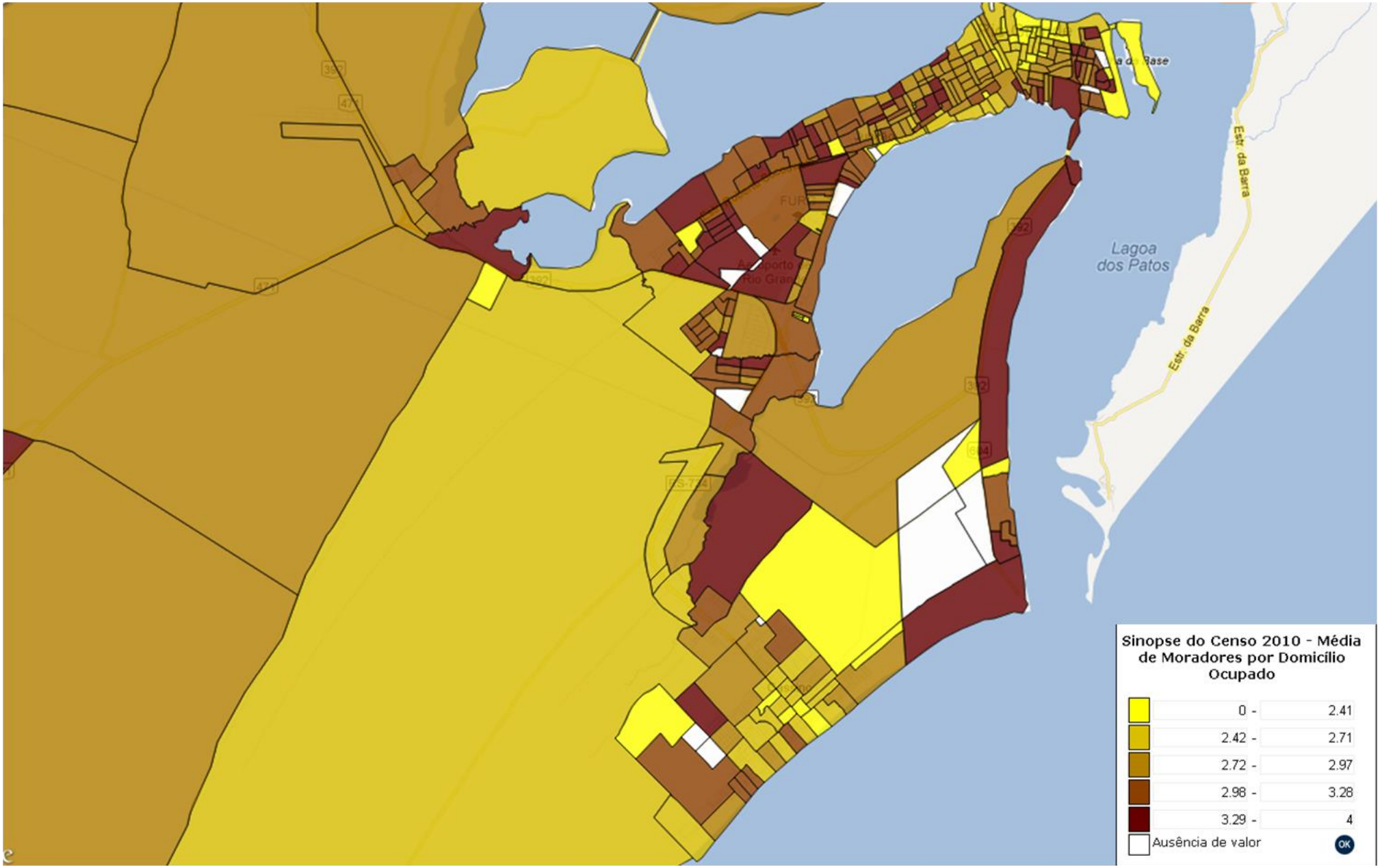


Figura 09 – Densidade de Moradores por Km² (2010)

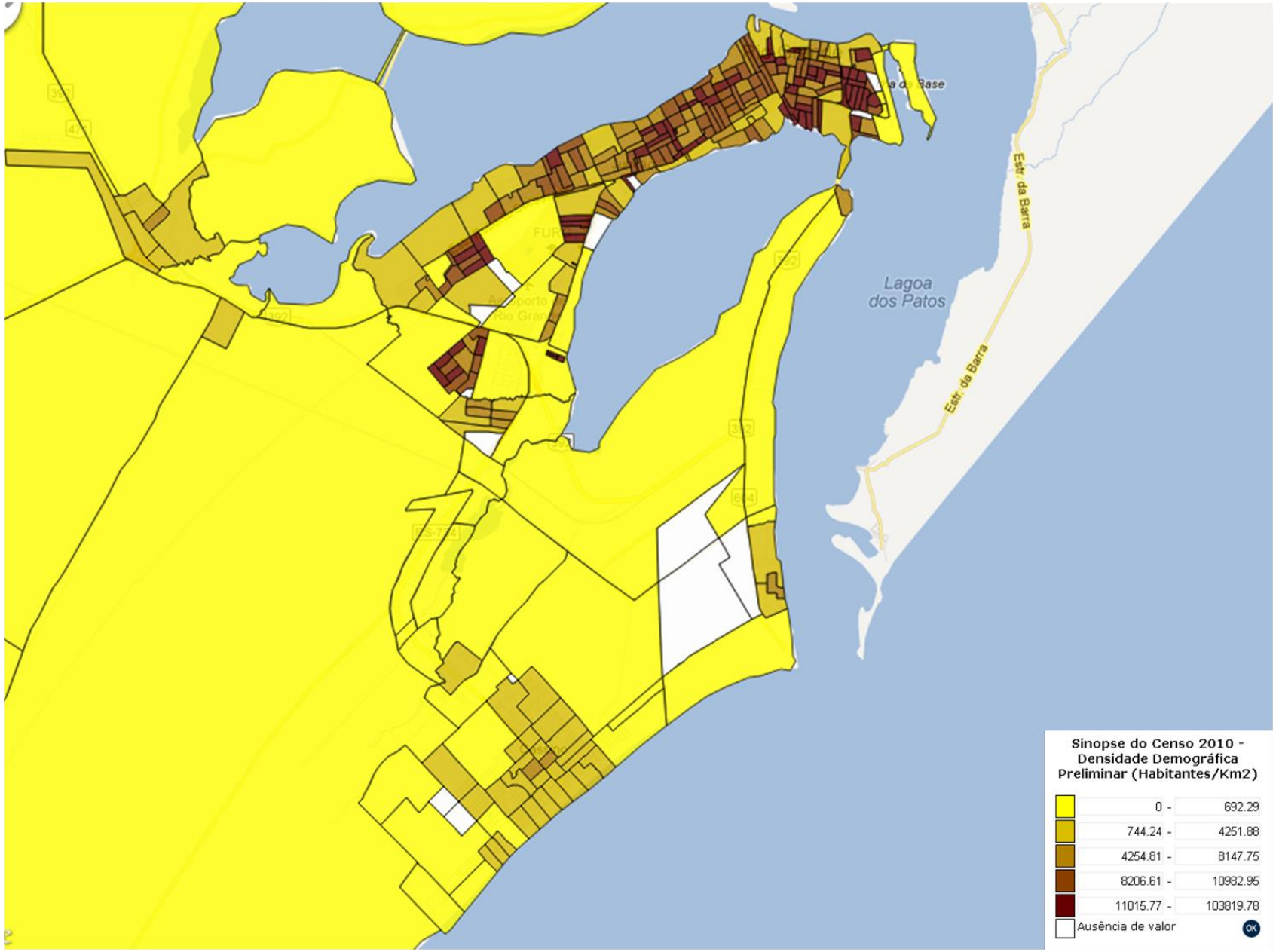


Figura 10 – Evolução dos Domicílios Particulares Permanentes em Rio Grande (2000 a 2010)

Figura 11 – População Residente em Rio Grande (2010)

4.1.1. Déficit Habitacional

O déficit habitacional proporciona um exame da demanda habitacional de que o município precisa. Assim, utilizando os dados do Censo 2010, estabelecem-se os seguintes conceitos:

Habitação precária, que engloba duas situações: domicílios rústicos, cujas paredes externas não são feitas de alvenaria (revestida ou não) ou de madeira aparelhada e domicílios Improvisados, nos quais são enquadrados tendas ou barracas, domicílios dentro de estabelecimentos e outros;

Ônus excessivo com aluguel: número de domicílios cujo rendimento mensal seja de até ½ salário mínimo per capita e cujo gasto mensal com aluguel exceda 30% dos ganhos;

Adensamento excessivo em imóveis alugados: mais de três habitantes por dormitório em imóveis alugados;

Coabitação: mais de uma família habitando a mesma unidade habitacional.

Rio Grande concentra 1.393 domicílios precários na zona urbana e 20 na zona rural, representando, respectivamente, 43,44% e 1,87% dos domicílios precários encontrados no COREDE Sul.

Rio Grande apresenta um total de 495 domicílios em situação de ônus excessivo com aluguel, representando 21,72% do total do COREDE. Além disso, concentra 186 domicílios em zona urbana e 13 em zona rural em situação de adensamento excessivo em imóveis alugados, representando, respectivamente, 24,87% e 81,25% do COREDE Sul.

Ao analisar o Déficit Habitacional do Município, que é a soma das variáveis supracitadas, encontramos 6.829 domicílios em zona Urbana e 120 em zona Rural nessa situação. Esses números representam 32,36% do déficit em Zona Urbana no COREDE e 2,60% na Zona Rural.

Já em relação ao número de Domicílios Particulares Permanentes, percebe-se que a coabitação é o componente de maior significância no déficit: corresponde a 7,41% na zona urbana e a 3,55% na zona rural. Habitação precária representa, na zona urbana, 2,17% dos DPPs, e, na zona rural, 0,82%. Adensamento excessivo em imóveis alugados soma 0,29% na zona urbana e 0,53% dos domicílios rurais. Por fim, o ônus excessivo com aluguel é identificado em 0,77% dos domicílios do município.

Somando-se o déficit urbano e rural de Rio Grande, chega-se a 15,54% dos Domicílios Particulares Permanentes do município, índice que fica abaixo do encontrado no COREDE Sul, que representa 19,09% dos Domicílios Particulares Permanentes.

Tabela 02 – Estrutura do Déficit Habitacional em Rio Grande

	Urbano	Rural
Coabitação	4755	87
Habitação Precária	1393	20
Adensamento Excessivo em Imóveis Alugados	186	13
ônus Excessivo com Aluguel	495	-
Déficit Total	**6829**	**120**

Dados: IBGE/CENSO 2010

4.1.2. Infraestrutura

Em Rio Grande, notam-se índices semelhantes aos encontrados no Estado. Em relação à Energia Elétrica, 96,4% dos domicílios da cidade possuem distribuição (seja ela exclusiva do domicílio ou compartilhada com outros), contra 96,73% no Estado.

Quanto ao abastecimento de água, os índices riograndinos são melhores do que os do Brasil e do Estado. Enquanto a porcentagem de domicílios que recebe água pela rede geral de distribuição em Rio Grande é de 93,56%, no Estado fica em 85,33% e, no Brasil, em 82,85%.

Em Rio Grande, a taxa de lixo que é coletado (tanto por serviço de limpeza quanto por caçamba) chega a 98,44%, enquanto os índices caem para 92,08% no Rio Grande do Sul e para 87,41% no País.

Em se tratando de banheiros de uso exclusivo, Rio Grande apresenta, na Zona Urbana, 1,86% dos domicílios sem banheiros de uso exclusivo. Esse número sobe para 6,62% na Zona rural.

Tabela 03 – Domicílios com Banheiros de Uso Exclusivo

Banheiros de uso exclusivo		
	Urbano	Rural
0	1,86%	6,62%
1	74,70%	83,44%
2	17,74%	7,95%
3 ou mais	5,69%	1,99%

Dados: IBGE/SIDRA 3220

Ainda em relação à infraestrutura, é válido ressaltar que Rio Grande apresenta, em 2010, um número elevado de Domicílios situados em localidades sem pavimentação da rua no entorno da residência. Os 28.586 domicílios nessa situação representam 44,68% dos domicílios de Rio Grande. Apesar de ainda ser considerado alto, esse índice vem diminuindo nos últimos anos, conforme mostram os dados do Censo, segundo os quais Rio Grande, em 2000, apresentava 49,75% dos domicílios sem pavimentação no entorno.

No que diz respeito à ocorrência de esgoto a céu aberto, Rio Grande concentra 15,47% dos domicílios nessa situação, contabilizando 9.896 domicílios expostos aos dejetos sem o devido tratamento.

4.1.3. Evolução dos Gastos com Habitação no Município

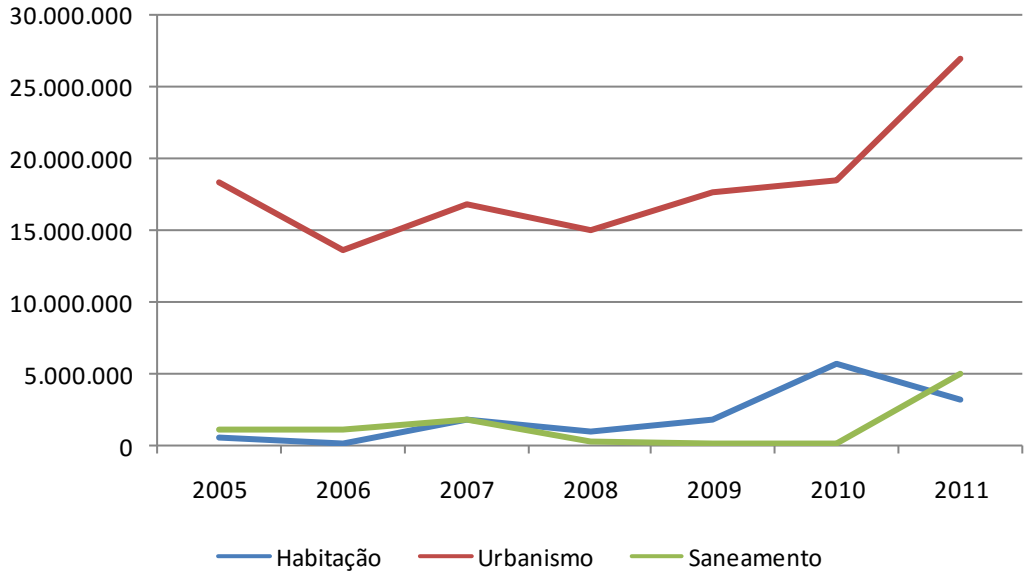
Para analisar o desenvolvimento dos investimentos em habitação em Rio Grande, utilizam-se os dados disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional, em relação aos gastos com Habitação, Saneamento e Urbanismo. Os valores são corrigidos pelo IGP-DI, e foram atualizados para os valores reais de 2011.

Tabela 04- Gastos com Habitação do Município (2005 a 2011)

	habitação		urbanismo		saneamento	
	Despesa	Despesa Realizada	Despesa	Despesa Realizada	Despesa	Despesa Realizada
2005	573.024,35	0,28%	18.350.886,58	8,82%	1.158.306,21	0,56%
2006	211.679,97	0,10%	13.689.857,22	6,25%	1.173.050,73	0,54%
2007	1.825.007,11	0,81%	16.904.355,88	7,52%	1.825.007,11	0,81%
2008	1.084.763,10	0,46%	15.006.196,02	6,33%	252.104,46	0,11%
2009	1.915.460,67	0,74%	17.770.336,11	6,88%	187.602,48	0,07%
2010	5.689.545,27	2,37%	18.567.013,27	7,74%	136.423,02	0,06%
2011	3.231.690,18	-	26.983.874,01	-	5.073.787,85	-

Dados: Secretaria do Tesouro Nacional

Gráfico 01 - Gastos com Habitação do Município (2005 a 2011)



Dados: Secretaria do Tesouro Nacional

4.2. Planejamento Urbano

No dia 23 de agosto oficina intitulada de "Planejamento e desenvolvimento de Rio Grande". O objetivo foi de compreender os principais desafios quanto ao planejamento e gestão do uso do solo urbano do Município de Rio Grande, focando na identificação de conflitos territoriais e de gestão.

Com a participação de técnicos e secretários da administração pública municipal, dos departamentos de planejamento, meio-ambiente e habitação e representantes da Latus Consultoria foi apontado que o dinamismo econômico impõe à cidade a necessidade de uma reestruturação. A configuração de seu território, a localização geográfica de seu Centro e o histórico do processo de urbanização geraram uma estrutura excessivamente convergente ao Centro, o que sobrecarrega a sua estrutura, especialmente a viária.

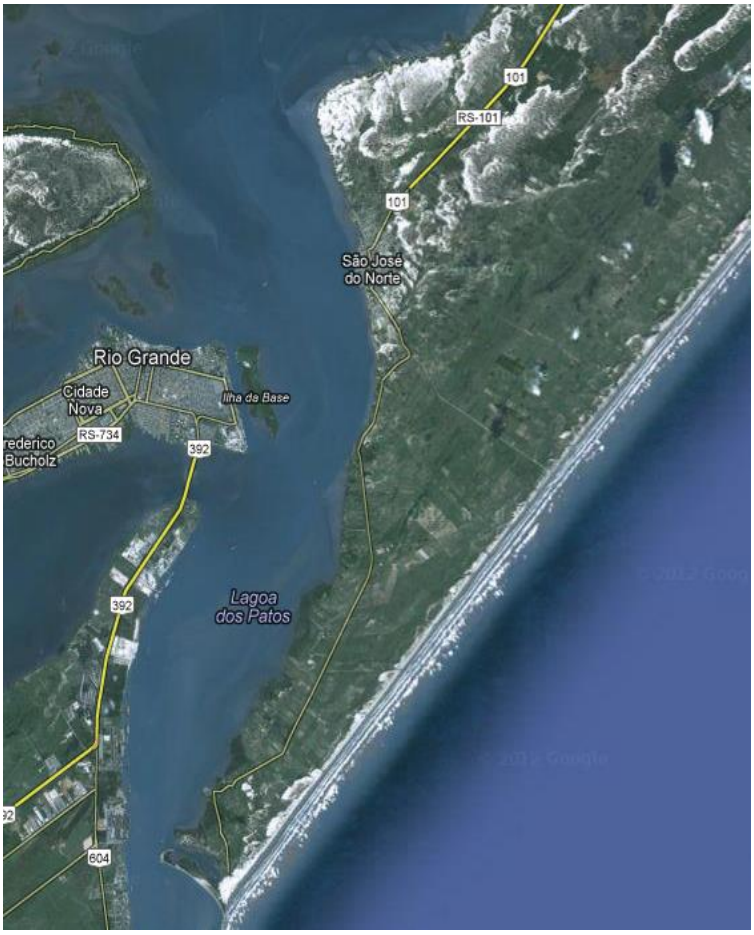
Nesse aspecto, o Município vem empreendendo uma estratégia de descentralização territorial, criando novas centralidades. Busca-se a redução dos deslocamentos diários da população e o aproveitamento mais equilibrado do território urbano. Tal estratégia se implementa através de ações públicas e privadas, como a criação do Centro Cívico (deslocamento de serviços públicos do bairro Centro para nova localidade criada em terreno de propriedade do Município) e a implementação de shopping centers. A implantação de empreendimentos habitacionais de grande porte em áreas afastadas do Centro potencializam a geração de novos eixos de atratibilidade. Quanto à gestão do uso do solo, uma dificuldade que se apresenta é a presença em Rio Grande de terras vinculadas a distintas instituições/níveis de governo. Como por exemplo cita-se: Marinha

(faixa da orla), Aeronáutica (aeroporto), Rede Ferroviária Federal, Universidade, IPHAN/IPHAE (patrimônio cultural), Petrobrás, Superintendência do Porto de Rio Grande (órgão estadual), DNIT (estradas), etc.

4.2.1. Identificação dos desafios:

Um dos principais desafios apontados pelos representantes da administração municipal está relacionado à necessidade de se estruturar uma ligação "a seco" entre Rio Grande e São José do Norte (ponte ou túnel). Há algumas alternativas em debate. Destacou-se a preocupação de que se esta travessia ocorrer a partir do Centro de Rio Grande provoque um impacto negativo significativo nesta área central já conflagrada pela polaridade excessiva. Há uma preocupação adicional nesta alternativa, quanto aos prováveis impactos negativos ao casco histórico do município.

Figura 12 – Rio Grande e São José do Norte



Fonte: Google Earth

Outro desafio apontado é em relação ao Cassino, que está se tornando uma alternativa de atendimento das demandas de moradia de famílias mais abastadas. A preocupação está na descaracterização da sua condição de balneário, local de turismo e veraneio.

Em termos de infraestrutura, destaca-se a preocupação em relação ao saneamento. A rede de coleta de esgoto urbana é muito restrita, atendendo apenas à parte da área central. Há uma parte da área central, fora do casco histórico, na qual está sendo promovida uma densificação, com o objetivo de melhor aproveitar a infraestrutura existente. Para isto, recentemente foi aprovado um ajuste das regras urbanísticas, aumentando os índices de aproveitamento. Esta alteração tornou a área atrativa aos

empreendedores imobiliários e trouxe nova dinâmica ao local. Em relação ao futuro desta área, a maior preocupação diz respeito ao impacto deste adensamento no traçado viário e na disponibilidade de áreas de estacionamento.

A dinâmica imobiliária está gerando uma demanda de regularização fundiária. Esta é uma exigência decorrente da oportunidade de financiamentos para construção ou qualificação das moradias. Nesse aspecto, o Município, através da Secretaria de Habitação, está promovendo um projeto de regularização fundiária de cerca de 7.000 lotes localizados em áreas públicas.

4.2.1.1. Indentificação de desafios institucionais:

Há grande expectativa em torno de uma reforma administrativa que criará um Instituto de Planejamento. Acredita-se que com esta reforma, o Município estará adequando a sua estrutura aos desafios do desenvolvimento atual.

Destaca-se necessidade de se repensar os fluxos e estratégias de aprovação e licenciamento de projetos, pois estes estão demasiadamente lentos. Um dos motivos para esta demora nas aprovações é a necessidade de, muitas vezes (dependendo do tipo de projeto ou da sua localização), envolver órgãos federais e/ou estaduais no processo de aprovação.

O Conselho do Plano Diretor funciona, se reunindo com regularidade e debatendo a maior parte das decisões relacionadas ao planejamento urbano e à aprovação de projetos. Porém, a Câmara Técnica da Legislação Urbanística (também prevista no Plano Diretor) não foi implementada e nem tampouco o Fundo Municipal de Desenvolvimento

Urbano. Embora no Plano Diretor estejam previstos instrumentos da política urbana do Estatuto das Cidades (Outorga Onerosa do Direito de Construir, Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, etc) estes não vem sendo utilizados e carecem de regulamentação específica.

O município vem licenciando ambientalmente os projetos de impacto local. Contudo não tem por prática solicitar estudos complementares, como EIV ou EIA-RIMA. Não há a solicitação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias nestes estudos.

4.2.2. Identificação de potencialidades:

Há um potencial de renovação no Centro da cidade. Há alguns lotes ainda vazios e prédios de antigas fábricas que estão desocupados. Há a necessidade de se desenvolver um diagnóstico específico sobre este tema para se verificar este potencial e as alternativas mais viáveis de seu uso – moradia, atividades econômicas, etc.

Também há a previsão de um projeto para a orla do Saco da Mangueira que inclui a estruturação de uma via "beira-mar" que auxiliará no fluxo e circulação, mas também na qualificação da orla, fortalecendo a relação local com o mar. Com este projeto busca-se romper com a estruturação urbana local atual, fruto do processo de urbanização açoriano, em que os terrenos se dispõem com os seus fundos voltados para o mar, não explorando desta forma, a orla enquanto espaço de integração, lazer e qualificação da paisagem.

Quando a integração "a seco" com São José do Norte ocorrer, este município pode se fortalecer enquanto área de expansão urbana de Rio Grande.

Por último, destaca-se que estão em implementação, as primeiras ações relacionadas à criação de um Parque Eólico. O desafio está em criar uma alternativa de percurso para as redes de distribuição da energia que atenda à totalidade da demanda deste parque e que cause o menor impacto possível, tendo em vista a conseqüente geração de faixas non edificandi ao longo destas redes. A alternativa que está sendo pensada é através do Banhado do Maçarico.

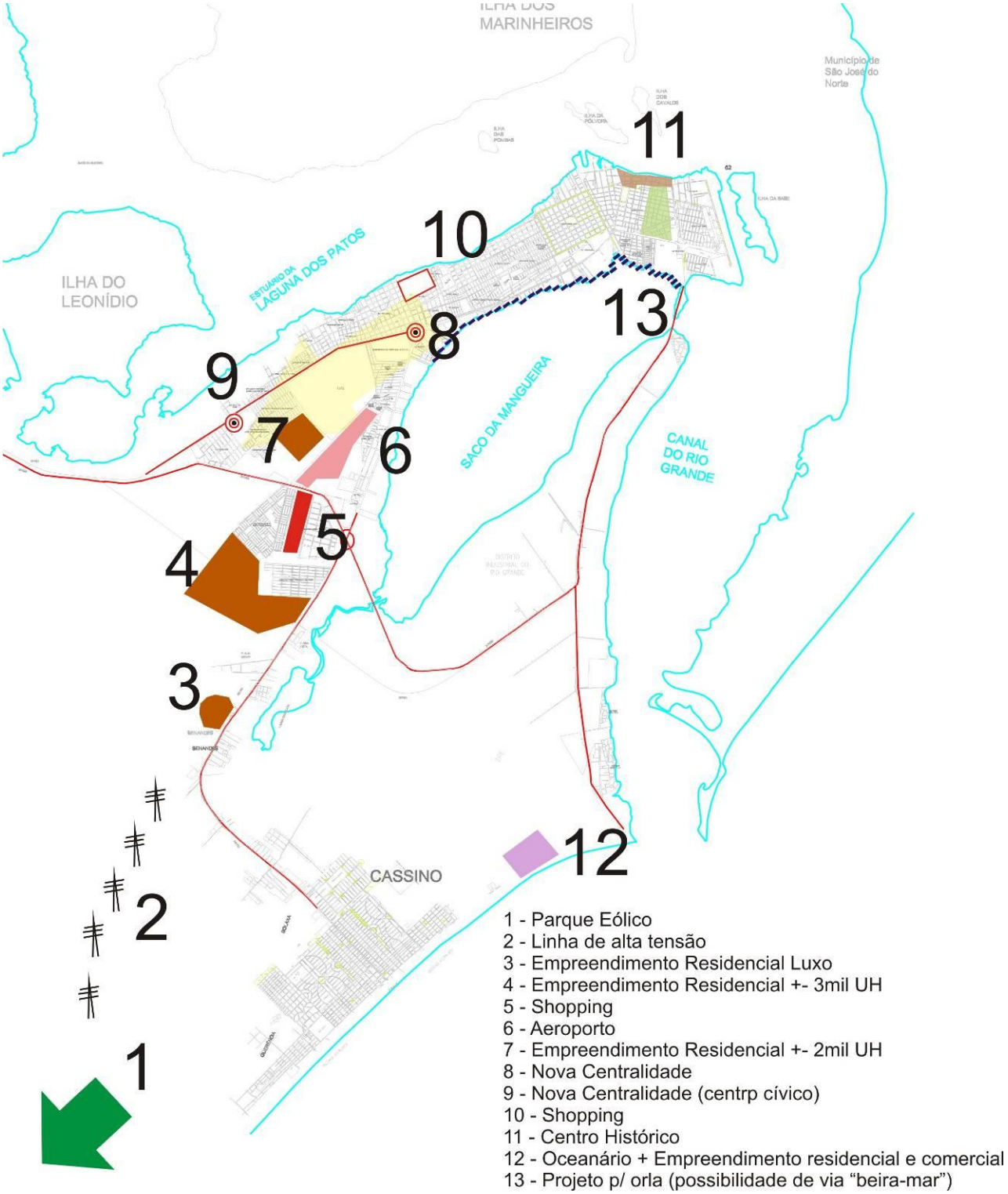
4.2.3. Considerações finais

Verifica-se a necessidade do Município aprimorar o processo de licenciamento urbanístico e ambiental dos empreendimentos. Mesmo aqueles de caráter local (licenciados pelo Município) requerem uma abordagem que leve em consideração os impactos na estrutura existente. Na medida em que há uma busca significativa de empreendedores que desejam explorar economicamente Rio Grande, há de ser melhor aproveitada esta situação, exigindo-se que estes contribuam para a qualidade do ambiente urbano e para o bem-estar da sociedade local. Para isto torna-se necessário: revisão e integração entre os processos de licenciamento urbanístico e ambiental; qualificação/capacitação dos técnicos do Município; fortalecimento da participação social na gestão do planejamento do solo urbano.

A dinâmica imobiliária existente; a intenção de se gerar novas centralidades urbanas e de se requalificar a área central, são indicativos de oportunidades de utilização de instrumentos da política urbana que têm como objetivo colaborar com o Plano Diretor na construção de processos de desenvolvimento urbano mais equilibrados.

Por último, aponta-se que a existência de distintos atores institucionais com gerência sobre parcelas do território indica a necessidade da criação de um fórum (ou de um grupo gestor) que os articule. A elaboração de um plano estratégico integrado, que contemple o planejamento territorial e estabeleça metas comuns a estes agentes, também aparenta ser um caminho profícuo.

Figura 13 – Mapa Síntese



5. EIXOS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Ao longo deste trabalho buscamos identificar e hierarquizar os setores-cadeias propulsivos de Rio Grande, bem como avaliar o padrão de multiplicação do emprego e da renda no interior do município. Nossas principais conclusões foram as seguintes:

Rio Grande conta com quatro setores-cadeias propulsivos com elevado potencial dinamizador sobre a economia como um todo; quais sejam: 1) a Metal-mecânica-transporte (Polo Naval); 2) o Transporte-Logística (Porto e sistema rodoferroviário); 3) o Alimentar (com ênfase na pesca); 4) e Turismo (lazer, negócios, serviços e estrutural).

Dentre os 4 setores-cadeias propulsivos identificados, o Polo Naval é o que apresenta maior potencial de crescimento, mas também é o setor cadeia menos consolidado.

A despeito do elevado potencial propulsivos dos quatro setores-cadeias elencados, o multiplicador do emprego e da renda é relativamente baixo no município.

Dentre as ações emergenciais que recomendaríamos encontram-se:

1) identificação e apoio ao enfrentamento de todo e qualquer gargalo na oferta de mão-de-obra qualificada para o Polo Naval. Este enfrentamento deve se dar tanto pela qualificação de mão-de-obra local, quanto pela atração de trabalhadores qualificados para se domiciliarem em Rio Grande.

2) Apoio à qualificação do sistema logístico de Rio Grande, via construção de um sistema de governança local com participação de todos os agentes privados e públicos envolvidos no setor-cadeia. Este sistema deve buscar identificar os gargalos e desafios mais importantes e estruturar ações conjuntas para seu enfrentamento. Desde logo, vemos como da maior importância a luta pela extensão da ferrovia Norte-Sul até Rio Grande. Sem ela, as mercadorias do RS começarão a ser escoadas por portos ao norte

3) Contratação de uma consultoria para analisar a realidade atual e os principais gargalos da indústria pesqueira regional e a montagem de um plano emergencial de recuperação deste segmento de competitividade estrutural e alto potencial econômico;

4) Criação de um sistema de fortalecimento do empreendedorismo local, via construção de sub-sistemas de micro-crédito e de apoio gerencial para serviços voltados, preferencialmente, ao fortalecimento dos serviços turísticos e prestados às famílias. Vale salientar que esta ação fortalece, simultaneamente, a multiplicação da renda local, ao mesmo tempo que amplia a capacidade propulsiva da indústria do turismo.

Por fim, entendemos que a consolidação dos setores-cadeias propulsivas do município e a adequada exploração do potencial turístico de Rio Grande pressupõem o Desenvolvimento e implantação de um novo Plano Diretor voltado ao

1) enfrentamento dos problemas de mobilidade urbana - que já são gargalos e podem vir a se tornar barreiras à expansão do setor logístico e turístico;

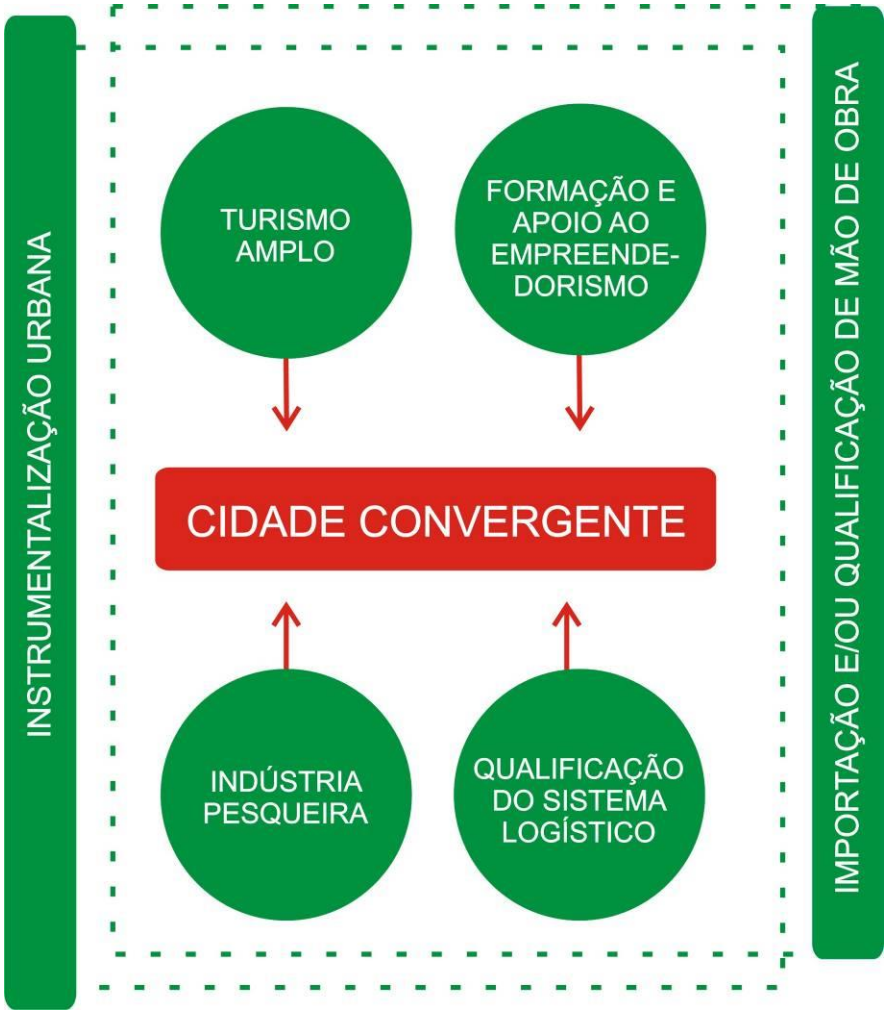
2) Realocação das atividades de serviços – em especial de saúde e comércio – com vistas a apoiar a mobilidade no porto e na administração e viabilizar o SBP-Saúde como um dos elos de serviços propulsivos (turismo de serviços e estrutural);

3) Integração com São José do Norte, via sistema de transporte aquaviário, para deprimir a tendência ao inchaço da cidade e impulsionar o trânsito pendular com vistas às compras em Rio Grande (apoio ao Comércio)

Dentro das características observadas e apresentadas optou-se pela divisão em seis eixos: **(1)** instrumentalização urbana; **(2)** importação e qualificação de mão de obra;

(3) Formação e apoio ao empreendedorismo; **(4)** qualificação do sistema logístico; **(5)** indústria pesqueira; e **(6)** turismo amplo.

Sem a necessidade de se hierarquia entre os diferentes eixos, abordamos abaixo de forma mais dinâmica, analisando suas interelações e suas influências, conforme segue no diagrama.



A cidade convergente acontece pelo encontro dos seis eixos supracitados, na medida em que se estrutura a cidade com vistas a receber novos empreendimentos e trabalhadores, na medida em que a mão-de-obra importada é qualificada para ocupar as

vagas do pólo naval, na medida em que se trabalha o empreendedorismo local através da utilização e qualificação da mão-de-obra local, na medida em que se recupera o setor de pesca, na medida em que se qualifica o sistema logístico e na medida em que se recupera a grande potencialidade do setor pesqueiro.

A união de todos os eixos gera um ciclo virtuoso de desenvolvimento, que atualmente é sustentado em grande parte pelo pólo naval, mas que deposita a sustentabilidade do desenvolvimento de Rio Grande na mão-de-obra riograndina, em que necessita se construir empreendedora. Empreendedorismo este que se reflete nos serviços, que são essenciais para um turismo "forte" e amplo, uma vez que "todos" gastarão no município, seja para buscar serviços de saúde, para ir ao balneário, para concertar o caminhão.

Abaixo apresentamos os eixos com diretrizes/ações. As diretrizes/ações apresentadas não objetivam esgotar as propostas, possuem o objetivo de ser o ponto de partida para colocar o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Rio Grande na etapa de implementação.

EIXO 1: INSTRUMENTALIZAÇÃO URBANA

Devido ao grande fluxo de investimentos, Rio Grande tem atraído população para seu território, com isso os riograndinos tem se deparado com problemas típicos de grandes centros urbanos. O Município vem empreendendo uma estratégia de descentralização territorial, criando novas centralidades. Busca-se a redução dos deslocamentos diários da população e o aproveitamento mais equilibrado do território urbano. Tal estratégia se implementa através de ações públicas e privadas, como a

criação do Centro Cívico (deslocamento de serviços públicos do bairro Centro para nova localidade criada em terreno de propriedade do Município) e a implementação de shopping centers. A implantação de empreendimentos habitacionais de grande porte em áreas afastadas do Centro potencializam a geração de novos eixos de atratibilidade.

Dentro deste eixo traçamos as seguintes diretrizes/ações:

i) Como forma de solucionar o problema de distintos atores institucionais com gerência sobre parcelas do território indica-se a necessidade de criação de um fórum que articule a elaboração de um plano estratégico integrado, que contemple o planejamento territorial e estabeleça metas comuns a estes agentes.

ii) A dinâmica imobiliária existente; a intenção de se gerar novas centralidades urbanas e de se requalificar a área central, são indicativos de oportunidades de utilização de instrumentos da política urbana que têm como objetivo colaborar com o Plano Diretor na construção de processos de desenvolvimento urbano mais equilibrados.

iii) Verifica-se a necessidade do Município aprimorar o processo de licenciamento urbanístico e ambiental dos empreendimentos. Mesmo aqueles de caráter local (licenciados pelo Município) requerem uma abordagem que leve em consideração os impactos na estrutura existente. Na medida em que há uma busca significativa de empreendedores que desejam explorar economicamente Rio Grande, há de ser melhor aproveitada esta situação, exigindo-se que estes contribuam para a qualidade do ambiente urbano e para o bem-estar da sociedade local. Para isto torna-se necessário:

a. revisão e integração entre os processos de licenciamento urbanístico e ambiental;
b. qualificação/capacitação dos técnicos do Município;
c. fortalecimento da participação social na gestão do planejamento do solo urbano.

iv) Destaca-se necessidade de se repensar os fluxos e estratégias de aprovação e licenciamento de projetos, pois estes estão demasiadamente lentos. Um dos motivos para esta demora nas aprovações é a necessidade de, muitas vezes (dependendo do tipo de projeto ou da sua localização), envolver órgãos federais e/ou estaduais no processo de aprovação.

v) Em termos de infraestrutura, destaca-se a preocupação em relação ao saneamento. A rede de coleta de esgoto urbana é muito restrita, atendendo apenas à parte da área central. Assim, aponta-se a necessidade de expansão das redes de esgoto que acompanhe a política de descentralização municipal.

vi) Maior integração com São José do Norte, fortalecendo esse município enquanto área de expansão urbana de Rio Grande.

vii) Revisão dos valores do IPTU, que não condizem com a realidade de mercado.

viii) Realização de estudos específicos sobre a mobilidade urbana, com destaque especial no centro histórico do município.

ix) Há a necessidade de se desenvolver um diagnóstico específico sobre a "renovação do centro histórico" para se verificar este potencial e as alternativas mais viáveis de seu uso – moradia, atividades econômicas, etc.

EIXO 2: IMPORTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Tema recorrente nas entrevistas, pesquisas e estudos realizados apontam um gargalo comum àqueles municípios que dão saltos em seu crescimento de forma muito rápida: a desqualificação da Mão de Obra.

"Nenhuma cidade pode ser um destino turístico – em qualquer dos sentidos que se empreste ao termo – se os serviços mais simples, de exigência universal de todo o tipo de turista, como os de gastronomia, não contarem com um mínimo de "presteza, solidariedade, boa vontade". Alguns dos problemas de qualificação da mão-de-obra local são estruturais."

Dentro deste eixo traçamos as seguintes diretrizes/ações:

i) Importação de mão de obra qualificada para setores que exigem alto nível de capacitação, como a eletromecânica, onde o aprendizado leva tempo.
   a. Criação de agencias de atração de empregos
ii) Formar e qualificar mão de obra local nos setores de serviços que mais dinamizem a economia (diretriz plenamente atrelada ao eixo formação e apoio ao empreendedorismo)

EIXO 3: FORMAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO

Dada, entre outras, a baixa taxa de ocupação da mão-de-obra, o grande volume de emprego ofertado no município, a renda que gira no município e as oportunidades no turismo, fica evidente a necessidade de se despertar a população riograndina para o

empreendedorismo. Sendo a formação de empreendedores o ponto central no desenvolvimento de Rio Grande.

Dentro deste eixo traçamos as seguintes diretrizes/ações:

i) Criação de um sistema de fortalecimento do empreendedorismo local focado nas cadeias propulsivas;
   - Fomento da Economia Solidária;

ii) Criação de programa de apoio a micro e pequena empresa;
   - Criar programa de atendimento as empresas – extensão empresarial
   - Organizar empresas em redes de negócios.

iii) Criar programa de financiamento a empresa e ao empreendedor;
   - Criar fundo garantidor de empréstimo
   - Fomento do micro-crédito

EIXO 4: QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA LOGÍSTICO

A economia gaúcha vai bem quando tem o que exportar e há demanda externa para seus produtos. E como parcela expressiva de sua produção é exportada por Rio Grande, quando a economia gaúcha vai bem, o sistema logístico e portuário de Rio Grande é mobilizado. E a economia de Rio Grande também vai bem. Com uma centralidade estrutural inquestionável, o setor-cadeia logística é ainda o maior gerador de emprego e renda diretos e indiretos de Rio Grande. Tais serviços devem e podem ser qualificados, inclusive por sua sinergia com os demais setores, em especial o turismo. Esta cadeia penetra na venda de combustíveis, na renda de hotéis e pousadas, bares e

restaurantes. Uma renda que é internalizada em Rio Grande através desta rede de serviços.

Dentro deste eixo traçamos com diretrizes a qualificação do sistema logístico de Rio Grande, via construção de um sistema de governança local com participação de todos os agentes privados e públicos envolvidos no setor-cadeia.

EIXO 5: INDÚSTRIA PESQUEIRA

Parte integrante do segmento Agroindustrial de exportação, a indústria pesqueira já teve grande importância na economia riograndina, porém hoje apresenta notória queda no emprego e na renda. O que é muito grave tendo em vista a elevada expressão do emprego formal num segmento onde predominam relações informais. É preciso contribuir para a identificação dos gargalos do setor e alargá-los. O potencial de geração de renda e fluxos secundários (turismo) da revalorização desta indústria é muito grande.

Dentro deste eixo traçamos as seguintes diretrizes/ações:

i) Construção de um programa municipal de amparo à pesca, buscando a reconversão inovativa do setor;
ii) Elaborar estudos sobre a sustentabilidade ambiental do setor;
iii) Elaboração de selo de qualidade do pescado riograndino.

EIXO 6: TURISMO AMPLO

Rio Grande recebeu um conjunto de investimentos públicos e privados que acabaram por transformar o município num centro bastante sofisticado de serviços comerciais, educacionais e de atenção à saúde. Como se isto não bastasse, Rio Grande é o município mais antigo do Rio Grande do Sul, comportando um patrimônio arquitetônico e urbanístico de expressivo potencial turístico. Outro desafio apontado é em relação ao Cassino, que está se tornando uma alternativa de atendimento das demandas de moradia de famílias mais abastadas. A preocupação está na descaracterização da sua condição de balneário, local de turismo e veraneio.

Na realidade, o potencial turístico de Rio Grande é absolutamente global, envolvendo desde o turismo de "lazer-veraneio" (que vem sustentando o acelerado crescimento dos municípios do litoral-norte), passando pelo turismo de negócios (que é exponenciado pelas atividades comerciais-logística-portuárias do município e pelo boom industrial local derivado da implantação do Polo Naval), pelo turismo de serviços (moradores de municípios do entorno que buscam os serviços especializados de educação, saúde e comércio), e pelo turismo padrão (assentado sobre a visita de pessoas domiciliadas em territórios relativamente remotos tranquilos e com patrimônio histórico-cultural rico e diversificado).

Dentro deste eixo traçamos as seguintes diretrizes/ações:

i) Revitalização do Mercado Público, de centros culturais, de praças e espaços públicos.

ii) Criação do Plano estratégico do turismo de Rio Grande.

6. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Ao se realizar o diagnóstico da realidade do município e após serem feitas as estratégias de ação, é imperioso que haja uma coordenação para que elas sejam realizadas de forma eficiente e efetiva. A existência de um Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável faz com que essa realização seja factível, tornando o trabalho real e concretizando as diretrizes determinadas para a cidade de Rio Grande.

Ele deve ser composto, preferencialmente, por iniciativa do poder Executivo, tendo representações dos principais setores produtivos riograndinos. Além de gerir as ações envolvendo iniciativa pública e privada, é fundamental que haja um diálogo com a sociedade, afim de que o plano seja realmente sustentável e possa atender a todas as demandas encontradas na cidade.

Os objetivos nesse Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

- Aparelhar a cidade e a região de infraestrutura e de logística capazes de catalisar o desenvolvimento endógeno;
- Estruturar e organizar informações sobre instituições financeiras para que fiquem à disposição dos setores produtivos, preparar projetos de financiamento, identificar alternativas aos problemas apresentados, planejar e estabelecer as escalas de prioridades;
- Compor a instância coordenadora para o PDES formada por agentes civis e pelo governo local.

Compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável os seguintes agentes:

Tabela 05 – Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Conselho de Desenvolvimento Econômico
Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento
Secretaria Municipal da Fazenda
Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Secretaria Municipal da Pesca
Câmara de Comércio na Cidade de Rio Grande
SEBRAE
FURG
Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande
Sindicato Rural
SINDOP
Sindicato de Trabalhadores
Associação de Moradores
CREA
CAU
Centro de Indústria
Associação Comercial dos Varejistas

7. INDICADORES

Implementação do PDES – Monitoramento e indicadores de avaliação

Abaixo apresentamos os indicadores de acompanhamento e avaliação para o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Rio Grande.

São 3 (três) os indicadores: indicador de efetividade, indicador de eficiência e indicador de eficácia.

O indicador de efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos. O indicador de eficiência retrata a competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços. Já o indicador de eficácia remete às condições controladas e aos resultados desejados.

Quadro 22 – Síntese de Indicadores de Avaliação da Implementação do PDES

TIPO DE INDICADOR	OBJETIVO	TIPO DE AVALIAÇÃO	FORMA DE AVALIAÇÃO		
			PERGUNTA PADRÃO	PROCEDIMENTO	
INDICADOR DE EFICIÊNCIA	Avaliar o andamento do processo de implementação do PDES	Prazo estabelecido para as metas	"As metas foram cumpridas no prazo estabelecido?"	Avaliação do cumprimento do cronograma do PDES	Elaboração pelas Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento, Fazenda, Meio Ambiente e Pesca relatório para o "CONSELHO PDES" a cada 12 meses
INDICADOR DE EFICÁCIA	Avaliar os resultados da implementação das ações	Resultado da ação	"A ação empreendida cumpriu com os objetivos propostos?"	Avaliação dos resultados da ação empreendida	

INDICADO RDE EFETIVIDADE	Avaliar os impactos da implementação do PDES	Mudanças quantitativas apontadas nas metas do PDES	"Ocorreram mudanças efetivas nas metas propostas para o PDES?"	Avaliação feita pelos agentes econômicos – CONSELHO PDES.	Elaboração pelas Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento, Fazenda, Meio Ambiente e Pesca de relatório a cada 2 anos
	Avaliar os impactos da implementação do PDES	Mudanças qualitativas na condição de gestão da política de desenvolvimento econômico	"Ocorreram mudanças efetivas na capacidade de gestão pública da política de desenvolvimento econômico?"	Avaliação do quadro de gestão da política de desenvolvimento econômico da região	Realização de Conferência Regional e/ou Municipal de Desenvolvimento Econômico a cada 2 anos

Fonte: Latus Consultoria.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. **Desarrollo econômico local y distribucion del progresso tecnico**. Santiago: ILPES, 1996.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeinização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, junho 2001.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278 p.

BAVA, Silvio Caccia (Org.). **Desenvolvimento local:** geração de emprego e renda. São Paulo: Pólis, 1996. 160 p.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da cidade:** guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS, Rafael D'Almeida. **Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico e local**. São Paulo: Polis. Disponível em: http://www.polis.org.br/download/21.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2005.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini (Coord.) **Programa de apoio aos sistemas locais de produção**: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: FEE, 2002. 183 p.

CASTILLO, Jaime Del. **Lo local y lo internacional:** la importancia de las redes de colaboracion. Valência: ILPES (Instituto Latinoamericano de Planificación Economica y Social), 1992.

COMIM, Flavio Vasconcellos; BAGOLIN, Izete P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, vol. 23, p. 467-490, 2002.

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papirus, 1995. 510 p.

CROCCO, Giuseppe. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro, DPA Editora, 2003.

DAMÁSIO, Claudia Pilla. Urbanizador Social – Instrumento para a política habitacional. In: ABRAMO, Pedro. **A Cidade da Informalidade:** o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras/FAPERJ, 2003. p. 297-312.

HAAVELMO, T. (1945), 'Multiplier Effects of a Balanced Budget', Econometrica, 13, October, pp. 311–18.

KALECKI, M. ([1954]1983) Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).

KEYNES, J.M. ([1936]1983) A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).

LEONTIEF, W. A Economia do insumo-produto. São Paulo: Abri Cultural (Os Economistas).

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000. 220 p.

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 204 p.

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 166 p.

MARQUETTI, Adalmir A. Participação e Redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. In: Congress Marx International III, 2001, Nanterre. **Proceedings of the Congress Marx International III**, 2001. v. 1. p. 23-43.

NORTH, D. C. (1977a) Agriculture in Regional Economic Growth. *Journal of Farm Economics*, 41(5), december. Reproduzido em: SCHWARTZMANN, J. (org). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar

NORTH, D. C. (1977b). Location Theory and Regional Economic Growth. *Journal of Political Economy,* LXIII, june. Reproduzido em SCHWARTZMANN, J. (org). *Economia Regional: textos escolhidos.* Belo Horizonte: Cedeplar

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? **Documentos FEE**, Porto Alegre, n. 59, maio 2004. 140 p.

PAIVA, C. A. (1994) O Conceito de Dinheiro em Keynes. Ensaios, FEE, Vol. 15, N. 2. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.

PAIVA, C. A. (1996-1997) A teoria marxiana do dinheiro: notas críticas à interpretação de Suzanne de Brunhoff. Economia: Ensaios, Vol. 11/12, n.2/1, dez 96/ jul 97. Uberlândia: Edufu.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 257 p.

QUESNAY, F. ([1758], 1983). Análise do Quadro Econômico. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas).

TASCHNER, Suzana. O Brasil e suas Favelas. In: ABRAMO, Pedro (Coord.). **A Cidade da Informalidade:** o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 2003. p. 13-42.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 197-220, maio 2004.

VAZQUEZ BARQUERO, A. **Política económica local : La respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993.

VÁZQUEZ BARQUERO, A.**. Desarrollo, redes e innovacion: lecciones sobre desarrollo endogeno. Madrid: Ediciones Pirámide, 2001**

9. BANCO DE DADOS

(o banco de dados utilizado para este trabalho encontra-se disponível nos arquivos digitais)

ANEXO I

Reuniões Realizadas

Reunião de Trabalho Referente ao Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Rio Grande

DATA: 13/12/12 – Prefeitura Municipal de Rio Grande

Lista de Presença

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL RIO GRANDE

LISTA DE PRESENÇAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Rio Grande

Data/horas: 09:30 / 13/12/12 Local: PREFEITURA MUNICIPAL RIO GRANDE

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	GEVACI PERRONI	LATUS	GEVACI.PERRONI@LATUS.COM.BR
2	PAULO RENATO CUCHIARA	SMCP	CUCHIARA@RIOGRANDE.RS.GOV.BR
3	Ricardo (Ilegível)	SMTEC	(Ilegível)
4	Leonardo Gomes Salum	SMCAS	salum@riogrande.rs.gov.br
5	CARLOS ANDRADE FILHO	SMA	EAF@RIOGRANDE.RS.GOV.BR
6	Leonardo Dutra	LATUS	LEONARDO.DUTRA@LATUS.COM.BR
7	Gilberto machado de Pinto	SMAE	pinto@riogrande.rs.gov.br
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristovão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br – latus@latus.com.br

Registro Fotográfico

ANEXO II

Audiência Pública

Audiência Pública – Apresentação do Diagnóstico

DATA: 13/13/12 – Salão Nobre da Prefeitura Municipal

LISTA DE PRESENÇAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Rio Grande

Data/horas: 13 de Dezembro de [illegible] / [illegible] Local: Prefeitura [illegible]

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	Alex Gasparetto	Grupo RBS	alex.gasparetto@rbstv.com.br
2	Gilberto [illegible] Pinto	Prefeitura Secretária	[illegible]
3	Maria [illegible] Oliveira	Prefeitura/SMMA	[illegible] / 99451416
4	Paulo [illegible]	Prefeitura [illegible]	[illegible].rs.gov.br / 99493102
5	José L. [illegible]	SMAC	[illegible]
6	[illegible] Silveira	SMA	[illegible]@riogrande.rs.gov.br
7	[illegible]	SMOV	
8	Wagner Vasconcelos	Gerente Unimed	wagner@unilis.com.br
9	[illegible]	Vice Prefeito	[illegible].rs.gov.br
10	Márcio Pereira dos Neves	Presidente [illegible]	[illegible] / [illegible]
11	Marcelo Domingues	FURG	[illegible]
12	Paulo Renato Cuchiara	SMCP	cuchiara@riogrande.rs.gov.br
13	Marcio Gomey Lontra	Inst. de Arquitetos Brasil	marcio@lontra.arq.br
14	Gevaci Perroni	Latus Consultoria	gevaciperroni@latus.com.br
15			

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristovão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br – latus@latus.com.br

LISTA DE PRESENÇAS

Assunto: Reunião de trabalho referente ao Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Rio Grande

Data/horas: 13 de Dezembro de [illegible] / [illegible] Local: Prefeitura [illegible]

nº	Nome	Função	E-mail/telefone
1	Leonardo Silveira Rillo	Latus	leonardorillo@latus.com.br
2	[illegible]	FPTI	[illegible]
3	Carlos Frederico [illegible] de Miranda	Receita Federal	carlos-frederico.miranda@receita.fazenda.gov.br
4	[illegible] Protti	[illegible]	[illegible]
5	Clovis Klinger	C. Comércio	clovis@klinger.com.br
6	[illegible]	[illegible]	[illegible]
7	Fernando José Fuscaldo	Câmara Comércio	fuscaldo@[illegible].com.br
8	Luiz A. Spotorno	Unimed	[illegible]
9	Wilson Rackow	Fert. Piratini	wilson-piratini@fertipar.com.br
10	Luis Henrique A. [illegible]	Sec. Cultura	[illegible]@yahoo.com.br
11	[illegible]	Advogado	[illegible]
12	Carlos André Batista	Sec. Mun. Pesca	[illegible]
13	Renato [illegible]	CDL	[illegible]
14	[illegible]	[illegible]	[illegible]
15	Tailor Bastos Moralles	Superintendente DATC	taylormoralles@yahoo.com.br

Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.
Av. Cristovão Colombo, 2176/306 – CEP 90.560-002 – Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 32790281 / (51) 8416-6261
www.latus.com.br – latus@latus.com.br

Registro Fotográfico

Apresentação

Rio Grande:
Dona de Três Mares

Latus Consultoria
Carlos Aguedo Paiva
13/12/1912

Brigam Espanha e Holanda
pelos direitos do Mar
Brigam porque não sabem que o mar
É de todos que sabem e ousam
Navegar, pescar e amar

Rio Grande e seus 3 Mares

- Foi criada como uma fortaleza com acesso a dois mares: o Atlântico e o "Mar de Dentro";
- Conta com a mais extensa praia do mundo e um dos mais importantes polos turísticos do RS
- Transformou-se no maior porto do Sul do Brasil
- É o principal polo da indústria da pesca no Extremo Sul do Brasil
- Tornou-se um dos principais Polos da Indústria Naval Brasileira
- Rio Grande: tua história pregressa e futura é definida pela qualidade da tua relação com esta riqueza ímpar: teus três mares: o de dentro, o de fora e o praiano.

Plano e Obra

- Vamos dividir esta apresentação em três partes
- 1) Breve exposição dos princípios teóricos da pesquisa;
- 2) Diagnóstico da estrutura econômica riograndina e seus desafios
- 3) Apontamentos de políticas estratégicas de desenvolvimento para o Município

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RIO GRANDE

Propulsão X Multiplicação

- Classificamos as atividades econômicas em dois grupos básicos: atividades propulsivas e multiplicativas.
- **As atividades propulsivas** de um território são aquelas que geram a **"renda básica"** do mesmo. São as atividades que **dão início** ao fluxo de **renda monetária**. São as atividades que geram os produtos e serviços que o território "vende para o **seu** exterior".
- As atividades **multiplicativas** são as atividades que são mobilizadas a partir do exercício do "poder de compra" dos que auferem a renda básica. São os serviços e produtos que atendem às demandas **locais** do receptores de renda básica.
- O comércio a varejo, as indústrias de mercado estritamente local (padarias, confeitarias, conserto de sapatos, etc.), os serviços de restaurantes, bares, cabeleireiro, clubes recreativos, são exemplos de atividades multiplicativas. São atividades voltadas ao atendimento das demandas de consumo dos trabalhadores e da classe média regional.

Propulsão: o dinheiro vem de fora!

- Existem duas formas de dar início ao processo de desenvolvimento mercantil de uma região:
- 1) pela produção local e venda para o seu "exterior" de algo que o território consiga produzir e vender a um preço menor do que os demais territórios (vantagens competitivas)
- 2) Através de transferências governamentais (instalação de um quartel ou instituição federal de ensino, por exemplo).
- O primeiro processo é autônomo (base do crescimento endógeno; sustentado com os recursos e competências dos agentes locais). O segundo processo gera dependência e não é sustentável a longo prazo.
- A atração de empresas para a produção de bens de "exportação" é um caminho híbrido. Mas ele só é sustentável quando o investimento forâneo se enraiza no território através de uma rede de serviços e oferta de insumos por agentes locais.

Como identificar as atividades propulsivas?

- De acordo com os teóricos da "Base de Exportação", o principal indicador de que um bem qualquer é produzido para a venda externa é o grau relativo de "dedicação" dos agentes internos a cada atividade.
- Se a percentagem dos ocupados numa dada atividade na região "x" é muito maior do que a percentagem dos ocupados na mesma atividade na macro-região de referência (da qual a região "x" faz parte) é muito provável que o bem esteja sendo produzido (pelo menos em parte) para consumo externo.

Exportação, Ocupação e Quociente Locacional

- A medida de exportação é, pois, a medida de especialização, e ela se assenta sobre dados da distribuição relativa do emprego/ocupação.
- A medida referida anteriormente foi denominada Quociente Locacional, usualmente referido como "QL". Sua expressão formal é:

$$QL = \frac{\frac{\text{Número de Trabalhadores Ocupados no setor Y na Região X}}{\text{Número de Trabalhadores Ocupados na Região X}}}{\frac{\text{Número de Trabalhadores Ocupados no setor Y na Macro-Região}}{\text{Número de Trabalhadores Ocupados na Macro-Região}}}$$

O QL não é só um indicador de especialização e exportação

- O QL também é um indicador (insuficiente, mas muito expressivo) de competitividade.
- E isto na medida em que a competitividade está diretamente relacionada com
- 1a) o desenvolvimento de um know-how associado ao *learning by doing*
- 2a) a escala em que algo é produzido (tal como nos ensinaram Smith, Marx e Marshall).
- 3a) a eficiência, a prática e a escala dos concorrentes atuais e potenciais (as demais micro-regiões da região de referência).

Por que o QL é uma medida insuficiente?

- PORQUE O QL DE UM TERRITÓRIO PODE SER ELEVADO APENAS PORQUE A MACRO-REGIÃO DE REFERÊNCIA NÃO APRESENTA QUALQUER ESPECIALIZAÇÃO OU COMPETÊNCIA PRODUTIVA NO BEM x.
- 0,002% / 0,0002% = 10.
- E um QL de valor "10" é elevado
- Mas só o é porque a produção na macro-região é inexpressiva, próxima de zero. O que significa dizer que, ou o produto não tem mercado interno expressivo, ou a mercadoria é, majoritariamente obtida do **exterior da macro-região. A mercadoria é importada e a região X é apenas o "menos-pior" produtor interno da mesma. Mas sua produção não é, de fato, competitiva em termos globais.**

QL: uma analogia

- Identificar o potencial de um território é como identificar o "potencial de uma pessoa". O que queremos saber é: no que o sujeito é "bom", qual a maneira mais adequada dele se "sustentar" e "ser feliz".
- O ponto de partida (mas não o de chegada) é o que eu gosto de fazer. Eu gosto de Economia, de Filosofia, de História e de música. Eu canto o tempo todo e penso em Filosofia e História mais do que em Economia. Mas sou muito desafinado. E existem professores de História e Filosofia demais. Não sou muito competitivo nestas searas, portanto.
- A pergunta que importa é, pois, **o que eu sei fazer** (o que implica um certo gostar) **em termos tais que me torne competitivo**? E mais competitivo implica, também, mais flexível, mais capaz de enfrentar eventuais "intempéries" de mercado.
- Ao optar por Economia, eu estou optando por uma atividade que possibilita uma certa autonomia com relação à Universidade. Posso dar consultoria (em planejamento do desenvolvimento) e fazer pesquisa usando instrumentos (estatísticos, bases de dados secundários) que alavancam o meu potencial diversificativo a médio e longo prazo.

O Papel das Cadeias Produtivas e de Serviços

- Não basta tomar os QLs das atividades isoladas, contudo. É preciso identificar se há cadeias produtivas e seu QL global
- O QUE É UMA CADEIA PRODUTIVA? ... Uma cadeia produtiva é um conjunto de atividades ligadas entre si como elos de uma corrente. A produção de calçados é apenas um dos inúmeros elos de uma cadeia muito longa: a "indústria coureiro-calçadista".
- Esta cadeia envolve desde a pecuária bovina e o processamento do couro até a venda do sapato no varejo. Entre os elos "couro" e "varejo", há uma infinidade de elos intermediários, envolvendo a produção de saltos de madeira e borracha, de colas e adesivos, pregos e taxas, caixas de papelão e sacolas, bem como os mais diversos serviços de design, financiamento, comercialização, transporte, etc.

O fundamento do Planejamento do Desenvolvimento Territorial é pois

- Identificar e hierarquizar as atividades e cadeias propulsivas
- Mapear seu gargalos
- Hierarquizar os investimentos com vistas a enfrentar os gargalos capazes de gerar o maior retorno por unidade de dispêndio
- Analisar o processo de multiplicação da renda no território e seus vazamentos (remessas para o exterior e importações)
- Ampliar o poder multiplicativo através de políticas de apoio à produção local e à re-distribuição de renda

IDENTIFICAÇÃO, HIERARQUIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPULSIVAS E MULTIPLICATIVAS DE RIO GRANDE

Estrutura e Evolução do Emprego Formal e da Massa Salarial entre 2000 e 2011 nas Atividades Propulsivas, Mistas, Derivadas (Mult) e de Dinâmica Indeterminada (Fonte: RAIS)

Variáveis	Número de Empregados					Massa de Salários				
Ano	2000	2005	2010	2011	Var 00-11	2000	2005	2010	2011	Var 00-11
1) Atividades Propulsivas (Total)	13.944	16.334	18.610	21.370	3,96%	77.076	75.826	90.216	109.126	3,11%
% Total de Ativ Prop no Total	49,79%	48,34%	46,69%	47,51%	x	61,54%	61,13%	64,86%	65,71%	x
1.1) Atividades Propulsivas de Exportação	6.333	8.072	9.167	11.273	5,08%	29.150	28.698	31.896	46.033	4,48%
% Ativ Prop X no Total	22,22%	25,92%	25,99%	25,06%	x	23,04%	25,13%	22,93%	28,20%	x
1.2) Atividades Propulsivas G Governo	7.611	8.262	9.443	10.097	2,60%	48.727	47.127	58.320	62.294	2,26%
% Ativ Prop GGno Total	27,36%	26,42%	25,74%	22,45%	x	38,51%	37,99%	41,93%	37,51%	x
2) Atividades Mistas	5.975	8.036	10.710	12.071	6,68%	21.349	28.389	24.255	29.814	3,08%
% Ativ Mistas no Total	21,65%	25,81%	26,89%	26,84%	x	16,87%	16,37%	17,44%	17,95%	x
3) Atividades Derivadas (Multiplicativas)	4.578	6.099	8.304	9.076	6,42%	16.103	15.183	16.258	17.494	0,76%
% das Ativ Derivadas no Total	16,57%	18,87%	21,34%	20,19%	x	12,73%	12,24%	11,69%	10,53%	x
4) Outras Atividades (Dinâmica Indeterminada)	3.116	3.296	2.826	2.457	-2,14%	11.216	12.720	8.365	9.643	-1,36%
% Outras Ativ no Total	12,08%	9,77%	5,08%	5,46%	x	8,86%	10,26%	6,01%	5,81%	x
TOTAL GERAL	27.615	33.745	39.850	44.974	4,57%	126.542	124.048	139.094	166.078	2,58%

As Atividades Propulsivas de Exportação de Maior Quociente Locacional: Identificando e Hierarquizando as Cadeias

Atividade (Classe CNAE95)	Num Emp 2011	Rank empre 2011	% Emp Total	Rank Salarial	Sigla Setor / Cadeia	QL 2011
PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PESCADo	1.403	5	3,12%	26	alimentar pesca	60,415
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES	2.312	2	5,14%	3	metmectran	59,600
ATIV AUX DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	1.205	8	2,68%	7	transp-log	52,375
FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES	1.342	6	2,98%	6	quimpetrbor	36,070
COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS	237	47	0,53%	75	alimentar pesca	34,507
PESCA E SERVIÇOS RELACIONADOS	224	53	0,50%	58	alimentar pesca	33,439
EXTRAÇÃO E REFINO DE SAL MARINHO E SALGEMA	61	100	0,14%	79	quimpetrbor	23,030
ARMAZENAMENTO E DEPÓSITOS DE CARGAS	777	16	1,73%	14	transp-log	14,897
TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM	9	171	0,02%	169	transp-log	14,254
REFINO DE PETRÓLEO	306	36	0,68%	23	quimpetrbor	13,954
PRODUÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO	662	21	1,47%	18	alimentar x	13,907
ATIVIDADES RELACIONADAS À ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGAS	512	24	1,14%	22	transp-log	9,702
MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO GERAL	239	46	0,53%	36	metmectran	7,283
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA METALÚRGICA EXCETO MÁQUINA SFERRAMENTA	125	74	0,28%	55	metmectran	6,292
TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO INTERIOR DE CARGA	66	97	0,15%	67	transp-log	5,920
Emp total 15 Setores Propulsivos de X com maior QL	9.480		21,08%			

Primeira Conclusões (1)

- A despeito de apresentarem um número relativamente pequeno de elos (por conta da sofisticação do sistema logístico), podemos identificar 3 setores/cadeias propulsivos de exportação consolidados em Rio Grande e com grande potencial de expansão: Metal-mecânico (nucleado pelo Polo Naval); Transporte-Logística (nucleado pelo Porto) e Alimentar (nucleado pela pesca). Estes setores devem ser objeto de priorização por parte dos agentes públicos locais, uma vez que a dinâmica futura de Rio Grande depende da competitividade dos mesmos
- Ao lado destes, identificamos um quarto setor/cadeia propulsivo de potencial similar aos outros 3, mas com um nível de consolidação muito menor: o turismo; embarcando o turismo de lazer, negócios, serviços e estrutural.

Primeiras Conclusões - Polo Naval

- O setor-cadeia metal mecânico é o que apresenta maior dinamismo recente. Mas é – dentre os três principais – o menos consolidado e o de maior risco sistêmico.
- Por isto mesmo, entendemos que a comunidade riograndina deve se perguntar, primeiramente, o que pode fazer pelo Polo Naval, e apenas secundariamente o que o Polo Naval pode fazer por ela.
- Tomar a questão por este prisma envolve contribuir para a solução ágil, eficiente e eficaz de todo e qualquer gargalo de oferta com o qual o Polo se depare. A começar pelo apoio ao enfrentamento de todo e eventual gargalo de oferta de mão de obra qualificada **e experiente**.

Primeiras Conclusões – **Logística**, Pesca e Turismo (1)

- A despeito dos diferenciais de desenvolvimento, dinâmica e capacidade propulsiva atual destes três setores-cadeias, eles podem e devem ser tratados como uma unidade: **eles são setores-cadeias nos quais Rio Grande tem, naturalmente e indissoluvelmente, vantagens competitivas sobre todos os demais municípios e regiões do Estado e do Extremo Sul do Brasil**
- No mundo globalizado, os portos são cada vez mais exigidos. Mas não basta ter capacidade de atracação. É preciso ter eficiência, rapidez, prestatividade, competências. O Brasil não tem tradições em administração de Portos. O município e os munícipes devem contribuir para o desenvolvimento desta competitividade. Inclusive via mobilização para a construção de um sistema territorial de governança com a colaboração de representantes dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, de lideranças privadas locais e de usuários dos serviços, e dos trabalhadores nas atividades portuárias e de Logística.

Primeiras Conclusões – Logística, **Pesca** e Turismo

- A indústria pesqueira vem apresentando uma performance pouco alvissareira. Mas isto não parece se dever a problemas de mercado, pois a demanda por proteína animal vem crescendo de forma acelerado no país. A indústria pesqueira pode vir a ser para Rio Grande o que a indústria de frango e suíno foi e é para Concórdia e Chapecó.
- Mas é preciso identificar e contribuir para sanar os gargalos organizacionais e financeiros do setor e apoiar sua modernização e competitividade.

Primeiras Conclusões – Logística, Pesca e **Turismo**

- O turismo é um setor-cadeia tão enraizado quanto a pesca e a logística. Mas vem recebendo muito menos atenção, pois, até recentemente, subestimava-se seu potencial dinamizador. Gramado e Tramandaí demonstraram o equívoco desta subestimação.
- Rio Grande conta com vantagens com relação a estas duas cidades para a promoção do turismo, pois conta – para além do turismo de veraneio – com um turismo de negócios estrutural (logística e naval), um sistema de saúde e de educação privilegiado (turismo estrutural) e um patrimônio histórico arquitetônico privilegiado.
- Além disso, o turismo dialoga muito bem com as atividades multiplicativas e é uma fonte privilegiada de geração de postos de trabalho e renda. Voltaremos a este ponto.

Classificação dos Setores-Cadeias				Número de Empregados				Rendimento em Salários Mínimos			
Setor-Cadeia	Sigla Setor-Cadeia	Num Setor-Cadeia	Padrão Dinâmico	2000	2011	Tx Anual de Var Emprego 00-11	% do Emprego em 2011	2000	2011	Tx Anual de Var Mas Sal 00-11	% da Massa Sal em 2011
TOTAL	TOT	x	x	27.615	44.976	4,53%	100,00%	126.542	166.078	2,50%	100,00%
Metal-Mecânica e Material de Transporte	metmectran	1,0	1,1	148	3.169	32,12%	7,05%	467	19.668	40,51%	11,84%
Transporte e Logística	transp-log	2,0	2	3.128	6.388	6,71%	14,20%	17.299	20.522	1,57%	12,36%
Transporte e Logística Portuária	transp-log	2,1	1,1	1.731	3.614	6,92%	8,04%	11.555	13.586	1,48%	8,18%
Transporte e Logística Parte Multiplic	transp-log	2,2	2	1.397	2.774	6,43%	6,17%	5.744	6.936	1,73%	4,18%
Alimentar	alimentar tot	3,0	2	2.974	2.797	-0,56%	6,22%	7.309	5.520	-2,52%	3,32%
Alimentar Pesca	alimentar pesca	3,1	1,1	2.431	1.866	-2,38%	4,15%	4.342	2.753	-4,06%	1,66%
Outros Alimentar de Exportação (exc Pesca)	alimentar x	3,2	1,1	506	899	5,36%	2,00%	2.906	2.729	-0,57%	1,64%
Alimentar Local	alimentar loc	3,3	3	37	32	-1,31%	0,07%	61	37	-4,37%	0,02%
Administração Pública	adm pub	4,0	1,2	5.400	5.455	0,09%	12,13%	42.445	31.339	-2,72%	18,87%
Construção Civil	conciv	5,0	2	1.188	3.631	10,69%	8,07%	3.321	9.903	10,44%	5,96%
Química, Petroquímica e Borracha	quimpetrbor	6,0	1,1	1.517	1.725	1,17%	3,84%	10.323	8.096	-2,18%	4,87%
Agropecuária	agropec	7,0	2	643	790	1,89%	1,76%	1.831	1.752	-0,40%	1,06%
Serviços Públicos Básicos - Educação	spb-edu	8,0	1,2	478	2.345	15,56%	5,21%	1.348	21.155	28,44%	12,74%
Serviços Públicos Básicos - Saúde	spb-saúde	9,0	1,2	1.733	2.297	2,59%	5,11%	4.934	9.800	6,44%	5,90%
Turismo e Lazer	turis-laz	10,0	2	920	1.859	6,60%	4,13%	1.613	2.689	4,76%	1,62%
Serviços Prestados às Empresas	spe	11,0	2	1.193	1.920	4,42%	4,27%	4.487	4.766	0,55%	2,87%
Editorial, Gráfica e Comunicação	edgrafcom	12,0	2	240	467	6,24%	1,04%	1.228	929	-2,51%	0,56%
Serviços Prestados às Famílias	SPF	13,0	3	3.593	7.183	6,50%	15,97%	9.381	11.764	2,08%	7,08%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	siup	14,0	2	398	632	4,29%	1,41%	3.126	2.839	-0,87%	1,71%
Sistema Financeiro	sis-fin	15,0	3	345	707	6,74%	1,57%	5.446	4.075	-2,60%	2,45%
Administração e Venda de Imóveis	imoveis	16,0	3	404	1.154	10,01%	2,57%	772	1.619	6,96%	0,97%
Outros	outros tot	17,0	4	86	364	14,02%	0,81%	152	807	16,41%	0,49%
Têxtil, Vestuário e Calçados	outros texvescal	17,1	4	57	57	0,00%	0,13%	105	76	-2,90%	0,05%
Madeira e Mobiliário	outros madmob	17,2	4	23	190	21,16%	0,42%	30	309	23,66%	0,19%
Eletroeletrônico	outros eletr	17,3	4	2	16	20,81%	0,04%	4	32	20,62%	0,02%
Papel e Celulose	outros papcel	17,4	4	3	21	19,35%	0,05%	11	39	12,05%	0,02%
Diversos	out divers	17,5	4	1	80	48,94%	0,18%	2	351	64,20%	0,21%
Atividades Inclassificáveis	indef	18,0	4	3.188	2.093	-3,75%	4,65%	10.787	8.837	-1,80%	5,32%
Total dos Setores-Cadeias Propulsivos	Prop Tot	x	1,00	13.944	21.370	3,96%	47,51%	78.319	109.126	3,06%	65,71%
Total dos Setores-Cadeias Prop Exportação	Prop X	x	1,1	6.333	11.273	5,38%	25,06%	29.592	46.833	4,26%	28,20%
Total dos Setores-Cadeias Prop Governo	Prop G	x	1,2	7.611	10.097	2,60%	22,45%	48.727	62.294	2,26%	37,51%
Total dos Set-Cad Prop Exc MetMecMt	Prop Tot - MMT	x	1	13.796	18.201	2,55%		77.853	89.459	1,27%	

Para além da Propulsão: as atividades multiplicativas em Rio Grande

- Um território pode contar com atividades propulsivas e não alcançar internalizar a renda gerada por elas. Este é o triste caso de Triunfo e de Gravataí, cujos PIBs per capita extraordinariamente elevados não se expressam em rendas elevadas para seus cidadãos.
- Para garantir a multiplicação **local** da renda auferida com as atividades multiplicativas é preciso garantir a qualidade dos serviços prestados às famílias. Um objetivo tão mais importante, na medida em que estes serviços – em territórios de elevado potencial turístico – acabam assumindo funções mistas (tb propulsivas).
- Ainda que as distintas cadeias propulsivas tenham capacidades multiplicativas distintas, uma boa referência para a multiplicação de atividades é que ela não deve ser inferior a "4" para a geração de postos de trabalho e de "3" para a geração de renda.
- Vamos ver como Rio Grande está se saindo!

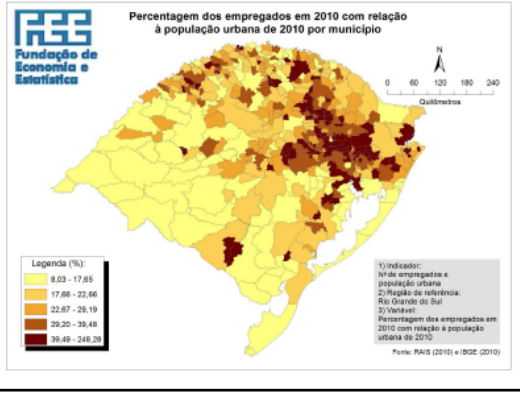
Setores-Cadeias	Emprego Formal RAIS				Ocupados / Emprego Formal	Ocupados Censo 2010	
	2010		2011				
	Num Emp	% do Emp Tot	Num Emp	% do Emp Tot		Num Ocup	% da Ocup Tot
TOTAL	39.859	100,00%	44.976	100,00%	2,06	82.244	100%
Metal-Mecânica e Material de Transporte	1.366	3,43%	3.169	7,05%	1,30	1.774	2,16%
Transporte e Logística	5.795	14,55%	6.388	14,20%	1,56	9.068	11,03%
Transporte e Logística Portuária	3.312	8,31%	3.614	8,04%	1,74	5.772	7,02%
Transporte e Logística Parcte Multiplic	2.487	6,24%	2.774	6,17%	1,33	3.296	4,01%
Alimentar	2.881	7,23%	2.797	6,22%	1,19	3.416	4,15%
Alimentar Pesca	2.047	5,14%	1.866	4,15%	1,38	2.825	3,44%
Outros Alimentar de Exportação (exc Pesca)	795	1,99%	892	2,00%	0,68	542	0,66%
Alimentar Local	39	0,10%	39	0,07%	1,14	44	0,05%
Administração Pública	5.013	12,58%	5.455	12,13%	1,14	5.707	6,94%
Construção Civil	2.856	7,17%	3.631	8,07%	2,52	7.216	8,77%
Química, Petroquímica e Borracha	1.679	4,21%	1.725	3,84%	0,87	1.463	1,78%
Agropecuária	775	1,94%	790	1,76%	4,51	3.498	4,25%
Serviços Públicos Básicos - Educação	2.243	5,63%	2.343	5,21%	2,85	5.727	6,96%
Serviços Públicos Básicos - Saúde	2.268	5,53%	2.297	5,11%	1,66	3.656	4,45%
Turismo e Lazer	1.641	4,12%	1.859	4,13%	2,32	3.814	4,64%
Serviços Prestados às Empresa	1.900	4,77%	1.920	4,27%	1,68	3.195	3,88%
Editorial, Gráfica e Comunicação	459	1,15%	467	1,04%	1,09	499	0,61%
Serviços Prestados às Famílias	6.676	16,75%	7.183	15,97%	3,23	21.581	26,24%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	598	1,50%	632	1,41%	1,09	649	0,79%
Sistema Financeiro	626	1,20%	702	1,57%	1,13	793	0,93%
Administração e Venda de Imóveis	1.113	2,79%	1.154	2,57%	1,67	1.862	2,26%
Outros	343	0,86%	364	0,81%	4,64	1.590	1,93%
Têxtil, Vestuário e Calçados	64	0,16%	57	0,13%	11,31	724	0,88%
Madeira e Mobiliário	156	0,40%	190	0,42%	3,94	631	0,77%
Eletroeletrônico	12	0,03%	16	0,04%	9,50	114	0,14%
Papel e Celulose	26	0,07%	21	0,05%	0,46	12	0,01%
Diversos	81	0,20%	80	0,18%	1,35	109	0,13%
Atividades Indeterminadas	1.631	4,09%	2.093	4,65%	4,15	6.766	8,23%
Total dos Setores-Cadeias Propulsivos	18.662	46,82%	**21.370**	**47,51%**	1,47	**27.470**	33,40%
Total dos Setores-Cadeias Prop Exportação	9.199	23,08%	11.273	25,06%	1,35	12.380	15,05%
Total dos Setores-Cadeias Prop Ogovernio	9.463	23,74%	10.097	22,45%	1,59	15.090	18,35%
Total dos Set-Cad Prop Exc Met/Mec/Mat	17.296	43,39%	**18.201**	40,47%	1,49	**25.696**	31,24%

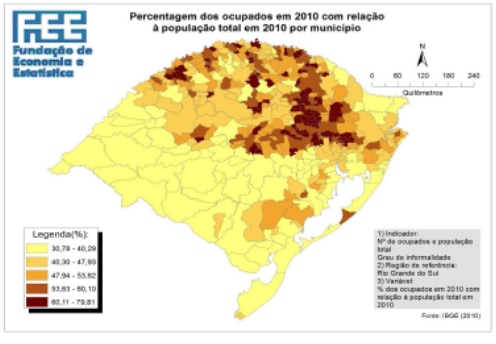
A baixa capacidade multiplicativa de Rio Grande

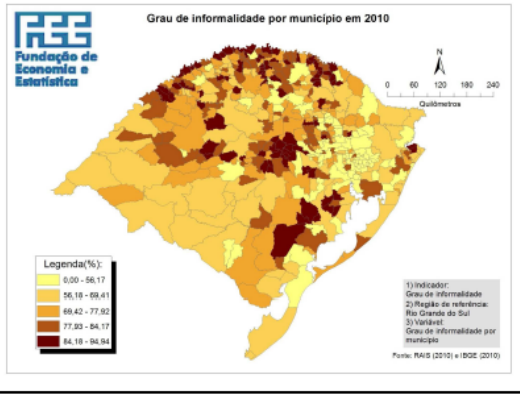
- A despeito de ter mais de contar com 3 setores-cadeias propulsivos consolidados e outros 3 parcialmente consolidados (turismo e SPBs Educação e Saúde), a capacidade multiplicativa do emprego e da renda mostra-se relativamente baixa em Rio Grande.
- Mesmo com a introdução dos dados do Censo, o multiplicador do emprego passou de 2 para 3; e o da renda de 1,33 para 2. Estes são multiplicadores muito inferiores à média estadual.
- É o que observamos nas tabulações seguintes.

Relação entre Emprego Formal e Ocupação Total e População no Estado, no Município de Rio Grande e em Municípios Selecionados em 2000 e 2010

Território	Empreg (RAIS) em % da Pop Urb				Ocup (Censo) em % Pop Tot				Grau de Informalidade			
	2000		2010		2000		2010		2000		2010	
	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal
Rio Grande do Sul	21,89%	0,000	29,89%	0,000	44,50%	-0,627	51,74%	-0,332	58,23%	-1,092	47,22%	-1,074
Média dos Municípios RS	21,89%	0,000	29,89%	0,000	50,67%	0,000	56,42%	0,0000	76,96%	0,0000	67,54%	0,0000
Rio Grande	14,77%	-0,410	20,51%	-0,518	35,04%	-1,588	41,69%	-1,6751	57,75%	-1,1202	45,30%	-1,1748
Pelotas (e Arroio do Padre)	14,97%	-0,399	22,39%	-0,414	38,91%	-1,194	45,62%	-1,2272	63,01%	-0,8138	50,35%	-0,9084
Santa Vitória do Palmar	8,43%	-0,775	11,68%	-1,005	39,03%	-1,182	43,11%	-1,5138	67,72%	-0,5391	60,16%	-0,3896
São José do Norte	6,24%	-0,902	10,72%	-1,058	38,51%	-1,235	44,88%	-1,3128	82,50%	0,2232	74,59%	0,2728
Santa Maria	16,03%	-0,338	23,59%	-0,348	40,30%	-1,054	47,34%	-1,1824	61,59%	-0,8965	48,69%	-0,9859
Santana do Livramento	11,29%	-0,611	14,06%	-0,871	39,97%	-1,007	46,12%	-1,1712	70,25%	-0,3914	68,24%	0,0374
Bagé (e Aceguá)	12,51%	-0,558	18,39%	-0,645	36,70%	-1,419	43,03%	-1,5227	67,63%	-0,5428	58,91%	-0,4556
Uruguaiana	0,106852	-0,646	15,25%	-0,810	38,41%	-1,245	43,20%	-1,5031	68,44%	-0,4965	62,45%	-0,2686
Canoas do Sul	29,83%	0,457	40,46%	0,584	47,68%	-0,303	56,40%	-0,0018	41,33%	-2,0781	27,44%	-2,1186
Santa Cruz do Sul	27,34%	0,313	34,48%	0,253	48,13%	-0,258	55,04%	-0,1562	49,52%	-1,6003	41,02%	-1,4015
Passo Fundo	18,14%	-0,216	28,78%	-0,061	41,57%	-0,924	51,64%	-0,5434	56,29%	-1,2056	40,01%	-1,4545
Porto Alegre	41,51%	1,130	51,40%	1,187	44,18%	-0,658	51,67%	-0,5367	8,14%	-4,0137	-1,78%	-3,9628
Osório	23,74%	0,106	26,15%	-0,206	42,82%	-0,797	49,89%	-0,7422	51,96%	-1,4585	49,67%	-0,9466
Xangri-lá	7,62%	-0,822	22,89%	-0,387	40,66%	-1,017	52,61%	-0,4327	82,45%	0,2202	54,19%	-0,7054
Capão da Canoa	14,81%	-0,408	25,50%	-0,242	39,56%	-1,131	48,42%	-0,9100	62,63%	-0,8347	43,92%	-1,2480







Hipóteses para a baixa multiplicação da Ocupação / Emprego em Rio Grande

- 1) Estrutura (ou pirâmide etária) diferenciada, com uma população em idade ativa relativamente pequena;
- 2) Parte da PIA alijou-se do mercado de trabalho, pois tem acesso a transferências privadas ou governamentais em níveis superiores ao de outros municípios (aposentadoria por invalidez, bolsas diversas, salário família);
- 3) Ocupados nos setores propulsivos remetem parte expressiva da renda para fora, seja sob a forma de excedente, seja sob a forma de salário. Este fenômeno é exponenciado quando os trabalhadores se originam em outros municípios e/ou ainda são domiciliados fora e a população não cresce consistentemente com o emprego (Triunfo).
- 4) Incompatibilidade entre a qualificação da mão-de-obra ofertada e a demandada. Neste caso, os índices de desemprego devem ser altos. Em caso de incompatibilidade, é preciso avaliar se ela se deve a:
- 4.1) carência absoluta de qualificação;
- 4.2) inconsistência entre a qualificação ofertada e a buscada
- 4.3) fatores culturais e capacidade empreendedora

Estrutura Etária, Razão de Dependência e % Aposentados no Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados (Censo 2010)

Território	Distrib Etária da Pop Total em 2010						Razão de Depend 2010		% Aposentados na População	
	Entre 15 e 64		Até 14 anos		+ de 65 anos					
	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal	%	normal
Rio Grande do Sul	69,85%	0,426	20,85%	0,247	9,30%	-0,673	43,16%	-0,449	17,03%	-0,793
Média dos Municípios RS	68,91%	0,000	20,11%	0,000	10,98%	0,000	45,27%	0,000	20,44%	0,000
Rio Grande	**69,20%**	**0,131**	**21,44%**	**0,445**	**9,36%**	**-0,651**	**44,51%**	**-0,162**	**18,25%**	**-0,509**
Pelotas (e Arroio do Padre)	69,75%	0,383	19,83%	-0,095	10,41%	-0,226	43,36%	-0,407	17,99%	-0,579
Santa Vitória do Palmar	67,06%	-0,836	22,22%	0,706	10,72%	-0,104	49,11%	0,819	17,53%	-0,677
São José do Norte	68,97%	0,027	21,23%	0,375	9,80%	-0,473	44,99%	-0,058	19,97%	-0,111
Santa Maria	70,78%	0,849	19,68%	-0,146	9,54%	-0,579	41,28%	-0,851	16,70%	-0,870
Santana do Livramento	65,59%	-1,505	23,03%	0,979	11,38%	0,164	52,47%	1,535	16,93%	-0,816
Bagé (e Acegua)	67,91%	-0,451	21,93%	0,609	10,16%	-0,330	47,25%	0,422	17,09%	-0,779
Uruguaiana	66,70%	-1,001	26,03%	1,985	7,27%	-1,491	49,95%	0,994	11,21%	-2,146
Caxias do Sul	72,80%	1,780	20,10%	-0,006	7,11%	-1,557	37,37%	-1,684	14,66%	-1,343
Santa Cruz do Sul	71,96%	1,380	19,07%	-0,349	8,97%	-0,808	38,97%	-1,343	18,81%	-0,379
Passo Fundo	70,63%	0,780	21,31%	0,403	8,05%	-1,177	41,58%	-0,787	15,22%	-1,213
Porto Alegre	70,78%	0,845	18,75%	-0,457	10,47%	-0,203	41,29%	-0,846	17,09%	-0,779
Osório	69,86%	0,429	21,39%	0,427	8,76%	-0,894	43,15%	-0,452	15,13%	-1,233
Xangri-lá	67,79%	-0,567	23,37%	1,762	8,84%	-1,663	47,51%	0,479	11,20%	-2,146
Capão da Canoa	68,53%	-0,171	24,68%	1,526	6,81%	-1,679	45,92%	0,138	11,92%	-1,980

Padrão e Expressão Relativa das Transferências Governamentais para Pessoas Físicas no Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados em 2010

Território	Núm de Beneficiários	Rendimento Médio	Ren Med Norm	% Benef sobre Ocupados	% Ocup Norm	Pop + 10 anos	% Benef sobre Pop + 10 anos	% Pop Norm
RS	3.059.050	R$ 937,38	1,431	55,29%	-0,274	9.327.702	32,80%	-0,698
Rio Grande	**60.162**	**R$ 908,52**	**1,288**	**73,16%**	**1,249**	**171.530**	**35,07%**	**-0,306**
Pelotas (e Arroio do Padre)	101.447	R$ 911,98	1,305	67,18%	0,739	291.415	34,81%	-0,351
Santa Vitoria do Palmar	9.398	R$ 732,32	0,413	70,37%	1,011	26.696	35,20%	-0,283
São José do Norte	11.073	R$ 471,31	-0,883	96,72%	3,257	22.148	50,00%	2,263
Santa Maria	77.558	R$ 1.291,50	3,190	62,76%	0,363	229.505	33,79%	-0,526
Santana do Livramento	25.154	R$ 750,09	0,501	66,13%	0,650	71.074	35,39%	-0,251
Bagé (e Acegua)	35.321	R$ 879,72	1,145	67,71%	0,785	104.846	33,69%	-0,544
Uruguaiana	27.075	R$ 843,07	0,963	49,96%	-0,728	104.880	25,82%	-1,900
Caxias do Sul	112.729	R$ 1.109,92	2,288	45,89%	-1,075	380.849	29,60%	-1,248
Santa Cruz do Sul	35.040	R$ 948,22	1,485	53,77%	-0,403	104.601	33,50%	-0,577
Passo Fundo	49.247	R$ 1.062,69	2,054	51,60%	-0,588	160.266	30,73%	-1,054
Porto Alegre	420.034	R$ 1.738,95	5,412	57,68%	-0,070	1.246.316	33,70%	-0,542
Osorio	11.193	R$ 984,03	1,663	54,87%	-0,310	35.706	31,35%	-0,947
Xangri-lá	2.196	R$ 1.015,56	1,820	33,56%	-2,125	10.472	20,97%	-2,734
Capão da Canoa	9.248	R$ 1.111,68	2,297	45,43%	-1,113	35.597	25,98%	-1,871
Média dos Muns RS		R$ 649,13	0,000	58,50%	0,000	X	36,85%	0,000

Taxa de Variação Anual do Emprego, Ocupação e População do Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados 2000-2010

Território	Taxa de Variação Geométrica Anual do Emprego Formal, Ocupação e População									
	Emprego Formal		Ocupação		Pop Total		Pop Urbana		Pop Rural	
	%	Norm	%	Norm	%	Norm	%	Norm	%	Norm
Rio Grande do Sul	4,02%	-0,424	2,01%	0,474	0,49%	0,387	0,90%	-0,382	-1,59%	-0,014
Média dos Municípios RS	5,33%	0,000	1,20%	0,000	0,05%	0,000	1,62%	0,000	-1,55%	0,000
Rio Grande	**4,53%**	**-0,257**	**2,32%**	**0,656**	**0,56%**	**0,451**	**0,56%**	**-0,567**	**0,61%**	**0,879**
Pelotas (e Arroio do Padre)	4,43%	-0,289	1,83%	0,377	0,24%	0,170	0,18%	-0,765	0,99%	1,031
Santa Vitória do Palmar	2,18%	-1,017	0,27%	-0,547	-0,72%	-0,675	-0,39%	-1,069	-2,63%	-0,438
São José do Norte	5,56%	0,073	2,25%	0,612	0,70%	0,571	0,05%	-0,836	2,25%	1,542
Santa Maria	4,84%	-0,159	2,33%	0,660	0,69%	0,569	0,74%	-0,469	-0,18%	0,556
Santana do Livramento	1,02%	-1,392	0,47%	-0,434	-0,96%	-0,892	-1,26%	-1,533	2,33%	1,578
Bagé (e Acegua)	3,88%	-0,470	1,81%	0,355	0,20%	0,136	0,16%	-0,780	0,41%	0,794
Uruguaiana	2,57%	-0,890	1,06%	-0,083	-0,12%	-0,147	-0,10%	-0,914	-0,46%	0,443
Caxias do Sul	5,32%	-0,005	3,64%	1,429	1,91%	1,644	2,32%	0,373	-5,01%	-1,407
Santa Cruz do Sul	3,56%	-0,571	2,32%	0,656	0,96%	0,801	1,15%	-0,249	-0,49%	0,431
Passo Fundo	5,86%	0,170	3,15%	1,140	0,93%	0,780	0,96%	-0,354	0,03%	0,640
Porto Alegre	2,71%	-0,865	1,94%	0,431	0,35%	0,269	0,65%	-0,516		
Osório	2,99%	-0,756	2,81%	0,942	1,25%	1,060	2,15%	0,279	-5,86%	-1,750
Xangri-lá	16,01%	3,450	6,98%	3,390	4,25%	3,711	4,97%	1,780	-20,89%	-7,855
Capão da Canoa	8,82%	1,128	5,38%	2,449	3,26%	2,835	3,26%	0,869	4,43%	2,429

Naturalidade do conjunto dos ocupados em Rio Grande e no RS em 2010

NATURALIDADE DOS OCUPADOS	Sim e Sempre Morou	Sim, mas morou em outro município ou país	Não	Total
Rio Grande Total	52.811	7.014	22.418	82.243
Rio Grande %	64,21%	8,53%	27,26%	100,00%
RS-RG	2.782.178	428.222	2.240.474	5.450.873
RS %	51,04%	7,86%	41,10%	100,00%

Comparação da Qualificação de Desempregados e Ocupados do Estado do RS, em Rio Grande e em Municípios Gaúchos Selecionados 2010

Território	Desempregados						Ocupados			
	Total	Desemp / PO tot	Tx normal	s/ inst ou fund incomp	% s/inst ou fund incomp	% Normal	Total	s/ inst ou fund incomp	% s/inst ou fund incomp	% Normal
Rio Grande do Sul	285.480	3,06%	0,997	99.736	34,94%	-0,395	5.533.110	2.005.670	37,89%	-1,328
Rio Grande	**7.774**	**4,53%**	**2,192**	**2.620**	**33,70%**	**-0,274**	**82.230**	**27.488**	**33,43%**	**-1,754**
Pelotas (e Arroio do Padre)	12.255	4,21%	1,927	4.272	34,86%	-0,208	151.010	54.138	35,85%	-1,522
Santa Vitória do Palmar	1.091	4,09%	1,830	501	45,92%	0,424	13.355	6.091	45,61%	-0,587
São José do Norte	837	3,79%	1,580	457	54,60%	0,920	11.448	7.356	64,26%	1,199
Santa Maria	8.060	3,51%	1,363	1.930	23,95%	-0,832	123.570	32.542	26,33%	-2,434
Santana do Livramento	2.888	4,06%	1,811	987	34,18%	-0,247	38.038	14.721	38,70%	-1,249
Bagé (e Acegua)	4.814	4,99%	2,240	1.700	35,31%	-0,182	52.163	18.106	34,71%	-1,631
Uruguaiana	5.160	4,92%	2,507	1.650	31,98%	-0,375	54.192	18.385	33,93%	-1,706
Caxias do Sul	10.327	2,71%	0,713	3.112	30,13%	-0,478	245.665	64.386	26,21%	-2,446
Santa Cruz do Sul	2.800	2,68%	0,685	919	32,82%	-0,324	65.163	20.407	31,32%	-1,956
Passo Fundo	4.228	2,64%	0,653	1.163	27,51%	-0,628	95.445	26.060	27,30%	-2,341
Porto Alegre	42.753	3,43%	1,297	11.493	26,88%	-0,664	728.253	148.216	20,35%	-3,007
Osório	1.340	3,75%	1,559	465	34,70%	-0,217	20.400	7.564	37,08%	-1,404
Xangri-lá	191	1,82%	-0,008	83	43,46%	0,283	6.543	2.905	44,40%	-0,703
Capão da Canoa	1.419	3,99%	1,749	633	44,61%	0,349	20.355	7.913	38,87%	-1,232
Média dos Municípios RS	x	1,83%	0,000	x	38,50%	0,000	x	4.688	51,74%	0,000

Refutando (e Confirmando) hipóteses

- Refutamos 3 hipóteses
- A baixa ocupação e multiplicação em Rio Grande **não** se deve
- 1) à pirâmide etária (elevada razão de dependência);
- 2) a um volume extraordinariamente elevado de "rentistas" na população;
- 3) excessiva dependência de mão-de-obra externa (não domiciliada ou apenas parcialmente domiciliada no município, que exportaria parte da renda auferida)
- Confirmamos uma
- A baixa ocupação está, de fato, associada a desemprego. Mas este **não** se deriva
- 4) de baixa qualificação **formal** da mão de obra local desempregada
- 5) de **insuficiência de demanda** por mão-de-obra.

Novas Hipóteses

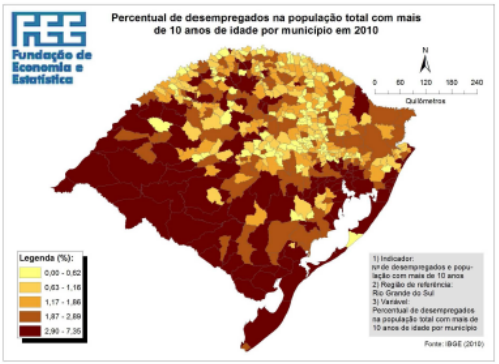
1) O multiplicador do emprego e da renda também tende a ser baixo quando a maior parte da renda das atividades propulsivas assume a forma de excedente (lucros, juros, dividendos e impostos), pois este é mais facilmente exportado. Sempre que as atividades propulsivas são hegemonizadas por grandes empresas forâneas, a exportação do excedente tende a ser maior;

2) Quando há desemprego E demanda não atendida de mão de obra, é muito provável que a qualificação **formal** não corresponda à qualificação efetivamente demandada pelos empresários

3) Mas **há** postos de trabalho que podem ser ocupados por agentes que portam apenas a qualificação formal básica (ensino fundamental e médio). Se o preenchimento das vatas não ocorre deve haver algum outro tipo de inadequação. Como, por exemplo, entre as demandas e oferta de remuneração e de condições de trabalho por parte de trabalhadores e empregadores.

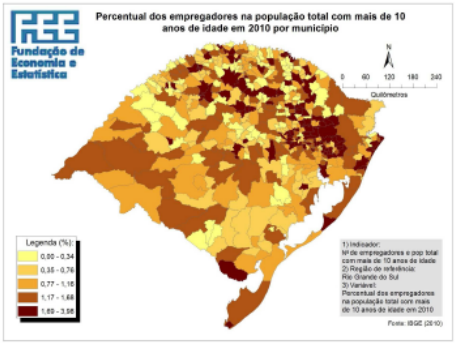
4) A inconsistência entre demanda e oferta de remuneração tendem a ser tão mais expressivas quanto menores forem as possibilidades de ingresso do trabalhador como produtor direto (conta própria e micro-empresa).

5) Passamos ao teste das novas hipóteses.



Participação de RG na população, emprego e empresas formais no RS em 2010/11

Quadro Sinóptico Básico Popul e Emprego			
Território	População	Número de Estabelec	Núm Emp Formais
Rio Grande	197.253	3.793	44.976
RS	10.629.072	292.578	2.920.589
% RG em RS	1,86%	1,30%	1,54%
QL (em rel Pop)	1,00	0,70	0,83



Território	Indicador	Desempregado (1)	Empregado Formal (2)	Empregado carteira (3)	Conta própria (4)	Empregador (5)	Não remunerado (6)	Mal Defin (7)	PEA (PO + Desemp)	Pop c/ + de 10 anos (7)
RS	Núm Tot	285.330	2.901.474	794.944	1.390.804	143.353	108.582	195.953	5.818.446	9.323.947
	% da PEA	4,90%	49,87%	13,66%	23,90%	2,46%	1,87%	3,37%	100,00%	62,40%
Rio Grande	Núm Tot	7.774	46.439	14.078	18.237	1.569	914	993	90.004	171.530
	% da PEA	8,64%	51,60%	15,64%	20,26%	1,74%	1,02%	1,10%	100,00%	52,47%
	QL - RS	1,763	1,035	1,145	0,848	0,708	0,544	0,333	1,000	0,843
Pelotas	Núm Tot	12.236	77.785	23.330	39.503	3.958	2.727	3.708	163.246	288.984
	% da PEA	7,50%	47,65%	14,29%	24,20%	2,42%	1,67%	2,27%	100,00%	56,49%
	QL - RS	1,528	0,956	1,046	1,013	0,984	0,895	0,681	1,000	0,995
Santa Vitória do Palmar	Núm Tot	1.091	6.053	2.634	3.508	382	369	411	14.446	26.696
	% da PEA	7,55%	41,89%	18,23%	24,28%	2,64%	2,55%	2,85%	100,00%	54,11%
	QL - RS	1,540	0,840	1,335	1,016	1,073	1,369	0,854	1,000	0,967
São José do Norte	Núm Tot	838	3.154	1.093	3.510	205	562	904	12.286	22.148
	% da PEA	6,82%	25,67%	25,17%	28,57%	1,67%	4,57%	7,32%	100,00%	55,47%
	QL - RS	1,391	0,515	1,842	1,195	0,677	2,493	2,256	1,000	0,885
Santa Maria	Núm Tot	8.059	71.271	17.261	25.489	3.772	1.613	2.164	131.629	229.305
	% da PEA	6,12%	55,96%	13,11%	19,36%	2,87%	1,23%	1,64%	100,00%	57,35%
	QL - RS	1,249	1,116	0,969	0,810	1,163	0,657	0,493	1,000	0,919
Santana do Livramento	Núm Tot	2.889	15.783	7.845	10.600	795	1.301	1.715	40.907	71.074
	% da PEA	7,06%	38,58%	19,17%	25,90%	1,94%	3,18%	4,19%	100,00%	57,58%
	QL - RS	1,439	0,773	1,403	1,064	0,785	1,703	1,257	1,000	0,923
Bagé	Núm Tot	4.677	27.994	8.491	11.421	1.197	486	2.574	56.840	101.091
	% da PEA	8,23%	49,25%	14,94%	20,09%	2,11%	0,86%	4,53%	100,00%	56,23%
	QL - RS	1,678	0,988	1,093	0,841	0,859	0,458	1,359	1,000	0,901
Uruguaiana	Núm Tot	5.160	27.223	9.156	14.966	1.265	735	839	59.352	104.888
	% da PEA	8,69%	45,87%	15,43%	25,22%	2,14%	1,25%	1,41%	100,00%	56,59%
	QL - RS	1,772	0,920	1,129	1,055	0,868	0,665	0,424	1,000	0,907

Território	Indicador	Desem pregado (1)	Empregad o Formal (2)	Empreg s/ carteira (3)	Conta própria (4)	Empreg ador (5)	Não remu nerado (6)	Mal Defin (7)	PEA (PO + Desemp)	Pop c/ + de 10 anos (7)
RS	Núm Tot	285.338	2.901.474	794.944	1.390.804	143.353	108.582	193.953	5.818.448	9.323.947
	% da PEA	4,90%	49,87%	13,66%	23,90%	2,46%	1,87%	3,33%	100,00%	62,40%
Rio Grande	Núm Tot	7.774	46.450	14.078	18.237	1.569	914	993	90.004	171.530
	% da PEA	8,64%	51,60%	15,64%	20,26%	1,74%	1,01%	1,10%	100,00%	52,47%
	QL - RS	1,761	1,035	1,145	0,848	0,708	0,544	0,331	1,000	0,841
Caxias do Sul	Núm Tot	10.327	167.684	21.254	45.760	7.694	1.770	1.503	255.992	380.849
	% da PEA	4,03%	65,50%	8,30%	17,88%	3,01%	0,69%	0,59%	100,00%	67,22%
	QL - RS	0,823	1,314	0,608	0,748	1,220	0,371	0,176	1,000	1,077
Santa Cruz do Sul	Núm Tot	2.800	39.470	7.045	14.129	2.339	811	1.369	67.963	104.601
	% da PEA	4,12%	58,08%	10,37%	20,79%	3,44%	1,19%	2,01%	100,00%	64,97%
	QL - RS	0,840	1,165	0,759	0,870	1,397	0,639	0,604	1,000	1,041
Passo Fundo	Núm Tot	4.228	60.377	10.791	19.250	3.361	998	668	99.673	160.266
	% da PEA	4,24%	60,58%	10,83%	19,31%	3,37%	1,00%	0,67%	100,00%	62,19%
	QL - RS	0,865	1,215	0,793	0,808	1,369	0,537	0,201	1,000	0,995
Porto Alegre	Núm Tot	42.753	436.727	99.662	156.059	26.837	7.512	1.456	771.006	1.246.316
	% da PEA	5,55%	56,64%	12,93%	20,24%	3,48%	0,97%	0,19%	100,00%	61,86%
	QL - RS	1,131	1,136	0,946	0,847	1,413	0,522	0,057	1,000	0,991
Osório	Núm Tot	1.341	11.595	3.156	4.126	779	146	598	21.741	35.706
	% da PEA	6,17%	53,33%	14,52%	18,98%	3,58%	0,67%	2,75%	100,00%	60,89%
	QL - RS	1,258	1,069	1,062	0,794	1,454	0,360	0,825	1,000	0,970
Xangri-lá	Núm Tot	192	2.727	1.557	2.065	176	15	3	6.735	10.472
	% da PEA	2,85%	40,49%	23,12%	30,66%	2,61%	0,22%	0,04%	100,00%	64,31%
	QL - RS	0,581	0,817	1,693	1,283	1,061	0,119	0,013	1,000	1,031
Capão da Canoa	Núm Tot	1.419	9.655	4.105	5.694	634	156	107	21.774	35.597
	% da PEA	6,52%	44,34%	18,87%	26,15%	2,91%	0,72%	0,49%	100,00%	61,17%
	QL - RS	1,329	0,889	1,381	1,094	1,182	0,384	0,147	1,000	0,980

PROPOSTAS

Avaliação Geral

- A municipalidade de Rio Grande e seus cidadãos devem focar suas ações de desenvolvimento em duas frentes, promovendo:

1) O enfrentamento dos gargalos de suas 4 cadeias-setores propulsivos de maior potencial dinâmico e competitivo de curto, médio e longo prazo: metal-mecânico (Polo Naval); Transporte-Logística (Porto e sistema rodoferroviário); Alimentar (com ênfase na pesca) e Turismo (lazer, negócios, serviços e estrutural).
2) A elevação do multiplicador de emprego e renda dos setores propulsivos via superação aos entraves ao emprendedorismo

Detalhamento de Propostas (1)

1) identificação e apoio ao enfrentamento de todo e qualquer gargalo na oferta de mão-de-obra qualificada para o Polo Naval. Este enfrentamento deve se dar tanto pela qualificação de mão-de-obra local, quanto pela atração de trabalhadores qualificados para se domiciliarem em Rio Grande.

2) Apoio à qualificação do sistema logístico de Rio Grande, via construção de um sistema de governança local com participação de todos os agentes privados e públicos envolvidos no sestor-cadeia. Este sistema deve buscar identificar os gargalos e desafios mais importantes e estruturar ações conjuntas para seu enfrentamento. Desde logo, vemos como da maior importância a luta pela extensão da ferrovia Norte-Sul até Rio Grande. Sem ela, as mercadorias do RS começarão a ser escoadas por portos ao norte.

Detalhamento de Propostas (2)

3) Contratação de uma consultoria para analisar a realidade atual e os principais gargalos da indústria pesqueira regional e a montagem de um plano emergencial de recuperação deste segmento de competitividade estrutural e alto potencial econômico;

4) Criação de um sistema de fortalecimento do empreendedorismo local, via construção de sub-sistemas de micro-crédito e de apoio gerencial para serviços voltados, preferencialmente, ao fortalecimento dos serviços turísticos e prestados às famílias. Vale salientar que esta ação fortalece, simultaneamente, a multiplicação da renda local, ao mesmo tempo que amplia a capacidade propulsiva da indústria do turismo.

Detalhamento de Propostas (3)

- Desenvolvimento e implantação de um novo Plano Diretor voltado ao

1) enfrentamento dos problemas de mobilidade urbana - que já são gargalos e podem vir a se tornar barreiras à expansão do setor logístico e turístico;

2) Realocação das atividades de serviços – em especial de saúde e comércio – com vistas a apoiar a mobilidade no porto e na administração e viabilizar o SBP-Saúde como um dos elos de serviços propulsivos (turismo de serviços e estrutural);

3) Integração com São José do Norte, via sistema de transporte aquaviário, para deprimir a tendência ao inchaço da cidade e impulsinar o trânsito pendular com vistas às compras em Rio Grande (apoio ao Comércio)

Território	Indicador	Desempregado (1)	Empregado Formal (2)	Empreg s/ carteira (3)	Conta própria (4)	Empregador (5)	Não remunerado (6)	Mal Defin (7)	PEA (PO + Desemp)	Pop c/ + de 10 anos (7)
RS	Núm Tot	285.330	2.901.474	794.944	1.390.804	143.353	108.582	193.953	5.818.440	9.323.947
	% da PEA	4,90%	49,87%	13,66%	23,90%	2,46%	1,87%	3,33%	100,00%	62,40%
Rio Grande	Núm Tot	7.774	46.439	14.078	18.237	1.569	914	993	90.004	171.530
	% da PEA	8,64%	51,60%	15,64%	20,26%	1,74%	1,02%	1,10%	100,00%	52,47%
	QL - RS	1,761	1,035	1,145	0,848	0,708	0,544	0,331	1,000	0,841
Pelotas	Núm Tot	12.236	77.785	23.330	39.502	3.958	2.727	3.708	163.246	288.984
	% da PEA	7,50%	47,65%	14,29%	24,20%	2,42%	1,67%	2,27%	100,00%	56,49%
	QL - RS	1,528	0,956	1,046	1,012	0,984	0,895	0,681	1,000	0,905
Santa Vitória do Palmar	Núm Tot	1.091	6.051	2.634	3.508	382	368	411	14.446	26.696
	% da PEA	7,55%	41,89%	18,23%	24,28%	2,64%	2,55%	2,85%	100,00%	54,11%
	QL - RS	1,540	0,840	1,335	1,016	1,073	1,366	0,854	1,000	0,867
São José do Norte	Núm Tot	838	3.154	3.093	3.510	205	562	924	12.286	22.148
	% da PEA	6,82%	25,67%	25,17%	28,57%	1,67%	4,57%	7,52%	100,00%	55,47%
	QL - RS	1,391	0,515	1,843	1,195	0,677	2,451	2,256	1,000	0,889
Santa Maria	Núm Tot	8.059	73.271	17.261	25.489	3.772	1.613	2.164	131.629	229.505
	% da PEA	6,12%	55,66%	13,11%	19,36%	2,87%	1,23%	1,64%	100,00%	57,35%
	QL - RS	1,249	1,116	0,960	0,810	1,163	0,657	0,493	1,000	0,919
Santana do Livramento	Núm Tot	2.889	15.783	7.847	10.600	792	1.301	1.715	40.927	71.074
	% da PEA	7,06%	38,56%	19,17%	25,90%	1,94%	3,18%	4,19%	100,00%	57,58%
	QL - RS	1,439	0,773	1,403	1,084	0,785	1,703	1,257	1,000	0,923
Bagé	Núm Tot	4.677	27.994	8.491	11.421	1.197	486	2.574	56.840	101.091
	% da PEA	8,23%	49,25%	14,94%	20,09%	2,11%	0,86%	4,53%	100,00%	56,23%
	QL - RS	1,678	0,988	1,093	0,841	0,855	0,458	1,359	1,000	0,901
Uruguaiana	Núm Tot	5.160	27.223	9.156	14.966	1.269	739	839	59.352	104.880
	% da PEA	8,69%	45,87%	15,43%	25,22%	2,14%	1,25%	1,41%	100,00%	56,59%
	QL - RS	1,773	0,920	1,129	1,055	0,868	0,667	0,424	1,000	0,907
Caxias do Sul	Núm Tot	10.327	167.684	21.254	45.760	7.694	1.770	1.503	255.992	380.849
	% da PEA	4,03%	65,50%	8,30%	17,88%	3,01%	0,69%	0,59%	100,00%	67,22%
	QL - RS	0,823	1,314	0,608	0,748	1,220	0,371	0,176	1,000	1,077
Santa Cruz do Sul	Núm Tot	2.800	39.470	7.045	14.129	2.339	811	1.369	67.963	104.601
	% da PEA	4,12%	58,08%	10,37%	20,79%	3,44%	1,19%	2,01%	100,00%	64,97%
	QL - RS	0,840	1,165	0,759	0,870	1,397	0,639	0,604	1,000	1,041
Passo Fundo	Núm Tot	4.228	60.377	10.791	19.250	3.361	998	668	99.673	160.266
	% da PEA	4,24%	60,58%	10,83%	19,31%	3,37%	1,00%	0,67%	100,00%	62,19%
	QL - RS	0,865	1,215	0,792	0,808	1,369	0,537	0,201	1,000	0,997
Porto Alegre	Núm Tot	42.753	436.727	99.662	156.059	26.807	7.512	1.456	771.006	1.246.318
	% da PEA	5,55%	56,64%	12,93%	20,24%	3,48%	0,97%	0,19%	100,00%	61,86%
	QL - RS	1,131	1,136	0,946	0,847	1,413	0,522	0,057	1,000	0,991
Osório	Núm Tot	1.341	11.595	3.156	4.126	779	146	598	21.741	35.706
	% da PEA	6,17%	53,33%	14,52%	18,98%	3,58%	0,67%	2,75%	100,00%	60,89%
	QL - RS	1,258	1,069	1,062	0,794	1,454	0,360	0,825	1,000	0,976
Xangri-lá	Núm Tot	192	2.727	1.557	2.065	176	15	3	6.735	10.472
	% da PEA	2,85%	40,49%	23,12%	30,66%	2,61%	0,22%	0,04%	100,00%	64,31%
	QL - RS	0,581	0,812	1,692	1,283	1,061	0,119	0,013	1,000	1,031
Capão da Canoa	Núm Tot	1.419	9.655	4.109	5.694	634	156	107	21.774	35.597
	% da PEA	6,52%	44,34%	18,87%	26,15%	2,91%	0,72%	0,49%	100,00%	61,17%
	QL - RS	1,328	0,889	1,381	1,094	1,182	0,384	0,147	1,000	0,980